

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.806

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
José Natal Pereira - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1820
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 089ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 24/10/20072
Ata da 039ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 24/10/200713
Ata da 040ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 24/10/200715

Publicações Diversas

Audência Pública22
Atas das Comissões
Permanentes36
Avisos de Licitações38
Extratos38
Projeto de Lei39
Projeto de Lei Complementar
.....39

PLENÁRIO

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Narra as atividades dos 40 jovens deputados que integram a 5ª edição do Parlamento Jovem; procede ao sorteio dos colégios que participarão da 6ª edição do Parlamento Jovem.

Breves Comunicações

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Agradece a presença do reitor, dos professores e dos estudantes da Udesc.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Chama a atenção de matéria do *Jornal Nacional* e *Notícias do Dia*, referente à contaminação do leite.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Solicita providências urgentes com relação ao trevo de acesso a Morro da Fumaça e balneário Esplanada; ressalta a importância do carvão mineral.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comunica que o DNIT entregar, dentro de 45 dias, o trevo de acesso a Morro da Fumaça pronto.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o risco para a população brasileira em função do consumo de produtos geneticamente modificados; ressalta a importância da aprovação do PL n. 0405/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Parabeniza o deputado Dirceu Dresch pelo pronunciamento em defesa da terra e pela luta da reforma agrária no país.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Comunica o falecimento do radialista Valdenir Zanette, de Criciúma, conhecido como Zé do Mato.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Manifesta solidariedade à família Zanette pelo falecimento de Valdenir Zanette.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala da repercussão do episódio Moeda Verde e do indiciamento do prefeito Dário Berger.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Contesta a declaração feita pelo deputado Joares Ponticelli referente à filiação do prefeito Dário Berger no PMDB.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Neuri Meneguzzi, de Arvoredo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença de alunos e professores do Colégio Nova Era, de Joinville.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre a prevenção do câncer de mama.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se contrário à MP que o governo está enviando ao Congresso Nacional para criar a TV pública.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica o deputado Joares Ponticelli pelo pronunciamento referente às viagens que o governador Luiz Henrique faz ao exterior.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Questiona o convite do governador ao deputado Kennedy Nunes para acompanhá-lo na viagem à Rússia.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Esclarece que o nome do deputado Kennedy Nunes foi escolhido pela Mesa Diretora da Alesc.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Afirma que as viagens de Luiz Henrique são a trabalho e que o deputado Joares Ponticelli apenas relata o que consta da agenda do governador.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Fala que as viagens do governador sempre trarão benefícios para Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Registra a presença do vereador Antônio Marcos Mota.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Enfatiza a importância da viagem do governador à Rússia; fala da aprovação da lei estadual que adequará a legislação estadual à lei do Super Simples Nacional.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Fala que já acompanhou o governador em viagem ao exterior e do respeito que o governador tem pelo trabalho.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença da presidente da Acaert, do presidente da ADI e do empresário brusquense João Boiting.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Fala sobre ações do governo Lula.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Defende a criação de cooperativas para beneficiar os agricultores.

Ordem do Dia

DEPUTADO DÉCIO GÔES - Pede aprovação do PL n. 0361/2007, que declara de utilidade pública o Grupo Cena 11 Cia. de Dança, de Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Confirma a importância do Grupo Cena 11 e pede aprovação do projeto.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Parabeniza o deputado Pedro Uczai pelo Projeto de Resolução n. 0005/2007, que institui o programa de adequações e estações para o acesso de bicicletas à Alesc.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sugere a construção de bicicletário e banheiros para os servidores da Alesc usuários de bicicleta.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Manifesta-se contra o PR n. 0005/2007 por vício de iniciativa. Assembleia Legislativa.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Pergunta se o PLC 0034/2007 reorganiza entrâncias ou apenas cria cargos de juizes.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Informa que o PLC 0034/2007 cria vagas de juiz de direito em seis comarcas.

DEPUTADO JORGINHO MELO (pela ordem) - Solicita a votação do segundo turno dos PL n.s. 0194/2007 e 0197/2007 em sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a visita da sra. Lenita Dadalt Fontana, vice-prefeita do município de Erval Velho, e também do secretário da Educação do município.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

A vice-prefeita e o secretário acompanham os alunos do Parlamento Jovem.

Registramos também a visita dos alunos do Parlamento Jovem da Escola Estadual Básica Prefeito Agenor Piovezan, de Erval Velho; da Escola Estadual Básica Aleixo Dellagiustina, de Ituporanga; da Escola Estadual Básica José Cesário Brasil, de Celso Ramos; do Colégio Nova Era Sul, de Joinville; e ainda da Escola Estadual Básica Aderbal Ramos da Silva, que participam da 5ª edição do Parlamento Jovem, que é coordenado pela Escola do Legislativo.

Sejam todos muito bem-vindos e tenham sucesso na sessão que será realizada no dia de amanhã!

Eu convido o deputado Joares Ponticelli, presidente da Escola do Legislativo, para que proceda ao sorteio das escolas que vão participar da 6ª edição do Parlamento Jovem.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, v.exa. já fez a menção, e estamos também recebendo os 40 jovens deputados que integram o Parlamento Jovem, juntamente com professores, com a nossa vice-prefeita, com o secretário da Educação e com outras lideranças das comunidades que acompanham os nossos jovens deputados desde a manhã de hoje.

Hoje, na parte da manhã, foram recepcionados por toda a nossa equipe da Escola do Legislativo e pelo cerimonial desta Assembleia Legislativa; às 10h acompanharam uma apresentação sobre o funcionamento da nossa Casa; às 12h participaram de um almoço e agora vão participar conosco da sessão ordinária da tarde de hoje e, encerrando as atividades do dia, terão um jantar de confraternização.

Amanhã às 9h, receberão orientações e detalhamentos sobre o funcionamento da sessão plenária que irão realizar à tarde. Às 11h, haverá no gabinete de v.exa., sr. presidente, no gabinete da Presidência, uma reunião dos líderes e dos integrantes da Mesa Diretora do Parlamento Jovem; os demais integrantes farão uma visita ao Centro Histórico de Florianópolis; às 12h30min participarão de um almoço e a partir das 14h de amanhã, teremos a sessão plenária dos deputados estudantes de Santa Catarina, com encerramento previsto para as 17h30min e depois retornarão para suas cidades.

Esta 5ª edição do Parlamento Jovem, deputado Genésio Goulart, conforme sorteio realizado no semestre passado, contempla:

Os alunos da Escola de Ensino Básico Prefeito Agenor Piovezan, de Erval Velho, e os oito deputados eleitos naquela escola integram o PRO - Partido Revolucionário do Oeste. O deputado Pedro Baldissera gostou do revolucionário do oeste, que serve também para o deputado Pedro Uczai - que já passou por aqui - e quando falamos em revolucionário ambos se alegraram, bem como o deputado Dirceu Dresch.

Os representantes do município do nosso primeiro-secretário da Casa, que ainda não chegou, deputado Rogério Mendonça, são de Ituporanga, da Escola de Educação Básica Aleixo Dellagiustina, que integram o Partido Elemento Jovem. Sejam bem-vindos.

Do município de Celso Ramos, temos os alunos da Escola de Educação Básica José Cesário Brasil que integram o Partido Estudantil Democratizando o Futuro;

De Joinville, temos o Colégio Nova Era Sul, integrantes do Partido da Juventude Joinvilense.

Aqui em Florianópolis, temos os estudantes da Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva, que integram o PJR, Partido Jovem Revolucionário.

Sejam todos muito bem-vindos!

Srs. deputados, como eu dizia aos estudantes hoje pela manhã, juntamente com o deputado Onofre Santo Agostini, que nos brindou com a sua larga experiência nesta Casa, não só pela grande quantidade de cabelos brancos, mas por ser o deputado mais experiente não só em idade, mas também em legislaturas - juntamente com os deputados Herneus de Nadal e Reno Caramori, v.exa. possui maior número de legislaturas e foi transmitir hoje pela manhã um pouco dessa experiência e estímulo aos nossos jovens deputados - muito mais do que aprendizado para vocês, esses dois dias serão de aprendizado para nós, os 40 deputados, para os servidores desta Casa e, conseqüentemente, a sociedade catarinense vai aprender muito com a presença de todos vocês, líderes das suas escolas, que participam desse importante programa da nossa Escola do Legislativo.

Mas agora vamos fazer o sorteio das escolas que integrarão a 6ª edição do Parlamento Jovem. E para escolher a escola que representará o Vale do Itajaí convido a sra. deputada Odete de Jesus.

(Procede-se ao sorteio.)

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Colégio Cenecista Nossa Senhora de Fátima, de Taió.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito bem! Então, o município que já foi representado nesta Casa pelo deputado Nelson Goetten de Lima, lá do nosso Alto Vale, será o representante daquela região.

Peço ao deputado Onofre Santo Agostini que faça o sorteio da região serrana.

(Procede-se ao sorteio.)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Escola de Educação Básica São José, de São Joaquim.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - De São Joaquim, portanto o representante da região Serrana.

Convido a deputada Ada De Luca e o deputado Genésio Goulart para fazerem o sorteio da região da Grande Florianópolis e do sul catarinense.

(Procede-se ao sorteio.)

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Escola de Fundação Básica João Frassetto, de Criciúma.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - A deputada Ada De Luca, no sorteio, puxou a brasa para o seu assado, pois uma escola de Criciúma é representante da Grande Florianópolis e do sul catarinense na próxima edição.

Para escolher o representante da região norte catarinense, convido o deputado Cesar Souza Júnior.

(Procede-se ao sorteio.)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Escola de Educação Básica Alvinho Tribess, de Jaraguá do Sul.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mais uma vez o município de Jaraguá do Sul é contemplado para representar a região norte catarinense.

Para fazer o sorteio e escolher o representante do grande oeste catarinense, convido os deputados Pedro Uczai e Pedro Baldissera.

(Procede-se ao sorteio.)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Escola de Educação Básica Gomes Carneiro, de Xaxim.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Essas são as escolas que integrarão a 6ª edição do Parlamento Jovem. Para a próxima edição, 300 escolas de Santa Catarina se inscreveram para participar deste importante projeto que - preciso lembrar sempre -, foi concebido por proposição da deputada Ana Paula Lima, integrante da Mesa Diretora e que aqui está. Tenho certeza de que no dia de amanhã, como nas demais edições, s.exa. também estará presente, incentivando e acompanhando, afinal de contas, foi v.exa. quem propôs esse projeto, que se constituiu num dos principais programas da Escola do Legislativo.

Mais uma vez, sejam todos bem-vindos! Mais uma vez, aproveitem bastante! E até amanhã todos vamos aprender muito!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Agradeço, deputado Joares Ponticelli.

Desejo cumprimentar todos os servidores da Escola do Legislativo que têm conduzido a escola como um todo, de maneira competente. A escola tem prestado serviço relevante não só à Assembleia Legislativa, mas ao estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também a 5ª edição do Parlamento Jovem e àqueles que virão para a 6ª edição, que acabaram de ser selecionados.

Solicito à assessoria que distribua o expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Além dos estudantes e dos professores presentes, queremos agradecer a presença do reitor, de professores e de estudantes da Udesc, que nos visitam no dia de hoje. Agradecemos a presença de todos!

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, alunos, professores, vice-prefeita que nos honra com sua presença, imprensa escrita e televisada.

Sr. presidente, nós estivemos acompanhando, através de uma notícia no *Jornal Nacional*, se não me falha a memória, e hoje, deputada Ana Paula Lima, lendo o jornal *Notícias do Dia* - e esse jornalzinho é muito bonzinho, sabiam srs. deputados? Um jornalzinho que está me comovendo - fala de um assunto de suma importância, deputado Valmir Comin, para a população catarinense, que é sobre o leite. E quando se fala de leite já pensamos no bebezinho que mama, já pensamos na pessoa idosa que depende do leite, nas pessoas que estão enfermas, enfim, em toda a população que toma leite.

Fico até espantada com as pessoas que, às vezes já têm, e querem cada vez ter mais, e não estão preocupadas se vão violar o direito de outras pessoas, deputado Décio Góes.

A matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Santa Catarina do leite adulterado.

Amostras de todas as marcas vendidas no mercado catarinense irão passar por análise na Polícia Federal em Brasília." [sic]

Agora, vamos dizer uma verdade: a Polícia Federal! Vejamos, a Polícia Federal está demais! Ela está agindo e cumprindo o seu papel! E mais uma vez tenho certeza de que irá desvendar o mistério.

(Continua lendo.)

"Lotes de leite em embalagem longa vida adulterados, misturados com soda cáustica e água oxigenada, descobertos em Minas Gerais, podem estar circulando em Santa Catarina. A fraude levou a Polícia Federal a começar a recolher amostras de leite longa vida de todas as marcas presentes no mercado catarinense para teste, conforme informou ontem o presidente da Comissão Nacional do Leite, Rodrigo Alvin. O leite será avaliado pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, em Brasília. Em Chapecó, quatro marcas foram recolhidas, em Dionísio Cerqueira, duas. Enquanto os únicos nomes confirmados como vítimas da quadrilha..." [sic]

Vou repetir a palavra quadrilha. Depois eu gostaria que o deputado Professor Grandó nos desse sinônimos dessa palavra que é bem significativa. Como diz o deputado Onofre Santo Agostini: "o caboclo lá da minha terra diz que são pessoas não muito benquistas".

(Continua lendo.)

"... que adulteravam produtos são os da Parmalat e da Calu, a Federação da Agricultura e Pesca de Santa Catarina pede aos consumidores que fiquem atentos às promoções e comprem só marcas conhecidas." [sic]

Então, nós, que consumimos o leite todos os dias no café da manhã, temos que estar muito atentos.

Aqui no jornal *Diário Catarinense* existem dicas muito importantes.

(Passa a ler.)

"O que o consumidor deve fazer para se proteger dos problemas

1 - Confirmação do problema

Procurar saber quais são as marcas em que a adulteração do leite foi confirmada. Por enquanto três marcas estão sob suspeita. Testes com produtos dessas marcas estão sendo realizados.

2 - Reembolso ou troca pelo fornecedor

Uma vez confirmadas as marcas, se o consumidor já tiver comprado o produto, ele pode pedir ao fornecedor (o supermercado, por exemplo) a troca ou o reembolso do valor pago.

3 - Provas da compra

Para isso, é preciso guardar a nota fiscal de compra e/ou a embalagem do produto.

4 - Reembolso ou troca pelo produtor
Se o contato com o fornecedor não for mais possível, a troca ou o reembolso pode ser pedido ao produtor (a indústria ou a cooperativa).

5 - Consequências para a saúde

Se o produto já foi consumido e causou mal-estar, o consumidor deve tentar uma solução negociada com o fornecedor ou o produtor, para ser reparado por danos morais e materiais. Para isso, é preciso guardar provas, como nota fiscal do produto, do médico consultado e de eventuais gastos em hospitais e exames.

6 - Justiça

Se não foi possível uma solução negociada, é preciso procurar a Justiça - se o valor for de até 40 salários mínimos, é possível procurar os juizados especiais." [sic]

Então, sras. deputadas e srs. deputados, nós sabemos que o produto que está sendo misturado ao leite é a água oxigenada que provoca o seguinte:

(Continua lendo.)

"- enjôos, vômitos e inflamações;

- danifica membrana das células do estômago, podendo causar erosão e úlcera;

- esofagite e gastrite.

Misturado com a soda cáustica pode

causar:

- inflamações nas mucosas do estômago e esôfago;

- esofagite e gastrite;

- modifica o PH do sistema gástrico,

prejudicando seu funcionamento;

- perfurações nos intestinos porque

danifica a sua mucosa."

Temos, senhores, que estar atentos. Inclusive, eu vou pegar as notinhas do supermercado que estão na minha casa da compra dos produtos dessas marcas, deputado Professor Grandó, as quais irei devolver e pedir o ressarcimento, pois é meu direito. E a população que nos acompanha deve fazer a mesma coisa.

Enquanto estiver pairando alguma dúvida, enquanto não tivermos os resultados dessas análises, é melhor termos segurança e não adquirirmos esses produtos.

Nota dez para a Polícia Federal!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, gostaria de saudar, nesta Casa, o Parlamento Jovem que nos prestigia com a sua honrosa presença e parabenizar os jovens pela 5ª edição, pela iniciativa de estarem aqui, vocês que o representam, e eu tenho dito sempre que o futuro é o presente.

O futuro depende dos atos e ações que promovemos aqui e agora. E, com certeza, nessa demanda de alunos deste Parlamento Jovem estarão inseridos aqui os nossos futuros legisladores nas Câmaras Municipais, no Parlamento catarinense, no Congresso Nacional; os futuros prefeitos; vice-prefeitos; governadores; vice-governadores; senadores e, por que não dizer, o futuro presidente da República. É possível! Basta acreditarmos e irmos à busca disso.

Parabéns por estarem aqui!

Sr. presidente, antes de discorrer o tema que reputo de grande importância para o cenário da economia do estado de Santa Catarina, gostaria de falar de um assunto, deputado Décio Góes, que v.exa. colocou aqui, na reunião próxima passada, com relação ao trevo de acesso ao Morro da Fumaça, Balneário de Esplanada, onde morreram quatro pessoas. É realmente um brete seguido de uma guilhotina a situação que está lá.

Precisamos enaltecer e parabenizar o superintendente do DNIT, João José dos Santos, pelo grande trabalho que vem desenvolvendo à frente do DNIT do estado de Santa Catarina, pela grande obra promovida pelo governo federal, pelo governo Lula, mas agora é preciso que sejam tomadas providências urgentes, pois nessa via de acesso, nesse túnel há realmente um fluxo muito grande, principalmente agora, quando já começa adentrar a temporada de verão. Então, com certeza, se não for tomada uma providência imediata teremos muitas outras vítimas fatais naquele local.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao nobre deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Décio Góes - Agradeço pelo aparte. Mas eu quero dizer a v.exa. que em visita ao DNIT falamos com o engenheiro João José, com o engenheiro Avani e foi estabelecido um cronograma para a melhoria da sinalização esta semana, e a conclusão da pavimentação embaixo do trevo de Esplanada, para poder fazer o retorno por lá com mais segurança. Eu acredito que dentro de 40, 45 dias esse trevo esteja pronto.

Então, foram essas informações que eles nos passaram com relação a essa preocupação constante em manter a sinalização. Acontece que às vezes eles mexem na sinalização, mas estão atentos a isso porque estão muitos consternados também com os acidentes que ocorreram lá na última semana.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de agradecer a sua participação, deputado, mesmo porque esse é um pedido da comunidade, de toda a nossa região sul e também é um pedido especial da Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça.

Eu, acessando ao jornal no dia de ontem - não pude me manifestar aqui em função da homenagem ao funcionário público -, li uma matéria sobre o tema "Carvão em diesel", que foi abordado pela senadora Ideli Salvatti.

(Passa a ler.)

"Carvão em diesel

Estudo realizado pelo centro de pesquisa da Petrobras concluiu que o Brasil pode produzir 300 mil barris de diesel puro/dia, por mais de 50 anos, a partir do carvão.

A informação foi transmitida ontem, no Rio, pela diretora da área de Gás e Energia da estatal, Graça Silva Foster, à senadora Ideli Salvatti, que preside a frente parlamentar em defesa do carvão mineral. Conforme Graça Foster, agora, a Petrobras vai estudar a viabilidade econômica do projeto." [sic]

Eu tive o privilégio e a satisfação, sr. presidente e srs. deputados, de abordar este assunto já uns dois meses atrás, quando nós tivemos a oportunidade de participar, juntamente com o Siecesc, com a presença também da senadora Ideli Salvatti, com diretores da Petrobras, na Escola Técnica SATC, de Criciúma, onde o químico estudioso no assunto, o Eduardo Falabella Souza Aguiar, representando a Petrobras, mostrou um estudo preliminar com relação ao potencial da bacia carbonífera do estado de Santa Catarina e a riograndense.

Preliminarmente, está diagnosticado de que a bacia carbonífera desses dois estados poderá promover uma ação - eu creio nisso, pois sou um visionário - e acredito de que num espaço muito curto de tempo vamos ter lá um grande pólo petroquímico, onde poderá ser produzido, a partir do carvão, o diesel lubrificante e outros subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão.

Fischer e Tropes, em 1913, já desenvolviam essa tecnologia na Alemanha. As máquinas de guerra da Alemanha foram abastecidas com combustível a partir do carvão, amigo deputado Jandir Bellini. E eu tive a oportunidade de visitar, em Pittsburgh, os laboratórios que os americanos trouxeram da Alemanha pós-guerra e que estão em atividade, gerando, produzindo combustível para os americanos, a partir do carvão.

Esse setor, esse segmento poderá proporcionar em torno de 320 mil barris de óleo diesel, com a recuperação de 75%, fato esse que o petróleo, hoje nacional, produzido pela Petrobras chega a 42%. A recomendação, inclusive, é que esse óleo seja utilizado para o *blend* nacional. Vai substituir o óleo que importamos da Nigéria, por exemplo. Trezentos e vinte mil barris/dia, durante 50 anos, representa 33% do consumo da demanda nacional.

Então, vejamos a importância desse segmento tão esquecido ao longo de décadas, por falta de uma política específica na matriz energética do carvão.

Deputado Onofre Santo Agostini, o Brasil importa hoje cinco milhões de toneladas de sulfato de amônia vindas da Rússia, produto esse que está agregado ao carvão; 75% da matéria-prima extraída *in situ* é alojada em compostagem, muitas vezes contaminando os mananciais.

Portanto, agregados a esses produtos é um valor inestimável, que dentro da cadeia produtiva poderia gerar centenas e milhares de empregos e uma economia sem precedentes para fortalecer a qualidade de vida e o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e da região sul.

É um tema importante, pertinente, atual. Em países como a Alemanha, 53% da sua matriz energética provém do carvão; nos Estados Unidos chega próximo a 60%; e a Polónia, que utiliza 98% da sua matriz energética a partir do carvão, não pode ser mais encarada como um patinho feio nesse processo.

É evidente que dentro de uma tecnologia moderna, adequada, voltada à realidade que nós vivemos, esse setor precisa ser prestigiado e ter uma política específica voltada a essa matriz energética.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de cumprimentar hoje, em especial, os nossos jovens e adolescentes que estão no Parlamento Jovem e, se me permitirem os demais, cumprimentar a Juliana de Oliveira e a Cleusa de Oliveira, de Governador Celso Ramos, que também estão aqui participando deste momento importante, desses dois dias no Parlamento Jovem.

Eu quero ressaltar da tribuna, na tarde de hoje, o choque que a sociedade brasileira, principalmente as pessoas do sul, tiveram com relação a essa notícia sobre um alimento tão sagrado para a nossa população, especialmente para as crianças, que é o leite.

Eu li essas matérias e me assustei. Até que ponto empresários podem chegar ao produzir e fornecer um alimento tão perigoso para seres humanos, em nome do lucro e da ganância?! Um alimento que se estima ser soda cáustica, água oxigenada ou, ainda, por exemplo, sódio, sal, açúcar, soro, água, peróxido de hidrogênio, ácido cítrico, citrato e outros produtos. De fato é um absurdo o que se está noticiando em nosso país e que pode ser encontrado em Santa Catarina, infelizmente.

Nós sempre estamos denunciando e levantando que a população brasileira está sendo colocada em risco em função do consumo de produtos geneticamente modificados, coisas que vamos ficar sabendo somente daqui a dez, 20 anos.

Deputado Edson Piriquito, que produtos nossas crianças estão consumindo já nos dias de hoje e quais são os reflexos desse consumo em termos de doenças, como câncer e outras que a população pode ter no futuro?

Então, a própria luta dos trabalhadores, dos agricultores, infelizmente, é dura. Neste final de semana tivemos mais uma morte de um agricultor no Paraná, que lutou contra isso, que denunciou isso, dentro de uma empresa chamada Syngenta Seeds, que está fazendo experimentos com produtos transgênicos, dos quais não sabemos até que ponto ela tem autorização. Talvez esteja contaminando a região com produtos geneticamente modificados que trazem a insegurança para a nossa população brasileira, insegurança para os nossos agricultores. Mais do que isso, trazem dependência para o futuro com relação ao controle dessas multinacionais que têm interesses muito grandes nos produtos geneticamente modificados.

Então, eu queria deixar aqui o repúdio. E a nossa bancada está apresentando, hoje, uma carta de repúdio contra grandes fazendeiros que contratam milícias particulares para justamente massacrar, torturar e matar trabalhadores em estados. Principalmente aqui há uma denúncia do estado do Paraná, relativa à constituição de milícias armadas por fazendeiros, por latifundiários daquele estado. Isso precisa ser levantado e exigimos que o estado do Paraná apure de fato isso tudo, para que seja esclarecido esse problema.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, quero registrar aqui o seu pronunciamento e parabenizá-lo pela defesa da terra e pela luta da reforma agrária no país, que é um processo histórico de muita exclusão e violência.

No Paraná, mais uma vez, a truculência, a milícia armada está matando trabalhadores que querem um pedaço de chão para construir a sua vida, sua história e da sua família.

Por isso precisamos aprovar essa moção aqui e exigir das autoridades do estado do Paraná que apurem as responsabilidades e que haja punição, porque existe muita chacina ocorrendo no campo, neste país, sem punição aos responsáveis, relacionada principalmente à milícia armada.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Sou solidário com essa luta.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós também queremos dizer que a luta, o trabalho dos agricultores... Aqui infelizmente estamos falando de cooperativa de agricultores de Minas Gerais, mas precisamos destacar que são algumas, ou poucas cooperativas que como essa fazem esse tipo de ação. Grande parte do cooperativismo, principalmente em Santa Catarina, com certeza é sério e se preocupa com a saúde das pessoas.

Outro tema que quero ressaltar desta tribuna foi o que vivemos hoje pela manhã nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça, que realizaram juntas uma audiência pública para discutir o Projeto n. 0405/2007, que trata de um conjunto de temas. Vou citar alguns deles, principalmente os relacionados à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, assim como a construção da legislação estadual sobre o tema.

Quero ressaltar a importância da aprovação dessa lei, que garante às micro e pequenas empresas a renegociação das suas dívidas. Para aderir à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Super Simples, será concedido um prazo de 120 meses para fazer o pagamento, a amortização das dívidas de ICMS atrasadas. É importante essa lei, e já viemos em vários momentos nesta tribuna cobrar para dar oportunidade às micro e pequenas empresas de aderirem à lei geral, ao Super Simples, ficando em dia com as suas obrigações com o estado.

Outro item é uma emenda apresentada pela nossa bancada junto com os deputados Gelson Merísio e Renato Hinnig, que prevê a criação do Comitê Gestor e também a recriação de um incentivo que as nossas micro e pequenas empresas tinham, que era a geração de crédito de ICMS. A nossa bancada propôs fixar em 17%. Entendemos ser importante aprovar essa medida o mais rápido possível, e para amenizar os problemas que as nossas micro e pequenas empresas estão passando, deixaríamos esse valor para ser discutido conforme a relação de pagamento do ICMS de cada setor da economia, segundo a sua fixação de valor.

Esperamos que seja regulamentado o mais rápido possível pelo estado, via decreto do governador, e também o funcionamento do crédito presumido do ICMS, favorecendo principalmente as micro e pequenas empresas, mais o crédito presumido pelas grandes empresas que compram delas.

Esse é mais um passo que demos no dia de hoje. Esperamos que esta Casa aprove essas leis, e possa criar um grupo político e governamental para discutir toda a política das micro e pequenas empresas conforme a lei geral em nível nacional regulamentada; a criação dos comitês gestores estaduais representativos, como também a geração de ICMS como crédito presumido e toda a questão do parcelamento das dívidas das micro e pequenas empresas.

Esperamos, também, que o mais rápido possível possamos aprovar nesta Casa uma lei para que o estado de Santa Catarina adote um dos itens do capítulo V da Lei Geral, que são as compras governamentais, ou favorecimentos das micro e pequenas empresas para as compras governamentais.

De fato é um dia importante para as micro e pequenas empresas, por esse espaço que está sendo dado também para o conjunto da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, é com profundo pesar que eu gostaria de anunciar o falecimento do radialista Valdenir Zanette, conhecido como Zé do Mato, lá do sul do estado, que tinha o programa *No Rancho do Zé do Mato*, na rádio Difusora, que era apresentado diariamente.

O Valdenir Zanette é de uma família do bairro Napolini, muito conhecida na cidade, muito respeitada, esposo da Wilma Zanette, pai da Ana Cristina e do Alexandre. Ele foi vereador de Criciúma de 1973 a 1977, professor de português, maestro de corais, integrante de clubes de serviços e pessoa envolvida com diversos setores da comunidade de Criciúma.

O seu enterro ocorrerá amanhã, no Cemitério Municipal, às 10hs. É com pesar que quero comunicar o falecimento dele e fazer o registro nesta Casa do grande homem que foi para o sul do estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Gostaria também de manifestar a minha solidariedade à toda família Zanette por essa perda prematura, porque era um jovem senhor e uma pessoa um tanto quanto injustiçada por algumas pessoas, mas um grande amigo e querido pela sociedade criciumentense.

À Wilma e aos seus filhos os meus sentimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, sras. e srs. deputados estudantes, catarinenses que acompanham a nossa sessão nesta Casa e através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Ainda, deputados Décio Góes e Pedro Baldissera, repercutiu muito na grande mídia catarinense o episódio Moeda Verde, o indiciamento feito pela Polícia Federal de mais de 50 pessoas, dentre elas um grande número de membros do governo e um grande número de novos peemedebistas que aderiram ao partido no apagar das luzes do prazo de filiações, surpreendendo até muitos peemedebistas históricos.

O deputado Edison Andrino, por exemplo, um adversário leal, uma referência do PMDB, presidente do diretório municipal, ainda manifesta o seu inconformismo pelo ingresso do prefeito Dário Berger com todo o seu time.

E agora a maioria desses que ingressaram no PMDB estão indiciados, deputado Cesar Souza Júnior, pela Polícia Federal. E o mais interessante, deputada Ana Paula Lima, ao invés dos novos companheiros fazerem a defesa, eu me surpreendi ao ver que o secretário estadual do PMDB disse o seguinte: "Os fatos que incriminam o Dário Berger foram praticados quando ele ainda estava no PSDB. Portanto, não tem problema nenhum para o PMDB."

Sr. Secretário-geral do PMDB de Santa Catarina, não é assim que se faz a defesa de um companheiro. Vejam: tudo bem, o Dário Berger era do PMDB, mas os fatos ele praticou quando estava no PSDB. Portanto, o PMDB não tem nada a ver com isso. Isso aqui está parecendo brincadeira.

Já o deputado Edison Andrino, na coluna do Roberto Azevedo, diz que não aguenta mais a intervenção de políticos de outras regiões no PMDB de Florianópolis, e aí bate diretamente no líder da bancada. É irmão batendo em irmão! Antes parecia que esse negócio era a portas fechadas, mas agora é pela imprensa.

O deputado Edison Andrino agora está batendo no líder da bancada do PMDB pela imprensa. O secretário estadual do PMDB diz que as coisas que Dário Berger fez no tempo que estava no PSDB não têm nada a ver com o atual partido. Mas onde está a ficha de filiação dele? É o que está no jornal. É o que o secretário-geral do PMDB está dizendo, deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Nobre deputado, a notícia tem que ser vista dentro do contexto em que está inserida. Não se pode pegar uma frase isolada e querer dar a interpretação que v.exa. está dando.

Na verdade, a pergunta que me foi feita é se o PMDB estaria adotando alguma providência com relação ao episódio da Moeda Verde, em função da vinda do prefeito Dário Berger para o nosso partido.

Eu disse que recebemos o prefeito Dário Berger com os ônus e os bônus que essa filiação nos traz, mas que não caberia ao PMDB discutir os episódios envolvidos na Moeda Verde, porque na época ele não pertencia a nossa grei partidária. Esse foi o contexto em que foi colocada a notícia.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço seu aparte, nobre deputado.

Na coluna do Prisco Paraíso o deputado Edison Andrino terminou dizendo o seguinte: "Quem pariu Mateus que o embale" [...] Colocando o prefeito Dário Berger nos braços do presidente Eduardo Moreira, dizendo: "Não temos nada a ver com isso". A coisa não anda bem por lá.

Vamos ao que interessa. Fiquei contente quando soube que o governador ia para a Rússia novamente, porque pensei: agora o governador, nessa quase uma dezena de viagens para a Rússia, vai conseguir finalmente liberar a exportação de carne suína que a gente catarinense está esperando há quase cinco anos. Praticamente durante todo o governo do PMDB estamos esperando pelo retorno do comércio com a Rússia. Deputado Moacir Sopelsa, quando soube que ele ia para a Rússia novamente pensei que ele ia liberar. Só hoje é que recebi a agenda do governador na Rússia. Vou ler porque é a agenda oficial e se for contar sem o papel na mão ninguém vai acreditar.

A importante agente do governador na Rússia.

(Passa a ler.)

[...]

"Dia 22 de outubro (segunda-feira)

- 18:05h - Chegada em Moscou -

Aeroporto [...]

Dia 23 de outubro (terça-feira)

- 10:30h" [...]

Já teve aí um bom tempo chegaram às 18h e o primeiro compromisso oficial só aconteceu no outro dia às 10h30min. É uma agenda muito folgada.

(Continua lendo.)

[...]

"10:30h - Deslocamento para o Conservatório Tchaikovski

11:00h - Reunião com o Reitor do Conservatório Estatal P.I. Tchaikovski" [...]

Depois só às 17h. Das 11h às 17h deve ser folga para o almoço. Para sestejar, como lembra o deputado Pedro Baldissera. Foram sestejar das 11h às 17h.

(Continua lendo.)

[...]

"- 17:00h deslocamento para o Teatro Bolshoi

18:00h Encontro com o Vice-Diretor do Teatro Bolshoi...

19:00h Apresentação cultural do Ballet 'Dom Quixote'" [...] [sic]

Último grande compromisso do dia. Pelo amor de Deus, deputado Dagomar Carneiro! Pelo amor de Deus!

Ontem à noite ouvi um deputado do governo dizer que ficou com vergonha quando recebeu essa agenda. Até eles estão sentindo vergonha, deputado Jandir Bellini.

O nosso povo, o nosso produtor rural está esperando há anos o governo mostrar um pouco de competência e reabrir a exportação de carne para a Rússia e o governador vai para Moscou, de novo, para ir ao teatro Bolshoi e para assistir o Balé "Dom Quixote". Acho que está na hora de requerermos pelo menos essa parte da Rússia na volta dele. Vamos ter que entrar com uma ação para ele devolver o dinheiro do povo que está sendo usado para ir ao teatro e ao balé. Que possa pelo menos ressarcir aos cofres de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

O SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sra. deputada. Eu queria apenas cumprimentar e desejar as boas-vindas ao prefeito Neuri Meneguzzi, de Arvoredo. Sinta-se bem na nossa Casa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero registrar a presença na Casa de alunos e professores do Colégio Nova Era, do nosso querido município de Joinville, que estão acompanhando os trabalhos. Desejo a todos uma bela estada aqui na Assembléia Legislativa e em Florianópolis.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada sra. presidente, deputada Ana Paula Lima.

Venho usar o horário do meu partido, o PRB, para falar sobre a prevenção do câncer de mama. Há uma matéria muito importante no *Diário Catarinense*, na página 30, que fala do mês internacional de consciência sobre o câncer de mama, que também é conhecido como outubro rosa por causa do laço cor-de-rosa que simboliza mundialmente a luta contra este tipo de câncer que avança no contingente feminino abaixo dos 40 anos.

Nós, as três deputadas com assento nesta Casa, somos preocupadas com a saúde da mulher, e estamos bem alinhadas, sempre defendendo a família e a mulher, porque somos mulheres e somos mães. Eu sou mãe, assim como as deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima.

Gostaria de dizer que sou a favor de separarmos uma fatia do orçamento para a saúde da mulher, para exames, porque muitas vezes as mulheres que querem fazer o seu exame têm que enfrentar filas, mesmo tendo o cartão da previdência. Inclusive até quando se paga a consulta médica é preciso aguardar na fila. Sou favorável porque a doença não avisa que está vindo. E hoje nós sabemos que o câncer de mama e de colo de útero é a doença que mais mata. Fazemos um alerta a todas as mulheres para fazerem seu exame porque a doença, deputada Ada De Luca, está atingindo até as jovens.

A matéria diz o seguinte:
(Passa a ler.)

[...]

"Em três anos, triplicou o número de mulheres que ainda nem completaram 40 anos, mas já foram vítimas do câncer de mama. Os dados são da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) e mostram que, em 2003, a incidência desse tipo de tumor nas mais jovens era de 5,6%.

De raridade, os casos passaram a ser recorrentes e, no ano passado, esse grupo passou a representar 16,8% das ocorrências da doença. A incidência aumentada rapidamente após essa faixa etária.[...]"[sic]

E se as mulheres que notam a presença desses tumores, deputado Pedro Uczai - e v.exa., que já foi prefeito de Chapecó, cuidou muito atentamente da saúde, e sabemos de sua competência -, procurarem um médico, 90% da população feminina poderão ter recuperação, deputada Ana Paula Lima.

Então, queremos fazer um alerta às mulheres catarinenses para que se examinem, assim como também observem as suas filhas, e façam o exame para prevenir.

Muito obrigada, sra. presidente, pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, srs. deputados, nossos municípios de Joinville que estão visitando a Assembléia Legislativa no dia de hoje, dentro do PSDB, sou considerado PSDdoB, ou seja, um deputado mais à esquerda do partido, talvez em função de algumas posições e opiniões que tenho em relação à vida pública. Eu costumo ser muito transparente e claro em relação às coisas que penso e àquilo que entendo como certo e errado.

Em relação ao governo federal, ao governo do Lula, embora sendo do PSDB, que é supostamente o partido de Oposição mesmo ao governo Lula, eu tenho sido meio dissonante nessa turma do PSDB e elogiado muitas ações do presidente Lula, muitas ações deste governo, muitas! Inclusive, acho que, se formos fazer uma análise geral deste governo, ele tem muito mais acertos do que erros.

Mas há algumas coisas que eu não gosto. Essa amizade muito chegada com o Id Amin Dada Branco, lá da Venezuela, o Hugo Chávez, é pernicioso, não me faz bem ver. E também uma série de outras questões, entre elas - e isso é uma opinião particular minha -, por exemplo, a criação da TV pública. O governo está mandando para o Congresso Nacional uma medida provisória para criar a TV pública.

Eu sou comunicador, trabalho no meio há quase 30 anos e acompanho *pari passu* todo o andamento da comunicação, tanto de rádio como de televisão. E vejo que qualquer governo federal, depois do Lula ou antes dele, tem os mecanismos mais que necessários para transmitir o seu trabalho, as suas opiniões, etc. O governo tem todos esses mecanismos através do Sistema Radiobrás, que inclui rádio e televisão, e por que não dizer até a própria TV Cultura, que está aí também para essas questões.

Então, qualquer governo que estiver instalado neste país não tem necessidade nenhuma de criar mais uma TV pública. Necessidade tem o Hugo Chávez, lá na Venezuela, que desmontou a maior televisão que havia lá e criou a sua TV pública. Ele precisa porque tem que fazer lavagem cerebral no povo, precisa convencer aquela parcela enorme de pessoas que não concordam com ele. Inclusive está dando briga, confusão lá, conforme temos visto pela televisão. Então, ele precisa de uma televisão pública para convencer as pessoas daquilo que ninguém se convence, que é a forma de ele governar aquele país. É um verdadeiro Id Amin Dada Branco, eu considero assim.

Agora o Lula não precisa disso. Porque assumiu este governo federal e todo mundo ficou de cabelo em pé - os que tinham cabelo e eu, que tinha pouco cabelo, fiquei também -, assustado, com medo de o Lula fazer tudo aquilo que falava nos palanques ou na época que era sindicalista. Mas, para surpresa de todos, está fazendo um governo com muita sensatez, com muita coerência - essa é a minha opinião particular, e quem quiser pode xingar o deputado Nilson Gonçalves pela sua opinião -, está sendo sensato e criando uma série de condições para este país se desenvolver. E por que criar televisão pública, e por medida provisória?

Eu, na minha modesta opinião, quero acreditar que isso só vai servir para inchar mais ainda a máquina pública. Serão mais algumas centenas de empregos para elementos da imprensa se estabelecerem lá, e não vai alterar muito mais do que já temos. Porque se o governo precisa transmitir as suas opiniões, transmitir o seu trabalho, há o Sistema Radiobrás, televisão, rádio e a própria TV Cultura que está aí também para essa finalidade.

Então, não há necessidade nenhuma de fazer essa ganstança toda, criar todo esse elefante branco para se transmitir aquilo que eu compreendo, e quero acreditar, que na verdade vai ser uma TV chapa branca! Não precisamos de TV chapa branca neste país! Esta é a grande verdade!

Quero aproveitar os dois minutos que me restam para fazer um desabafo: mais um projeto de minha autoria capota na comissão de Constituição e Justiça. Deputado Edson Piriquito, v.exa. está aqui apenas este ano, eu já estou no meu terceiro mandato, e é impressionante! Se os deputados forem analisar mais profundamente que tipo de projeto podem criar nesta Casa, verão que estão limitados a muito pouca coisa. Se eles dão entrada a um projeto, sofre vício de origem porque era o governo que deveria mandar; se entra com outro projeto, dizem que não pode porque é competência do município e não do estado. É um inferno!

Eu entrei com um projetinho aqui muito bom, que seria uma beleza! Eu tenho vários que já capotaram, mas só vou citar um. Dei entrada a um projeto que dispõe sobre a discriminação, de forma transparente, dos impostos incidentes nas mercadorias e nos serviços do estado. Seria consultar a nota fiscal para ver o que estamos pagando de imposto. "Não pode! É inconstitucional porque não foi feita a reforma fiscal ainda. O senhor não pode se meter nisso"! Está bem, eu não posso!

Daí entro com outro projeto para criar um lacre no tanque do posto de gasolina. "O senhor não pode fazer esse projeto"! E se simplificar assim, nós vamos fazer o que aqui dentro?! Tudo não pode! É uma loucura!

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado.

Gostaria de registrar a presença nas galerias da nossa Assembléia Legislativa da ex-deputada federal Luci Choinacki.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sociedade que veio prestigiar o Parlamento na tarde de hoje, com certeza acompanhando e apresentando os seus trabalhos, o que para nós é uma honra - e o magnífico reitor da Udesc esteve visitando também o Parlamento na tarde de hoje, e para nós também é motivo de alegria e satisfação -, quero dizer que tenho cinco mandatos nesta Casa e não estou entendendo mais nada de política, desaprendi tudo. Depois que o eminente deputado Joares Ponticelli veio aqui preocupado com o PMDB, eu não entendo mais nada de política. Bom, ele já foi do PMDB e deve estar querendo voltar, porque agora está preocupado com as decisões do PMDB da capital!

Ele é presidente do PP e tem que fazer muita força para organizar o seu partido, porque senão vai acontecer o que ocorreu em Chapecó: perderam o vice-prefeito, dois vereadores, mais de 200 lideranças e por aí afora - não vou ficar enumerando todos. Portanto, ele tem que estar preocupado com o PP e não com o PMDB. Os líderes do PMDB sabem muito bem conduzir o processo.

Como ele veio aqui com essa preocupação com o PMDB, eu ainda não estou entendendo o encaminhamento do eminente deputado Joares Ponticelli. Hoje ele marca um novo tempo: não está mais preocupado com o governo, e sim com o PMDB, que já derrotou o seu ex-governador por três vezes nas urnas, democraticamente, em Santa Catarina. Quem sabe agora, preocupado com o PMDB, ele está-se despedindo para vir para cá. Foi isto que eu senti aqui no Parlamento: que ele está preocupado com o PMDB da capital, com pessoas que vêm de lá.

Mas é porque o PMDB é diferente. É um partido que ressurge e que não tem dono. Ele é do povo de Santa Catarina e do Brasil e por isso todos podem participar, efetivamente, do processo democrático. Este é o PMDB!

Ouvi dizer em seu pronunciamento - e não foi o primeiro - que o governador, na primeira viagem, tinha ido fazer turismo no exterior. Desrespeitou o eminente deputado Jandir Bellini, que acompanhou o governador e sabe do trabalho dele lá no exterior, buscando alternativas e viabilizando a vida do estado de Santa Catarina.

Então, fica muito ruim ele desrespeitar os seus próprios pares. Agora, vem denunciar o governador numa outra viagem - Rússia, Tóquio, etc. -, na qual está lá o líder do seu partido acompanhando o governador. O deputado Kennedy Nunes está acompanhando o governador e ele vem aqui com a mesma crítica. E, pelo que eu sei, ele não respeita nem o seu líder, que estava no movimento contra o pedágio em Santa Catarina! Quer dizer, o líder é contra o pedágio e ele defende o pedágio.

Então, deputado Edson Piriquito, é complicado! Isso mostra que a sua liderança começa a ser questionada, porque os seus liderados não estão acompanhando as suas decisões. E, inclusive, está criando alguns problemas para ele, no sul de Santa Catarina. Lamentavelmente, com esses seus pronunciamentos nos quais só pensa em atacar, acaba machucado.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa. que, com certeza, vem trazer alguns dados importantes para o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Deputado Manoel Mota, agradeço pela oportunidade. Essas são coisas que surpreendem o nosso entendimento e que até nos deixam sem ter condição de interpretação de como acontecem. Primeiramente, é o fato de o governador ter convidado o deputado Kennedy Nunes para viajar com ele. O deputado não tem poupado palavras para desacatar e desonrar o governador aqui, neste plenário. Respeito o seu direito, ele faz o papel de Oposição, mas não entendo como o governador convida o deputado Kennedy Nunes para fazer parte da sua comitiva.

Entendo até o deputado Kennedy Nunes participando junto com o governador, porque creio que é uma questão até de caráter, de personalidade, mas não entendo essa questão do governador.

Agora fica claro também o posicionamento do deputado Joares Ponticelli de ficar preocupado com o crescimento e com a *performance* do PMDB. Aí dou toda razão a v.exa. Talvez falte o que discutir lá no PP e ele tenha que trazer o partido para ser a matéria das suas falas. E até porque o PMDB é o que está na moda, que está na onda, e é, hoje, o partido responsável por essa grande coligação que está conduzindo muito bem o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Manoel Mota, para acrescentar algo ao assunto que v.exa. está-se referindo, a viagem do governador, gostaria de dizer, para efeito de esclarecimento - e eu até iria fazer parte da comitiva, mas resolvi não ir -, que o governador mandou para esta Casa, e está no Diário Oficial, um pedido ao presidente da Assembléia para que indicasse dois deputados para acompanhar a comitiva, representando a Assembléia Legislativa.

Até para orientar o deputado Edson Piriquito, gostaria de dizer que o governador não convidou nenhum deputado. Ele pediu que fossem indicados dois deputados e os demais, no caso, foram por indicação da própria Assembléia Legislativa. Os dois indicados oficiais foram os deputados Nilson Gonçalves e Jailson Lima, e os demais deputados foram, provavelmente, por indicação da Mesa Diretora ou alguma coisa nesse sentido, e legitimamente estão lá também, evidentemente.

Agora é importante destacar que se alguém pensa que o governador está indo fazer piquenique ou está passeando, precisa viajar com ele uma vez! É bom que o deputado Kennedy Nunes tenha ido junto, porque vai sentir mais ou menos como é a tocada do governador. V.Exa. já viajou com o governador e sabe como é! Se alguém pensa que vai viajar com o governador e passear, fazer piquenique, quebra a cara redondamente porque o homem é maluco, é doido, ele não pára! É uma ansia de entrar e sair dos lugares, e você tem que estar junto, correndo. É uma loucura!

Eu sei porque já viajei com o governador Luiz Henrique da Silveira, já viajei com o ex-governador Esperidião Amin, e tive a oportunidade de sentir a diferença. Se alguém pensa que vai passear com o governador Luiz Henrique da Silveira, que ensaie a viola e não vá, porque não dá! O homem é um trator para trabalhar mesmo nessas viagens oficiais.

Então, estou falando isso apenas e tão somente para efeito de esclarecimento. Com relação ao deputado Joares Ponticelli, é perfeitamente compreensível, deputado Manoel Mota. V.Exa. fica irritado cada vez que ele vai à tribuna. Mas é assim mesmo! Ele está no gabinete dele ou aqui sempre pensando: o que eu vou fazer agora? Eu sou Oposição, tenho que dar um cacete! Então, ele pensa em alguma coisa e descasca o pau na tribuna. Isso faz parte do jogo político e do jogo de cena da política, também. Lá na frente, se o PMDB for Oposição, também vai acontecer a mesma coisa! Então, não se irrite deputado Manoel Mota, não perca a sua saúde por isso!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Está bom. Mas é preciso conhecer Luiz Henrique da Silveira para depois vir a esta tribuna fazer algumas considerações negativas. Quem não conhece até pode fazer, mas quem conhece não faz!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou conceder um aparte a v.exa. que viajou recentemente com o governador e sei que foi uma viagem produtiva.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Apenas para esclarecer este fato: v.exa. tem razão quando diz que o governador quando viaja é a trabalho. Eu tive a oportunidade de acompanhá-lo e sei do trabalho sério que ele faz. Agora, o que o deputado Joares Ponticelli trouxe a esta tribuna foi a agenda. Talvez o governador tenha que chamar a atenção daquelas pessoas que fazem sua agenda para analisá-la com mais responsabilidade. Neste caso, o deputado Joares Ponticelli apenas estava relatando aqui o que está escrito na agenda. Mas nós sabemos que o governador está trabalhando na Rússia por Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Jandir Bellini, mas me referi ao fato de ele ter dito que o governador foi fazer turismo no exterior. Assim sendo, ele não olha a agenda, ele quer é criticar! E quem conhece o governador Luiz Henrique da Silveira sabe perfeitamente que ele é um homem de bem, de trabalho e que busca alternativas para viabilizar o nosso estado. E, por isso, ele vai muito bem! E eu me orgulho em defender o governador do estado de Santa Catarina pela sua ação e pelo seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, que concluirá o tempo restante reservado ao partido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, srs. deputados, uso o horário do nosso partido para falar do PMDB, do nosso partido, do partido deste país.

Eu quero aqui agradecer a preocupação do nobre deputado Joares Ponticelli com o nosso PMDB, porque é o segundo dia consecutivo que s.exa. traz assuntos do PMDB para a tribuna desta Casa. E, às vezes, até parece mais peemedebista que todos nós juntos, os 12 da bancada, tamanha é a preocupação do deputado Joares Ponticelli com o nosso partido.

Eu concordo plenamente com o deputado Nilson Gonçalves, que diz que fazer oposição tem que ser assim, ou seja, se faz também no lado administrativo. E quando o deputado Joares Ponticelli começa a se preocupar com o campo político do partido, é porque ele não está vendo mais nada de errado no campo administrativo do governo de Luiz Henrique, e, então, começa a se preocupar com o nosso partido. Talvez o deputado Joares Ponticelli tenha poucos assuntos a resolver dentro do seu partido, tanto que o partido está minguando e a cada dia vemos uns indo para um lado, outros indo para outro e poucos adentrando ao PP. Isso nós temos acompanhado pela imprensa. No entanto, vimos o crescimento enorme do PMDB com um número grande de filiações por todo o estado de Santa Catarina.

Então, como peemedebista, quero agradecer a preocupação do deputado Joares Ponticelli com relação ao nosso PMDB. Mas acho que o partido dele deve ter outras preocupações com os poucos eleitores que possui. E os seus liderados ficarão preocupados, pois s.exa. não discute a situação do partido deles, enquanto está discutindo a situação do partido dos outros.

Srs. deputados, sobre a viagem do governador Luiz Henrique, quero dizer que hoje, num mundo globalizado, num mundo diferente, aquele que pensa em administrar sentado num gabinete 24 horas por dia, não irá administrar, e não irá a lugar nenhum! O governador Luiz Henrique, todos nós conhecemos, independente de sigla partidária e de partido político, faz um trabalho incansável e difícil de acompanhar. Agora, administrar é conhecer, é ir atrás das coisas, é procurar trazer recursos e benefícios para o estado de Santa Catarina. E eu, cada vez mais, deputado Onofre Santo Agostini, fico convicto sobre por que o Luiz Henrique foi reeleito.

Quando vejo os líderes do outro governo, que antecederam o Luiz Henrique, pensarem que o governador não pode sair do estado de Santa Catarina para outro lugar, é a mesma coisa que pensarmos que o Lula não pode viajar, e que tem que ficar só em Brasília. E se pensar que o governador tem que ficar só no estado de Santa Catarina, não vai acontecer nada, o estado não vai crescer, se modificar, buscar conhecimentos neste mundo globalizado. E é por isso que o governador Luiz Henrique foi reconduzido, por ampla maioria do povo catarinense, para mais um mandato.

Srs. deputados, em sua primeira viagem para o exterior o governador convidou pessoas para acompanhá-lo em suas missões e não olhou as siglas partidárias, que é o mais importante. O governador sempre cita isso, ou seja, após a eleição, na sua posse, ele é o governador de todos os catarinenses. E ele tem feito isso! E nós deveríamos ocupar esta tribuna para aplaudir essa força, esse jeito de administrar do nosso governador do estado!

Eu tenho certeza de que toda viagem do governador, seja para aonde for, sempre trará benefícios para o nosso estado de Santa Catarina. E nós sabemos disso! O deputado Jandir Bellini já viajou com o governador e sabe qual é o seu ritmo: o deputado Nilson Gonçalves também falou há pouco como é acompanhar o governador; penso que o deputado Onofre Santo Agostini já viajou com ele e sabe como são essas viagens do governador Luiz Henrique. E o deputado Joares Ponticelli, que não viajou com o governador, não sabe como elas são, e ocupa esta tribuna para falar daquilo que não sabe, que não conhece, porque ainda não teve a oportunidade, mas, com certeza, terá a oportunidade como o seu líder, o deputado Kennedy Nunes, que está viajando agora com o governador Luiz Henrique.

Então, quero registrar aqui estes dois assuntos trazidos hoje a esta tribuna, ou seja, a viagem do governador e a preocupação do líder do PP com o crescimento do PMDB, que é temerário mesmo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não, concedo um aparte ao nosso nobre líder.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar v.exa. pela continuidade do seu pronunciamento, porque ver um deputado de outro partido intervir no nosso é algo muito estranho.

Mas quero registrar a presença, na tarde de hoje, do vereador Antônio Marcos Mota, candidato a prefeito de Araranguá, uma pessoa jovem que vem se destacando na política do extremo sul de Santa Catarina, cheio de garra, de vontade e de emoção. E penso que está na hora da juventude se preparar para o futuro do nosso estado.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - A árvore é boa e o fruto não cai longe do pé, não é deputado Manoel Mota, nosso grande líder de Araranguá? É o Motinha, mais um líder do grande PMDB do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, que preside a mesa, amigo deputado Dagomar Carneiro, deputada Odete de Jesus, deputada Ada De Luca e srs. deputados, este tema tratado aqui pelo deputado Joares Ponticelli, é importante que seja esclarecido de uma vez por todas, até porque sempre teremos uma viagem de alguém de Santa Catarina para a Rússia para resolver o embargo da carne suína. E aí temos que esclarecer duas coisas: primeiro, tínhamos, no passado, com a Rússia um problema sanitário. A Rússia não importava a carne brasileira por não termos o selo de área livre de febre aftosa sem vacinação. Hoje, Santa Catarina tem esse *status*. Conseguiu, recentemente, através da OIE o reconhecimento do estado livre de febre aftosa sem vacinação.

A partir daí encerra-se a participação do governo do estado e do governo federal no que diz respeito à relação comercial dos compradores de carne da Rússia e dos vendedores de carne do Brasil. O governo do estado tem que ir lá vender os seus produtores agora, são as agroindústrias de Santa Catarina que, aliás, estão fazendo e, brevemente, irão anunciar grandes negócios com a Rússia, em função de um *status* sanitário que, com o apoio do governo do estado, com o aprimoramento e o trabalho sério da nossa Cidasc, foi possível conseguir, diga-se de passagem, também fruto de trabalho vindo de vários governos, não apenas deste.

Por isso, não conhecem a agenda do governador na Rússia, mas é absolutamente normal, absolutamente pertinente que dela não conste nenhum assunto tratando sobre a questão da carne suína e das exportações, porque o que era para o governo fazer foi feito. Conseguimos o selo que nós dá o *status* sanitário indispensável para essa comercialização.

Srs. deputados, também, por dever de justiça, quero aqui registrar que por duas oportunidades já viajei com o governador, e as viagens são eminentemente a trabalho. Também, por dever de justiça, deputado Manoel Mota e srs. deputados, temos que ter muita clareza quando fazemos colocações sobre o acompanhamento de parlamentares às viagens do governador. E vamos deixar claro uma coisa: não se trata de um convite pessoal do governador à pessoa do parlamentar que vai acompanhá-lo. Não é isso! É uma missão oficial do governo de Santa Catarina, acompanhado por parlamentar de Oposição, com suas despesas pagas pela Assembléia, que é um Poder independente e não faz nenhum favor ao governo do estado tê-lo acompanhando, pelo contrário, estará também para fiscalizar e para dizer aqui na Casa como foi a viagem.

Faço isso para dizer que o deputado Kennedy Nunes tem toda legitimidade ao acompanhar, não transparecendo isso como se fosse um favor, uma distinção do governo em tê-lo na comitiva. E, repito, estou falando isso por um dever de justiça, e para ser justo com a sua participação.

Tenho certeza de que no seu retorno ele irá comprovar o acerto da agenda e a carga de trabalho efetuada durante a viagem empreendida pela comissão oficial do governo de Santa Catarina e do estado de Santa Catarina representados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

Quero também deixar registrado que hoje na comissão de Constituição e Justiça em conjunto com a comissão de Finanças e Tributação, aprovamos a lei estadual que adequará a nossa legislação da micro e pequena empresa ao preceito do Super Simples federal. Sinceramente, espero que tenhamos tido a sabedoria de, ao aprovar as emendas que tratam da questão fiscal, resolver ou amenizar - já que sempre quando se trata da questão fiscal há impactos na carga tributária das micro e pequenas empresas - a questão das cinco mil empresas que foram drasticamente prejudicadas com o Super Simples, não por intenção de dirigentes do governo federal, tampouco do governo do estado, mas por um equívoco de condução quando um grande número, uma imensa maioria foi beneficiada, e o número que para nós é representativo, cinco mil empresas, foram flagrantemente prejudicadas porque, se não há vantagem em aderir ao Super Simples, ficar sem o Super Simples, ainda perde mais. Se aderir ao Super Simples, perde a competitividade com as empresas que não possuem esse *status* e não pode mais vender para empresas normais.

Espero, sinceramente, que essa anomalia tenha sido corrigida com o projeto; foi dado ao governo o poder de, por decreto, fazer essa equalização tributária, de forma que as nossas micro e pequenas empresas em Santa Catarina, aquelas que não tiveram ganho e mantendo reduzida a sua carga tributária em função de ter vigorado o Super Simples, ao menos possam manter o *status* anterior, sem prejuízo a uma cadeia produtiva tão importante e que dá tantos resultados para Santa Catarina e para o Brasil.

Era isso, muito obrigado!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não, deputado, tenho tempo ainda, e concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero apenas, deputado Gelson Merísio, fazer uma consideração sobre o início do seu pronunciamento.

Eu tive oportunidade de viajar ao exterior com o sr. governador, assim como muitos parlamentares que estão aqui, e sei da agenda e do respeito que o governador tem pelo trabalho. Às vezes nós, os parlamentares, reclamávamos que a agenda estava apertada e tenho certeza de que é isso que o governador está fazendo. Claro que, às vezes, a agenda precisa ser adaptada a das autoridades dos outros países que estão sendo visitados.

Quero deixar registrado, deputado Gelson Merísio, que nós temos a função de resolver o problema da exportação de carne. Precisamos assumir um compromisso com a Rússia: prometer alguma coisa e cumprir, coisa que não acontecia no passado!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Consulto o líder para saber quem fará uso da palavra.

Por indicação do líder, deputado Pedro Baldissera, com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro, com a aquiescência do deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Só gostaria, sr. presidente, de anunciar a presença, aqui na Assembléia Legislativa, da presidente da Acaert, empresária Marise Westphal Hartke; do presidente da ADI, Cláudio Schindwein, e também do empresário brusquense João Boiting, que faz uma visita a Assembléia. A todos os brusquenses, ao presidente da Acaert, da ADI e ao empresário João Boiting, o nosso prazer em recebê-los aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, deputado! Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Tem a palavra, por até oito minutos, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, em nome do nosso partido e da nossa bancada, quero cumprimentar a sempre deputada Luci Choinacki, que está aqui no nosso meio, hoje anunciando também a sua candidatura a presidente do Partido dos Trabalhadores, já que vamos ter eleição em dezembro. Teremos várias candidaturas, com grandes nomes, como o da deputada Luci, do deputado Cláudio Vignatti, do deputado Carlito Merss, entre outros, que estão em campanha pelo estado afora, nessa democracia que o Partido dos Trabalhadores tem tido, sendo exemplo, inclusive, do único partido que tem eleições diretas para as suas direções.

O PT já está preparado para a reforma política. O PT está preparado para discutir, sim, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e a lista partidária. Infelizmente, o nosso país, o nosso Congresso Nacional ainda não conseguiu avançar neste ponto, o que lamentamos profundamente.

Srs. deputados, também quero aproveitar este dia de hoje, no horário do nosso partido, para dizer que o Brasil vive um grande momento. Sem dúvida nenhuma, nós, do Partido dos Trabalhadores, mesmo tendo um governo com a participação de um governo de coalizão, ou seja, de vários partidos, queremos ressaltar o importante momento econômico que estamos vivendo, com a perspectiva de fechar o ano com 5% de crescimento.

Estamos animados com o crescimento do emprego, principalmente neste início de 2007, com os saldos e as divulgações das políticas sociais no Brasil, onde temos oito milhões de brasileiros que saíram da linha abaixo da pobreza e estão melhorando sua qualidade de vida. E tivemos também grandes conquistas em termos de legislação.

Hoje temos várias legislações em debate, sobre as micro e pequenas empresas; um conjunto de leis na área de energia elétrica; há poucos dias o nosso presidente esteve aqui no estado, e nós estivemos, na última quinta-feira ou sexta-feira, inaugurando uma pequena central hidrelétrica em Flor do Sertão.

Então, esse conjunto de legislações e essas iniciativas começam se dar por mudanças na lei que possibilita ao estado, à política pública neste país que o dinheiro público venha financiar alternativas, geração de energia, alternativa de geração de biocombustível, que é uma das grandes novidades que o nosso país vive neste momento.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputado Dirceu Dresch, v.exa. falou numa pequena hidrelétrica. Na verdade é uma pequena central hidrelétrica, mas a quantidade de *megawatts* é o necessário e o suficiente.

A Flor do Sertão tem que ser divulgada e todos devem observar o exemplo dessas hidrelétricas. São oito cooperativas que foram em busca da linha de crédito para produzir energia elétrica para os agricultores que são filiados numa dessas oito cooperativas.

Mais do que isso, se essas cooperativas forem produzir o queijo, a manteiga, hoje a energia elétrica é um dos quesitos que mais contribui para o aumento do preço dos produtos. E tendo a própria produção, o queijo, a manteiga, enfim, o que for produzido poderá concorrer no mercado mundial nessa economia globalizada.

Então, esse exemplo seria bom que ocorresse em todas as regiões, com as cooperativas produzindo energia elétrica baratíssima aos seus cooperados e produzindo a matéria-prima para a exportação a preços compatíveis, porque realmente a energia elétrica encarece muito o produto e é o que está acontecendo com a maioria das indústrias nas cidades. Essas alternativas é que têm que ser copiadas.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Professor Grandó. Eu vi o deputado Pedro Uczai levantar, querer participar, porque ele está coordenando aqui, está puxando essa discussão do biocombustível, da biomassa.

Então, essas pequenas iniciativas que são grandes, como diz o deputado Professor Grandó, são iniciativas que não causam impacto ambiental tão grande, como é o caso da barragem de Itapiranga, que está sendo questionada, inclusive, por toda a comunidade regional. Estivemos, na última sexta-feira, participando de uma audiência pública, onde a comunidade está se mobilizando para que não seja construída essa hidrelétrica pelos impactos que vai causar. E, com certeza, essas alternativas estão sendo construídas, este novo Brasil está sendo construído.

Nós falamos nesta Casa - o deputado Nilson Gonçalves também traz aqui esse assunto em debate para a TV pública - que o PT sempre defendeu que o estado tem de ter os seus instrumentos públicos, mas isso não intimida a questão da iniciativa privada. O estado tem de ter as suas empresas públicas justamente para dar oportunidade, não necessariamente tem que ser estatal, mas tem que ser uma TV de interesse público, sim.

Assim sendo, há interesse da comunidade sobre a questão da diversidade regional, sobre a diversidade cultural, porque muitas vezes a instituição privada não dá conta de responder essas grandes questões que são colocadas.

Então, com certeza não será uma TV do estado. Há, inclusive, uma proposta de um conselho representativo de 20 membros, sendo que 15 representantes dos diversos segmentos da sociedade é que coordenariam essa TV, levando em conta a pluralidade de pensamentos e a postura dentro da sociedade civil, e quatro representantes somente do governo e um dos funcionários.

Essa é outra alternativa importante, outra possibilidade que o Brasil coloca, porque de jeito nenhum o nosso partido, o nosso governo tem prejudicado a iniciativa privada. Muito pelo contrário, ele tem incentivado.

Por último, srs. deputados, para ser justo, já que falei sobre os candidatos a presidente, como a nossa candidata Luci Choinacki, quero dizer que também tivemos aqui o lançamento, na última quinta-feira, da candidatura a presidente do deputado Carlito Merss, do nosso partido, no estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Antes de adentrarmos à Ordem do Dia, a Presidência registra, com satisfação, a visita a esta Casa do ex-deputado José Paulo Serafim, que no mandato passado honrou este Parlamento e representou, com muita dignidade, o sul de Santa Catarina e, de modo especial, a região carbonífera.

Seja bem-vindo, sempre deputado José Serafim.

Comunicamos ainda que logo que encerrarmos a Ordem do Dia, teremos o lançamento da Rede de Notícias Acaert, que será conduzido pela presidente da entidade, sra. Marise Westphal Hartke, fruto de um requerimento dos srs. líderes partidários.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios ns. 0059/2007, 0076/2007, 0093/2007, de autoria de entidade social, que encaminham o relatório de atividades.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0072/2006, de autoria do Tribunal de Contas do estado, que encaminha o relatório de atividades.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0106/2007, de autoria de entidade social, que encaminha o relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0302/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (fornecer espaço físico para a Ama).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0308/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Ipirá (regularização de ocupação da unidade sanitária).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2007, de origem governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2007, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 13.401, de 2005, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Joaquim (instalação do quartel do Corpo de Bombeiros Militar).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0361/2007, de autoria do sr. deputado Décio Góes, que declara de utilidade pública o Grupo Cena 11 Cia. de Dança, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, tive a oportunidade de conhecer o Grupo Cena 11 e em homenagem a eles que estão aqui presentes nesta sessão eu queria fazer esta manifestação para reforçar o pedido de aprovação deste projeto, pois é um grupo que tem orgulhado muito Florianópolis e Santa Catarina.

Eles têm feito um trabalho diferenciado dos poucos grupos de dança que existem no país. O coreógrafo Alejandro Ahmed, diretor artístico e bailarino do grupo, tem se destacado. É um grupo que recebeu, no último dia 1º de outubro, o Prêmio Bravo, Prime de Cultura, na categoria Melhor Espetáculo de Dança! O prêmio da Revista *Bravo* é um prêmio importante no Brasil.

Agora em setembro o espetáculo também recebeu o prêmio Sérgio Motta de Arte e Tecnologia. O grupo já se apresentou quatro vezes em Berlim, na Alemanha, e outras inúmeras vezes nos palcos do Brasil.

O Cena 11 desenvolve uma técnica particular e instaura projetos de pesquisa e formação, sempre com o propósito de confundir teoria e prática no entendimento da dança. Um núcleo de criação com formação em várias áreas, que compõe a base para uma produção artística em que a idéia precisa ganhar expansão num corpo e organizar-se como dança.

Eles inserem tecnologia na dança. Por tudo isso nós entendemos em homenageá-los pelo esforço que fazem para projetar a dança de Santa Catarina para o Brasil e para o mundo.

Parabéns ao Grupo Cena 11 que com este título de utilidade pública, como é uma entidade sem fins lucrativos, pode ampliar os horizontes de convênios, parcerias.

Minhas saudações ao Grupo Cena 11 e solicitamos a aprovação do projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grandó - peça a palavra, sr. presidente.

O SR. presidente (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, quero apenas confirmar o que o deputado Décio Góes colocou, ou seja, da importância do grupo Cena 11.

Como prefeito de Florianópolis, tivemos várias apresentações, inclusive em níveis nacional e internacional.

Os deputados que não conhecem esse grupo devem aprovar esse reconhecimento de entidade pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0365/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina, Apar, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0398/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Judô Ono, de São José.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0406/2007, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos Oestinos em Florianópolis - AAOF, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a emenda modificativa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0432/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública o Instituto Kat Schürmann, no município de Bombinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0005/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que institui o Programa de Adequações e Estacionamentos para o Acesso de Bicicletas à Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, só quero externar ao deputado Pedro Baldissera e aos demais companheiros sobre a importância, em que pese não parecer, deste projeto de resolução.

Sou uma pessoa que brigo muito lá em Joinville para que tenhamos como hábito o uso da bicicleta. Sou defensor do uso da bicicleta.

Vejo a iniciativa do deputado Pedro Uczai muito boa. Não devo ter a mesma forma física e nem a mesma habilidade que tem o deputado. Soube que ele vem de bicicleta para a Assembléia em determinados dias.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa e acredito que se todos nós tivermos um pouco de bom senso, também andaremos de bicicleta nesta cidade e certamente colaboraremos muito para diminuir esse congestionamento infernal que é Florianópolis e colaboraremos também com a nossa saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência esclarece que o projeto do deputado Pedro Uczai não obriga todos a virem de bicicleta para a Assembléia. É apenas para criar um ambiente de estacionamento para esse meio de transporte.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o autor da matéria, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, por coincidência, também demos entrada, hoje, nesta Casa, a um projeto de lei de nossa autoria, que dispõe sobre a infraestrutura e equipamentos de segurança e de acessibilidade para as formas de mobilidade não motorizadas e adota outras providências em todas as SCs do estado de Santa Catarina.

Nós estamos convencidos da importância de se construir cinco faixas, ciclovias. Várias experiências no mundo inteiro estão dando demonstração da importância não só ambiental e econômica, como também para a qualidade de vida, para a saúde humana. Este deputado e alguns outros que praticam esporte, futebol toda terça-feira, sabem que o uso da bicicleta dá respostas fundamentais inclusive para o futuro da mobilidade urbana. E os deputados têm dificuldades para vir de bicicleta para a Assembléia porque não há ainda estacionamento para elas. E muitos servidores também gostariam de vir para cá de bicicleta, já que é uma cidade plana, de fácil acesso.

Precisamos construir, então, estacionamentos, bicicletários, para que nós tenhamos segurança ao chegarmos aqui de bicicleta. Mas seria bom que tivéssemos um banheiro para tomar um banho, trocar de roupa.

Enfim, a Assembléia Legislativa, com essa atitude, daria um exemplo para o futuro desta capital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda para discutir a matéria, com a palavra o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu quero também cumprimentar o deputado Pedro Uczai pela idéia e faço-o também na condição de usuário bissexto de bicicleta. No entanto, não posso deixar de assinalar uma posição de caráter eminentemente pessoal, por mim já manifestada quando a matéria foi deliberada na comissão de Constituição e Justiça, de que, por determinação regimental, a iniciativa para essa matéria é da Mesa da Assembléia Legislativa. É uma questão intrinsecamente administrativa e que incumbe ao órgão gestor da Assembléia Legislativa a iniciativa para tanto.

Por isso, lá votei contra e aqui vou fazê-lo da mesma forma, por entender que é meritório, sim, mas há um inequívoco vício de iniciativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com registro de voto contrário do deputado João Henrique Blasi.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0194/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello, que acrescenta os arts. 9º-A, 9º-B, 9º-C e 9º-D à Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto pela ausência dos deputados Gelson Merísio e Cesar Souza Júnior.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0197/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello, que institui a Semana da Imigração Japonesa e o Ano do Centenário da Imigração Japonesa.

Dentro deste projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0198/2007, transformado em emenda substitutiva global, que é o que vai à discussão e votação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0271/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que altera o art. 3º da Lei n. 12.571, de 4 de abril de 2003, que proíbe a exigência de depósito para internação hospitalar de emergência.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0335/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui o Programa SOS Vovô.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0476/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que altera a Lei n. 5.860, de 1981, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio ao Doente Mental - Acadom.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulta os srs. líderes se podemos colocar em pauta *ex-officio* as matérias a seguir. São matérias já tramitadas nas comissões em condições de votação. São três projetos de origem governamental, quatro projetos de origem parlamentar e um projeto de lei complementar.

(Os líderes aquiescem.)

Com a aquiescência dos srs. líderes, vamos submeter as matérias à discussão e votação.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0405/2007, de origem governamental, que altera as leis n.s 3.938, de 1966; 5.983, de 1981; 7.541, de 1988 e 10.297, de 1996.

A matéria foi votada nas comissões e foram aprovadas na forma de emenda substitutiva global, com subemendas aditivas de n.s 069, 070, 071 e 072 e uma subemenda supressiva de folhas 073.

Consulta os srs. líderes se temos condição de votar as emendas e o projeto.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação as emendas e o projeto.

Primeiro votamos as emendas aditivas e supressiva.

Os srs. deputados que aprovam as emendas, permaneçam como se encontram.

Aprovadas as emendas.

Votamos agora a emenda substitutiva global sem prejuízo das subemendas já votadas.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0425/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Tubarão (EB - Professora Célia Coelho Cruz).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0453/2007, de origem governamental, que autoriza a cessão de imóvel no município de Caçador (regularizar a ocupação pela Agência de Atendimento da Delegacia Regional do Trabalho).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0106/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública a Associação Pró-Brejaru, do município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0364/2007, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública a Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0182/2007, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0184/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que veda o bloqueio dos aparelhos celulares para utilização em redes de outras operadoras no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0321/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui o Dia Estadual do Administrador Público, a ser comemorado anualmente no dia 05 de julho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0373/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2007, de origem do Poder Judiciário, que dispõe sobre a criação de cargos de juiz de direito.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Só para esclarecimento, sr. presidente. Esse projeto é aquele que também reorganiza as entrâncias ou apenas cria os cargos de juizes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste projeto a ementa diz o seguinte: Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz de Direito. V.Exa. deve estar imaginando outro projeto que está em tramitação mais recente na Casa.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Este projeto não é aquele ao qual se refere o deputado Gelson Merísio, que eleva as cidades de Chapecó, Lages, Criciúma, Blumenau, Joinville e Itajaí a condição de entrância especial. Este projeto aqui cria vaga de juiz de direito nas comarcas de Piçarras, Camboriú, Porto Belo, São Francisco do Sul, Tijucas e Timbó, seis, meia dúzia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado João Henrique Blasi, perfeitamente afinado com as questões do Poder Judiciário, esclarece a matéria ao deputado Gelson Merísio.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, eu queria solicitar a v.exa., já no embalo das votações, que fizéssemos as votações do segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 194/2007 e 197/2007. Tenho certeza de que v.exa. irá consultar os líderes para poder fazer essas deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Peço à assessoria que traga os projetos para examinarmos a possibilidade de votação, atendendo o requerimento do deputado Jorginho Mello.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Consultamos se todos os srs.

deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim", nenhum voto

"não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro

turno.

O deputado Jorginho Mello requer a

votação em segundo turno da matéria.

A Presidência consulta os srs.

líderes se podemos votar todas as matérias

aprovadas nesta sessão, as que requerem

votação em segundo turno e as redações

finais, em sessão extraordinária.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os

srs. deputados, esta Presidência encerra a

presente sessão, convocando outra,

extraordinária, para as 16h26min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 039ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h26min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

De acordo com o entendimento com os srs. líderes, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0194/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello, que acrescenta os art. 9º-A, 9º-B, 9º-C e 9º-D, da Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em sede de segundo turno, com o voto dos srs. deputados Gelson Merísio e Cesar Souza Júnior pela abstenção.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0197/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello, que institui a Semana da Imigração Japonesa no ano do centenário da imigração japonesa.

Dentro deste projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0198/2007.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões Constituição e Justiça, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em sede de segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0271/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que altera o art. 3º da Lei n. 12.571, de 4 de abril de 2003, que proíbe a exigência de depósito para a internação hospitalar de emergência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0335/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui o Programa SOS Vovó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0476/2007, de autoria do deputado Romildo Titon, que altera a Lei n. 5.860, de 1981, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio ao Doente Mental - Acadom.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei n. 0182/2007, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0184/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que veda o bloqueio dos aparelhos celulares para utilização em redes de outras operadoras no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e com parecer contrário da comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a abstenção do deputado João Henrique Blasi.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0321/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que institui o Dia Estadual do Administrador Público, a ser comemorado no dia 5 de julho de cada ano.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0373/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre o programa de incentivo à instrução e educação escoteira.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2007, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre a criação de cargos de juiz de direito.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, a votação será nominal, pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam o projeto e os deputados que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLESIO SALVARO

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDSON PIQUIITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h31min, para a votação da redação final das matérias aprovadas anteriormente.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 040ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h31min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Nilson Gonçalves para subscrever requerimento de sua autoria, que parabeniza o presidente da Fehoesc pela posse na entidade.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Sargento Amauri Soares para subscrever requerimento de sua autoria, que cumprimenta os diretores da Associação de Professores e do Sindicato de Trabalhadores da UFSC pela eleição para o DCE da universidade.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Jandir Bellini para subscrever requerimento de sua autoria de cumprimentos ao diretor e à proprietária da Rádio Difusora, de Itajaí, pelo aniversário da emissora.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Genésio Goulart para subscrever requerimento de sua autoria de cumprimentos ao presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de SC pela eleição e posse.

DEPUTADO JORGINHO MELO (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Genésio Goulart para subscrever requerimento de sua autoria de cumprimentos a dois juizes do TRE/SC.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita que a bancada do PT seja também subscritora do requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart de cumprimentos a dois juizes do TRE/SC.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede permissão do deputado Clésio Salvaro para subscrever requerimento de cumprimentos à Rádio Difusora, de Içara.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Solicita apoio de todos os parlamentares à moção de sua autoria, que manifesta repúdio às posições retrógradadas adotadas pelo juiz Edilson Rodrigues, de Minas Gerais, em relação à Lei Maria da Penha.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute moção de autoria da deputada Ada De Luca, que manifesta repúdio às posições retrógradadas adotadas pelo juiz Edilson Rodrigues, de Minas Gerais, em relação à Lei Maria da Penha.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute moção de autoria da deputada Ada De Luca, que manifesta repúdio às posições retrógradadas adotadas pelo juiz Edilson Rodrigues, de Minas Gerais, em relação à Lei Maria da Penha.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute moção de autoria da deputada Ada De Luca, que manifesta repúdio às posições retrógradadas adotadas pelo juiz Edilson Rodrigues, de Minas Gerais, em relação à Lei Maria da Penha.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Rediscute moção de autoria da deputada Ada De Luca.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Julio Garcia para assinar moção de sua autoria, que solicita agilidade no processo de autorização de funcionamento do curso de Direito na Escola Superior de Criciúma - Esucri.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Pede permissão para assinar moção de autoria do deputado Julio Garcia que solicita a inclusão do vinho no Simples Federal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Professor Grando para assinar pedido de informação referente à remoção do complexo penitenciário localizado na Trindade, em Florianópolis.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (pela ordem) - Esclarece que pedido de informação de sua autoria não se refere à BR-101, mas à SC-486, que liga Itajaí a Brusque.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Parabeniza toda a diretoria da Acaert pelo lançamento da rede de notícias - RNA.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Enfatiza a posição da Acaert como referência nacional na área de integração das empresas de radiodifusão.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica que no dia 7 de novembro estará em debate nas comissões de Constituição e Justiça e de Educação o projeto sobre *bullying*, com a presença da especialista Cleo Fante.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Parabeniza a Acaert e toda a equipe pelo trabalho.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Parabeniza a diretoria da Acaert por ter uma mulher na presidência.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (pela ordem) - Cumprimenta a Acaert pelo trabalho, que chega às rádios da serra catarinense.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Registra o lançamento da candidatura de Luci Choinacki para a presidência do PT em SC; reporta-se à Operação Ouro Branco, referente ao leite contaminado; afirma que voltará a buscar junto ao governo estadual isenção das tarifas de água e luz para hospitais públicos e filantrópicos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende a prorrogação da CPMF e ataca os que são contra; refere-se à reunião que tratou da implantação da universidade federal pública da mesorregião do Mercosul.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Enfatiza a importância da aplicação dos recursos da CPMF e da decisão política de instalar mais uma universidade federal pública em SC.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Anuncia moção de sua autoria, que solicita ao ministério do Desenvolvimento estudos para instalação obrigatória de medidores de emissão de dióxido de carbono nos carros produzidos no país e nos importados.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Lembra que encaminhou ao presidente da República moção solicitando a criação de programa governamental voltado à promoção de responsabilidade ambiental no setor de transportes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discorre sobre o VIII Simpósio Internacional sobre Frutas de Zonas Temperadas nos Trópicos e Subtrópicos, realizado em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

De acordo com o entendimento com os srs. líderes, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0361/2007, 0365/2007, 0398/2007, 0406/2007, 0432/2007, 0106/2007, 0364/2007, 0194/2007, 0197/2007, 0271/2007, 0335/2007, 0476/2007, 0182/2007, 0184/2007, 0321/2007, 0373/2007, 0302/2007, 0308/2007, 0311/2007, 0328/2007, 0405/2007, 0425/2007 e 0453/2007.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permanecem como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0005/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0034/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0654/2007 e 0655/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0656/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0657/2007, 0658/2007 e 0659/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; e 0660/2007 e 0661/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar e ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, parabenizando-os pela implantação do projeto Ronda Escolar e do Fórum de Segurança Escolar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina - Fehoesc -, parabenizando-o pela sua posse.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir permissão para subscrever este requerimento.

(O deputado Nilson Gonçalves aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Aquiesce o deputado Nilson Gonçalves e a deputada Ana Paula Lima também é subscritora do requerimento.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Whirlpool, parabenizando-o pela outorga do Prêmio Finep Sul de Inovação Tecnológica, na categoria Mídias e Grandes Empresas 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente-geral do Whirlpool, cumprimentando-o pelo recebimento do Prêmio Finep Sul de Inovação Tecnológica.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores do Grupo Tuper S/A, parabenizando-os pela premiação da revista *Amanhã* no ranking de grandes líderes no setor automotivo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante do 62º Batalhão de Infantaria, cumprimentando-o pelo aniversário da unidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Rádio Difusora, de Içara, parabenizando-a pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Associação de Professores e do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, cumprimentando-os pela eleição para o Diretório Central dos Estudantes daquela Universidade.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir permissão para subscrever este requerimento, apesar de o deputado Sargento Amauri Soares não estar presente, pois está em Brasília. Mas tenho certeza de que ele não irá discordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com certeza absoluta, o deputado Sargento Amauri Soares concordará. V.Exa. passa a subscrever também o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da Rádio Difusora, de Içara, cumprimentando-os pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor e à proprietária da Rádio Difusora, de Itajaí, cumprimentando-os pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir permissão ao deputado Jandir Bellini para subscrever este requerimento.

(O deputado Jandir Bellini aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Jandir Bellini aquiesce. Portanto, v.ex. também subscreve este requerimento.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis, cumprimentando-os pelo aniversário daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum de Guarimir, cumprimentando-os pela instalação da segunda vara naquela comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Professores - ACP -, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à professora Eloisa Torres Martins, cumprimentando-a pela conquista da Medalha de Mérito Funcional Alice Guilhon Gonzaga Petrelli.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina, cumprimentando-o pela eleição e posse na entidade.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria de pedir permissão ao deputado Genésio Goulart para subscrever este requerimento do Sindicato dos Fiscais da Fazenda, parabenizando pela eleição da nova diretoria, assim como também a bancada do Partido dos Trabalhadores.

(O deputado Genésio Goulart aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Genésio Goulart aquiesce, v.ex.a. e a bancada do PT subscrevem o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Cerro Negro, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante da Polícia Ambiental de Santa Catarina, cumprimentando-o pela conquista do 15º Prêmio Expressão de Ecologia 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. Márcio Luiz Fogaça Vicari e Oscar Juvêncio Borges Neto, do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SC -, cumprimentando-os pela posse no cargo de juiz titular daquela Corte.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, eu quero pedir permissão ao deputado Genésio Goulart para também subscrever este requerimento cumprimentando os dois juizes do TRE. Os deputados João Henrique Blasi, Manoel Mota, Edson Piriquito e a deputada Ada De Luca também gostariam de subscrevê-lo.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento será subscrito por todos os deputados que se manifestaram, e assim procederá a assessoria.

Está deferido o requerimento desta forma.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores também gostaria de solicitar a permissão do deputado Genésio Goulart para cumprimentar os juizes Márcio Luiz Fogaça Vicari e Oscar Juvêncio Borges Neto, que se tornam juizes efetivos agora, às 17h30min na sala de sessões do TRE.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência assim procederá.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do Besc, pedindo ampliação dos dias e horários dos caixas eletrônicos das agências da região da Amurel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Clésio Salvaro, a ser enviada à diretoria da Rádio Difusora, de Içara, cumprimentando-a pelo aniversário da emissora.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, com a permissão do deputado Clésio Salvaro, também gostaria de cumprimentar a Rádio Difusora, de Içara, que tem prestado um grande serviço ao sul catarinense.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O autor está de acordo com o pedido do deputado Décio Góes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada à ministra do Meio Ambiente e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando ações administrativas e políticas para transformar a baía da Babitonga em reserva ambiental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviada ao ministro de estado do Desenvolvimento, solicitando estudos visando à obrigatoria instalação de dispositivos medidores de emissão de dióxido de carbono no painel dos veículos produzidos no Brasil ou importados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ada De Luca, a ser enviada à presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, manifestando repúdio às posições retrógradas e incompatíveis com a imagem da Magistratura brasileira adotadas pelo juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, em relação às interpretações da Lei n. 11.340.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, quero pedir aqui para todos os eminentes parlamentares desta Assembléia Legislativa aprovarem esta moção.

Deixarei a defesa para as minhas nobres colegas, que também querem participar.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero até lamentar o posicionamento desse juiz e fazer coro com a deputada Ada De Luca. Peço aqui o apoio dos eminentes deputados desta Casa porque nós, mulheres - e acredito que os homens de bem também -, consideramos um marco a defesa da mulher e, principalmente, a Lei Maria da Penha, que há 20 anos muitas mulheres de vários grupos estão defendendo. E graças a Deus o presidente Lula sancionou essa lei - fez um ano agora, no mês de setembro.

E lamentavelmente esse juiz, numa reportagem na *Folha de S.Paulo*, diz que as mulheres são a causa da violência humana, que a violência, deputada Ada De Luca, começou no Éden. Eu pergunto, sr. presidente, srs. deputados: esse juiz nasceu de que barriga? Não sei se ele foi parido para falar um absurdo desses sobre as mulheres!

Por isso, peço aos srs. deputados que aprovem essa moção por unanimidade, pois é lamentável que um juiz desses, ainda julgando - ele faz a defesa de crianças e adolescentes -, falar um absurdo desses num jornal de circulação nacional. Penso que esta Casa merece dar uma resposta à altura para esse senhor.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a deputada Odete de Jesus, para discutir.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, da mesma forma, quero parabenizar a deputada Ada De Luca pelo seu pronunciamento, ontem, aqui nesta Casa, e quero também me somar à colega parlamentar perguntando que juiz é esse? Ele comprou o seu diploma? E as causas que defende em relação à criança, ao adolescente, à viúva, ao órfão? Que autoridade é essa? Fica um ponto de interrogação no início de minha manifestação e no final.

Gostaria de pedir o apoio de todos os colegas parlamentares a esta moção.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para discutir.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, em especial, quero cumprimentar a deputada Ada De Luca pela muito pertinente moção e dizer que a Lei Maria da Penha está sendo uma grande proteção às mulheres. Num país em que leis pegam e leis não pegam, essa lei tem sido um grande instrumento protetivo às nossas mulheres, protegendo-as dos covardes que ainda as agredem. Só que é importante que tenhamos uma ação efetiva no intuito de que se cumpra a lei com rigor.

Recebi, hoje, na TV Barriga Verde, no nosso programa de televisão, uma senhora do município de São José, que registrou o oitavo boletim de ocorrência por graves agressões e que estava muito machucada. E até agora o seu ex-esposo, que não mora mais com ela e invade a casa, não foi detido.

Então, quero aqui destacar a importância da lei, a pertinência da moção da deputada Ada De Luca e dizer que é fundamental que os agentes públicos tenham rigor efetivo na aplicação dessa lei para que ela não seja uma letra morta e funcione com efetividade na proteção das nossas mulheres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para rediscutir, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, é para solicitar ao deputado Cesar Souza Júnior, que muito bem se manifestou, que o estado de Santa Catarina possa garantir - e infelizmente as mulheres ainda precisam desse tipo de recurso, deputada Ada De Luca, para que essa lei seja cumprida e a mulher também seja protegida -, que no Plano Plurianual possamos discutir o orçamento/mulher. E no orçamento/mulher temos que discutir as casas abrigo para mulheres vítimas de violência; as delegacias, deputado Cesar Souza Júnior, que também dão proteção à mulher e são também um local adequado para fazerem as suas manifestações.

E que não haja mais neste mundo esses benditos covardes que ainda agredem mulheres. Esse juiz provavelmente agride a mulher dele, se ele for casado!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a moção por unanimidade.

Moção de autoria do deputado Julio Garcia, a ser enviada ao ministro da Educação, solicitando agilidade no processo de autorização de implantação do curso de Direito na Escola Superior de Criciúma - Esucri.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputado Julio Garcia, quero parabenizar v.exa. por essa solicitação. É importante essa reivindicação para Criciúma, para o sul do estado.

Peço a v.exa. permissão para assinar essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com muita honra, o autor aquiesce ao requerido por v.exa. e subscreveremos a moção.

(O deputado Manoel Mota manifesta-se no sentido de subscrever a moção.)

Deputado Manoel Mota, também me honra contar com a sua assinatura nessa importante moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da bancada do PT, a ser enviada ao governador e aos secretários da Justiça e da Segurança Pública do estado do Paraná, manifestando pesar pela morte de um trabalhador rural e lamentando a violência sofrida por outros agricultores em uma área de plantio de sementes transgênicas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando que seja efetivado o credenciamento de leitos para a UTI do Hospital Santo Antônio, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Julio Garcia, a ser enviada ao ministro da Fazenda, solicitando a inclusão do vinho no Simples Federal.

Em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Como conhecedor dessa atividade e pela qualidade que Santa Catarina está despontando em vitivinicultura, nada mais justo do que a sua reivindicação e peço para assinar a moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Até tem razão v.exa., porque quando da nossa visita àquela vinícola, onde degustamos vinhos naquela tarde, surgiu esse pedido que originou esta moção.

Então, v.exa., na qualidade de degustador, com muito prazer subscreve a moção juntamente com o autor.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros dos Transportes e do Meio Ambiente, solicitando a criação de programa governamental para promover a cultura de responsabilidade ambiental no setor transportador nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Professor Grando, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao presidente da SC Parcerias, solicitando informações sobre a remoção do complexo penitenciário localizado no bairro Trindade, em Florianópolis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu gostaria também de assinar este pedido de informação juntamente com o deputado Professor Grando.

(O deputado Professor Grando aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado Décio Góes subscreve também o pedido de informação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre a Sindicância Administrativa n. 010/2007, no Presídio Regional de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a inexigibilidade de Licitação n. 004/2007, referente à aquisição de laboratórios didáticos móveis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando informações sobre as prestadoras de serviço atuantes nos municípios pertencentes à SDR de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Infra-Estrutura, solicitando informações sobre obras de sinalização e redutores de velocidade na BR-101, no município de Itajaí.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, o pedido de informação ao governo do estado e ao secretário da Infra-Estrutura não se refere à BR-101, e sim à SC-486, rodovia que liga Itajaí-Brusque.

Quero apenas trazer ao conhecimento dos srs. deputados que esse é o terceiro pedido de informação que fazemos. Nos outros dois, a resposta veio sempre trocada; pede-se uma coisa e a informação vem de outra coisa. Então, estamos especificando este pedido de informação com mais detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Este assunto já se está tornando de farto conhecimento dos deputados, fruto da insistência de v.exa.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento dos srs. líderes que solicita a suspensão da sessão para que a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert - possa apresentar oficialmente à Assembléia Legislativa e, por via de consequência, à sociedade catarinense a Rede de Notícias Acaert - RNA.

Para atender o requerimento, a Presidência suspende a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - (Faz soar a campainha.)

Está reaberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só queria, sr. presidente, como sou profissional de comunicação há pelo menos 25 anos, parabenizar toda a diretoria da Acaert e, especialmente, esta diretoria, pela visão e pelas iniciativas que estão tendo. Para nós, profissionais de comunicação, especialmente do rádio, esse é um mecanismo excepcional que está sendo criado e, com certeza, só vem enriquecer e facilitar o nosso trabalho.

Eu fiquei com uma dúvida e gostaria de saber se qualquer pessoa pode acessar e ter essas notícias ou se somente os associados da Acaert, no caso, as emissoras. Porque, de repente, como cidadãs, as pessoas têm vontade de ter acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Mas vai haver um café, uma bela oportunidade para uma conversa e para a troca de informações. Teremos a oportunidade, no café, de trocar essas informações, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, rapidamente, gostaria apenas de cumprimentar a Acaert e dizer, para quem não sabe, que ela é referência nacional na área de integração das empresas de radiodifusão, de comunicação. A Acaert foi responsável pelo crescimento do mercado catarinense, tanto interno quanto externo, e hoje é reconhecida no Brasil como iniciativa modelo, que vem sendo copiada, no bom sentido, por outros estados do país, pois trouxe mais profissionalismo, mais respeitabilidade e uma melhor condição para as empresas.

Sr. presidente, já que o tempo é exíguo e é controlado pela Presidência, quero aqui cumprimentar todos os amigos e companheiros da Acaert por mais essa iniciativa inovadora.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu não estava na Casa e não pude assistir a toda a apresentação, mas assisti ao final.

Sobre aquela matéria que foi usada no projeto *bullying*, a primeira entrevista que concedi foi exatamente para a Patrícia, para a rede. E a partir disso a repercussão nacional, inclusive, da matéria foi muito grande. O próprio Portal Terra se baseou na entrevista que a rede distribuiu. Apenas para informar que estamos acertando.

Sr. presidente, no próximo dia 7 de novembro, aquele projeto, cujo relator é o deputado Pedro Uczai, estará em debate nas comissões de Constituição e Justiça e de Educação. E a maior especialista de *bullying* do Brasil, dra. Cleo Fante, vem de São Paulo exclusivamente para debater e aperfeiçoar essa matéria que já é lei no estado de São Paulo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero parabenizar também o trabalho da Acaert e de toda a sua equipe, pois democracia é isso!

O rádio, com certeza, está do lado do trabalhador; a televisão não consegue fazer isso, mas o rádio está sempre presente em todos os rincões deste estado e através dele as pessoas acompanham os noticiários, obtêm entretenimento, ouvem música, etc.

Então, quero cumprimentá-los pelo trabalho.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Gostaria de parabenizar a sra. Marize e toda a diretoria da Acaert e dizer do nosso orgulho, como brusquense, de, em primeiro lugar, ter uma mulher na presidência da Acaert; em segundo lugar, ter uma mulher de extrema competência como é a sra. Marize, que já vem demonstrando isso ao longo dos anos na sua atividade profissional, na Rádio Diplomata, em Brusque; em terceiro lugar, pela demonstração de que a modernidade, a informática e o acesso à informação têm feito muito bem por toda Santa Catarina.

Parabéns a toda a diretoria da Acaert.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, também quero cumprimentar a Acaert, pois conheço o trabalho que é realizado e que chega às rádios da serra catarinense através da Patrícia, que sempre está conosco. Quero fazer este cumprimento aqui na Casa do Povo catarinense, que é a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Dando seqüência à nossa sessão extraordinária, com a palavra, em Explicação Pessoal, por até dez minutos, o deputado Padre Pedro Baldissera, líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, gostaria de registrar que na tarde hoje nós fizemos o lançamento da candidatura da companheira Luci Choinacki, ex-deputada estadual e federal, que já comandou o Partido dos Trabalhadores, para a presidência do PT. Ela terá o desafio de coordenar o Partido dos Trabalhadores no estado de Santa Catarina nos próximos dois anos.

Quero dizer que é todo um processo que está acontecendo em nível nacional, estadual e municipal. Uma dinâmica importante, fundamental e extraordinária que o Partido dos Trabalhadores realiza em todos os municípios de todos os estados brasileiros. Portanto, é um processo altamente democrático e participativo. Nós queremos fazê-lo da melhor forma possível, no sentido de fazer com que o Partido dos Trabalhadores continue com todo o seu dinamismo, com toda a sua força e determinação, levando adiante a sua missão como partido defensor da causa da maioria do povo brasileiro, que são os pequenos, os explorados e os excluídos deste nosso país. Nós queremos continuar ao lado e fazendo a caminhada com eles e com todos os nossos movimentos sociais e com as pessoas comprometidas com esta realidade. Portanto, estamos realizando um processo democrático.

Gostaria de trazer à tribuna o assunto que a deputada Odete de Jesus falou no seu primeiro pronunciamento. Estou-me referindo ao que está acontecendo em nível de país com a operação chamada Ouro Branco, através da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, envolvendo vários segmentos, para apurar este crime relacionado à vida, à saúde, na questão do leite que está recebendo alguns ingredientes, fazendo uma composição que não é salutar à vida de ninguém que o consome.

Então, neste sentido, quero trazer presente este assunto, porque é uma preocupação que diz respeito à saúde pública. E nós temos a obrigação, como parlamentares, de questionar e solicitar as investigações, a apuração, para depois tomar as devidas providências com relação ao fato que está colocado hoje no cenário nacional. Queremos colocar aqui a nossa preocupação, como parlamentar.

Outro aspecto que quero trazer presente na tarde de hoje é que sou autor de um projeto de lei que tramitou nesta Casa e que trata da isenção das tarifas de água e de luz nos hospitais públicos filantrópicos. Portanto, um projeto de um alcance social tremendo e voltado a uma das políticas mais importantes que podemos imaginar: a saúde pública do nosso povo.

É claro que pelo entendimento, na época, de vício de iniciativa, houve um indicativo, por parte governo do estado, de que, de sua iniciativa, encaminharia a este Poder um projeto de lei isentando das tarifas de água e luz os hospitais públicos e filantrópicos. Isso aconteceu em 2005. Estamos em 2007, basicamente terminando o ano, e não recebemos, infelizmente, nenhum encaminhamento de projeto por parte do governo do estado.

A Celesc e a Casan acabam de dar um retorno, que faço questão de ler para que a sociedade catarinense tenha conhecimento.

A Celesc, que tem como presidente o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, através de ofício em resposta à nossa solicitação, deu este parecer:

(Passa a ler.)

"Informamos que a Celesc é uma empresa regida por lei federal, motivo por que está impedida de isentar qualquer consumidor do pagamento de consumo de energia elétrica."

Impressionante a resposta e a saída dada a uma ação tão importante e benéfica para os cidadãos, para os hospitais públicos e filantrópicos. É claro que a constituição da empresa é regida por uma lei federal. Agora, dizer que por causa disso não pode isentar?! Aprovamos tantos projetos nesta Casa sem problema nenhum! É a forma, de fato, de se isentar da responsabilidade, do compromisso.

A Casan, por sua vez, respondeu o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 130 - É vedado à Casan conceder isenção e dispensa de pagamento das tarifas de água e esgoto, de que trata este regimento, inclusive às entidades públicas federais, estaduais e municipais."

Até parece que nesta Casa nós nunca votamos isenção de nada. É impressionante! A Casan não pode porque o art. 130 estabelece que está vedada a isenção de qualquer tarifa. Até parece que o Parlamento não existe e que não podemos tratar da matéria e levar este benefício a milhares de cidadãos catarinenses. Percebemos a má vontade, a má disposição do governo do estado em encaminhar algo tão importante para a sociedade catarinense, tendo em vista o não-cumprimento do dispositivo da lei que estabelece o percentual de 12% de gasto do estado em saúde, coisa que o estado não está cumprindo.

Portanto, vejo-me na obrigação de fazer algumas ponderações e vou retomar o mesmo projeto de lei, vou recolocá-lo nesta Casa para ser discutido até no sentido de fazer com que o próprio governo do estado se sensibilize ou tome a iniciativa de encaminhar um projeto para o Parlamento, a fim de que possamos apreciar a matéria e votá-la.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do prefeito do município de Indaial, sr. Olímpio Tomil.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, quero falar aqui sobre dois temas. O primeiro diz respeito à conjuntura que o Senado está vivendo acerca do debate de uma matéria que nós entendemos ser central nas políticas públicas deste país, que é a votação favorável ou não à prorrogação da CPMF.

Volto novamente a esta tribuna para falar deste tema e quero agradecer à coletiva da bancada, ao deputado Pedro Baldissera, ao próprio companheiro Cedenir, que coordena os assessores, que nos trouxe hoje um artigo de Paulo Henrique Amorim, com o seguinte título: "Quem não quer a CPMF", matéria que eu faço questão de ler para que fique registrada nos anais desta Casa. Registre-se que Paulo Amorim não é um petista, não é um profissional qualquer, é um grande profissional da mídia nacional, da imprensa nacional, reconhecido por todos nós.

(Passa a ler.)

"Quem não quer a CPMF

Paulo Henrique Amorim

Máximas e Mínimas 704

. Quem não quer a CPMF já quis: os tucanos inventaram a CPMF.

. Quem não quer a CPMF são aqueles que querem fazer o 'desmanche' do Estado e de suas políticas sociais.

. Quem não quer a CPMF é quem não aceita que a saúde do brasileiro melhorou - por causa do dinheiro da CPMF.

. Quem não quer a CPMF não se conforma com a última Pesquisa de Amostra Domiciliar, PNAD, do IBGE, que mostrou que a renda da metade inferior da pirâmide de renda cresce mais que a metade superior.

. Quem não quer a CPMF é quem não se conforma com a idéia de que, segundo a PNAD, a desigualdade de renda - o índice de Gini - melhorou.

. Quem não quer a CPMF é quem acha que o mercado é mais eficiente para dar hospital e escola.

. Quem não quer a CPMF quer o 'Caixa Dois', porque a CPMF é o melhor imposto para 'flagrar' o 'Caixa Dois'.

. Quem não quer a CPMF quer matar o governo Lula de fome e impedir que ele faça o seu sucessor.

. Quem não quer a CPMF não quer que o PAC vá para frente, porque, para manter os investimentos sociais, sem a CPMF, será preciso cancelar obras do PAC.

. Quem não quer a CPMF quer - 'starve the beast' - 'fazer a besta morrer de fome', o grito de guerra dos neoliberais: tirar recursos do Estado até ele morrer de inanição.

. Quem não quer a CPMF é o pessoal que quer ficar rico com 'other people's money' - 'o dinheiro dos outros', a forma clássica de a elite branca (e separatista, no caso de São Paulo) brasileira 'administrar' o estado.

. Quem não quer a CPMF quer que as favelas do Rio desapareçam do mapa, jogadas no Rio da Guarda, e não aceitam que, sob inspiração de Leonel Brizola, as favelas se transformem em bairros - sem violência, sem tráfico, e com serviços sociais.

. Quem não quer a CPMF gostaria de nomear o Coronel Ustra diretor-geral da Polícia Federal, para só prender 'preto, pobre e p...'

Nós podemos interpretar o que quer dizer o "p" que o Paulo Henrique Amorim quer manifestar no seu artigo.

(Continua lendo.)

". Quem não quer a CPMF toma café da manhã na pracinha e lê a revista Veja, domingo de manhã." [sic]

São esses que não querem a CPMF.

Por isso que eu quero aqui, como presidente do Partido dos Trabalhadores, como membro do partido do presidente da República, a partir deste artigo, manifestar-me novamente em defesa da aprovação da CPMF no Senado Federal, em defesa da diminuição da desigualdade social, em defesa de políticas públicas sociais, para fazer com que o povo brasileiro tenha mais direito, tenha mais dignidade e tenha mais políticas públicas favoráveis.

O segundo tema sobre o qual eu quero aqui me manifestar, srs. deputados Dirceu Dresch e Pedro Baldissera, sra. deputada Ana Paula Lima, principalmente os parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores, demais deputados e, quem sabe, deputados da nossa grande região oeste, diz respeito ao grupo de trabalho que se reuniu ontem, em Brasília, com a equipe do ministério da Educação, que construiu uma proposta mínima para a nossa universidade federal da mesorregião fronteira do Mercosul.

O que foi decidido naquela reunião? Primeiramente, que 14 cursos serão inicialmente implantados no sudoeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. Segunda decisão: haverá, no começo, três *campi*: uma sede e um *campus* em cada um dos outros dois estados. E eu quero aqui defender que a sede da nossa universidade seja em Santa Catarina, o estado que liga os outros dois estados. Portanto, eu defendo que a sede da universidade seja localizada em Santa Catarina, no nosso oeste, e tenha um *campus* no Paraná e outro no Rio Grande do Sul.

Em terceiro lugar, esse grupo de trabalho foi composto por membros do governo federal, através do ministério da Educação, e por 11 membros não deste Parlamento, mas das entidades envolvidas na luta pela implantação da universidade federal da mesorregião: assessores e parlamentares, movimentos sociais da Via Campesina, Fetraf e outras entidades. E essas audiências contaram com a presença não só de deputados federais e estaduais dos três estados, como de prefeitos e lideranças dos movimentos sociais e sindicais. Portanto, é uma luta coletiva, é uma luta suprapartidária, é uma luta de todos.

E nós estivemos participando, deputado Reno Caramori, dessa audiência em Brasília, com o ministro da Educação, Fernando Haddad, como também com os deputados federais do PT do Rio Grande do Sul e do Paraná, para discutir essas movimentações que estão ocorrendo em Chapecó, no oeste de Santa Catarina e no sul do país.

Portanto, é uma boa notícia. E agora vai ser constituído oficialmente esse grupo de trabalho e em 90 dias será concluído o primeiro projeto preliminar dessa nova universidade federal.

Então, com a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina, que durante 45 anos não saiu da ilha e que agora vai para Joinville, Curitiba e Araranguá, teremos uma grande expansão da universidade federal pública em nosso estado.

Esperamos, então, que o próprio Conselho Universitário, que tem um prazo de cinco dias para deliberar e participar do Reuni, realmente delibere para participar do Reuni e da expansão desses *campi*. Se não deliberar no Conselho Universitário da nossa Universidade Federal, vai ter dificuldade para expandir e interiorizar a própria UFSC.

Eram essas boas notícias que eu queria partilhar com v.exas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Vou conceder um aparte a v.exa., deputado, que também é um dos grandes lutadores em prol dessa reivindicação histórica da nossa grande região oeste de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado.

Quero de fato ressaltar a importância da universidade, mas principalmente a luta que foi feita e da perspectiva que o presidente Lula, que o governo federal, que o nosso governo, abriu com essas novas universidades. Esta é a primeira questão, ou seja, de realizar o sonho das pessoas de ter universidade pública no Brasil e haver mais gente com possibilidade de acesso ao terceiro grau através do ProUni e, principalmente, através das universidades públicas.

Outra questão que v.exa. levantou muito bem aqui - eu estava olhando o documento, o texto, que o nobre deputado levantou aqui e ele é fantástico -, refere-se à CPMF, ao quanto ela é importante e como ela está sendo investida em política social, na saúde: mais de 50% do que se arrecada estão sendo investidos na saúde, principalmente no programa Bolsa Família, que é um programa extraordinário de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Então, são fundamentais esses temas que v.exas. trazem e acho que a nossa luta, tanto dos parlamentares como dos movimentos sociais nessa caminhada, é a de que a universidade seja ressaltada.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu quero fazer justiça e parabenizar não só o presidente Lula, como também o ministro Fernando Haddad. Na audiência anterior o ministro defendia o Instituto Tecnológico e nós defendíamos a universidade. Mobilizamo-nos e organizamo-nos com os movimentos sociais e chegamos lá e democraticamente o ministro aceitou construir a universidade federal do Mercosul, na nossa grande região.

Mais um presente, mais uma conquista, mais uma vitória da nossa luta, sendo sensibilizado o governo do presidente Lula. Santa Catarina será contemplada e mais jovens terão direito à universidade e ao ensino superior público gratuito e de qualidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, companheiras deputadas, companheiros deputados, serei bastante breve, até porque gostaria de ouvir o deputado Reno Caramori, que entende deste assunto talvez mais do que ninguém nesta Casa, e v.exa. vai gostar da idéia.

(Passa a ler.)

"[...] o último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que inclusive foi o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, aponta a ação humana como a principal razão para o aquecimento global;

- a emissão de dióxido de carbono por parte dos veículos automotores é corresponsável pelo aquecimento global;

- existe tecnologia disponível para a medição do volume de dióxido de carbono expelido por veículo automotor;

- existem os diversos níveis aceitáveis ou não de emissão do dióxido de carbono por veículo automotor, padronizados pelas agências ambientais governamentais.

Requer o encaminhamento de moção ao excelentíssimo ministro de estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sr. Miguel Jorge, nos seguintes termos:

'A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Professor Grandó, sugere a realização dos estudos necessários visando à obrigatória instalação de dispositivos medidores de emissão de dióxido de carbono no painel dos veículos automotores produzidos no Brasil ou importados.' [sic]

O que significa isso?

O painel do carro marca quando o motor está aquecido; o painel do carro marca quando está faltando gasolina; o painel do carro marca a velocidade, marca se a bateria está descarregando. Se as portas não estão fechadas, o painel do carro marca.

Então, nós vamos criar um dispositivo, um pequeno *chip* que ser acoplado ao cano da descarga, onde ocorre a combustão no motor, que vai mostrar se aquela queima do dióxido de carbono está tolerável dentro dos padrões ambientais.

Com isso, deputado Reno Caramori, quando um carro chega a um posto policial, o policial olha para aquele instrumento que está no painel do carro e já diz para o motorista que ele está abusando, está poluindo e tem de regular o motor do seu carro. Se está em dia, ótimo.

Esta sugestão foi dada no último encontro que tivemos com a Fetransecc, que ocorreu na rua Marcos Areia, no Estreito, com o presidente Pedro Lopes, através de uma proposta de discussão que surgiu do companheiro Tomanini, do Deter.

Nós vamos, então, encaminhar ao sr. ministro e a todas as montadoras de carros - e há pesquisas, inclusive, do Senai e de universidades - um pedido para que instalem nos painéis dos carros um medidor de dióxido de carbono, que se chama opacímetro, pois é questão realmente da opacidade, da queima de dióxido de carbono. Com isso nós enfrentaremos todas as campanhas de XÔ CO2, de XÔ dióxido de carbono, com cidadania, com tecnologia. E eu tenho certeza de que essa idéia vai frutificar, até porque, num futuro próximo, os motoristas de caminhão, provavelmente, deputado Reno Caramori, vão ter que ter licenciamento ambiental. E até pouco tempo, v.exa., que veio lá do interior, não iria imaginar que para criar porcos teria que haver licenciamento ambiental; que para plantar maçã teria que haver licenciamento ambiental; que para produzir arroz teria que haver licenciamento ambiental.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado professor Grandó, quero cumprimentá-lo sem a menor sombra de dúvida. Mas nós, coincidentemente, também fizemos e encaminhamos uma moção ao presidente da República, ao ministro dos Transportes e à ministra do Meio Ambiente pedindo a criação de um programa governamental para promover a cultura de responsabilidade ambiental no setor de transporte.

Nós tínhamos há alguns anos a louvável, não lembro qual foi o governo, fiscalização através de um visor, de um disco para verificar o grau de fumaça do escapamento de veículos, principalmente de veículos movidos a diesel. Isso sumiu do mapa.

Nós, que vivemos nessas estradas, temos dificuldades, às vezes, deputado, de podar um caminhão pelo volume de fumaça que ele espele. É um verdadeiro absurdo! É bomba injetora desregulada, é um bico desregulado, é consumo excessivo de óleo diesel, é poluição, é monóxido de carbono espalhado por esse mundo afora.

Eu acho que é importante essa sua sugestão, ela é mais sofisticada, mais aprimorada, pois é um dispositivo que já vem no carro na hora da fabricação e é um dispositivo que, tenho certeza, não vai encarecer significativamente o veículo porque é um sensor como qualquer outro medidor de temperatura ou coisa que o valha.

Meus parabéns! Acho que vem ao encontro da moção que apresentamos através da comissão de Transportes, para tentarmos minimizar a situação ambiental nas rodovias, em função desse poluente tão nocivo que é o monóxido de carbono.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Reno Caramori, eu gostaria de colocar uma experiência que vivenciei lá em Montreal, quando fui delegado brasileiro com relação às questões das mudanças climáticas.

As pessoas responsáveis pelo sistema de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo estavam discutindo soluções para reduzirem a emissão de dióxido de carbono produzido pelo combustível fóssil. E aquelas idéias que foram lá discutidas já estão chegando aos outros países.

Na quinta-feira, nós estivemos com o deputado Renato Hinnig na Fetransesc - Federação de Transportes de Santa Catarina - e várias sugestões lá foram colocadas, como v.exa. falou. Por exemplo, o motorista de caminhão está andando na estrada e, ao avistar um fogo, uma fumaça, ele pode ligar imediatamente, através de um telefone 0800, para comunicar, em nível nacional, o incidente. Aliás, o Brasil é o quinto poluidor do mundo devido às grandes queimadas que ocorrem em nossas florestas. Então, o motorista passa a ser um aliado do meio ambiente, ajudando a cuidar nessa questão das queimadas, que emitem cerca de 25% do dióxido de carbono, o que torna o Brasil um dos maiores poluidores.

Isso é muito importante, é como eu disse: quem iria imaginar que um criador de porcos um dia teria que ter licenciamento ambiental? Que o plantador de maçãs ou mesmo o plantador de arroz teria que ter licenciamento ambiental para poder produzir? Quicá o motorista também tenha que ter o seu licenciamento, porque ele pode contribuir muito para o meio ambiente!

Para finalizar, sr. presidente, eu quero dizer que nós, parlamentares da capital de todos os catarinenses, estamos fazendo, hoje, um pedido de informação muito importante para a Grande Florianópolis, mas principalmente para Florianópolis, dirigido ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e à SC Parcerias, para saber quais as providências que estão sendo tomadas até o presente momento, no que compete àqueles órgãos, com relação à remoção do complexo penitenciário localizado no bairro da Trindade, desta cidade.

Nós queremos saber, porque já foi aprovado que eles poderiam, através de parcerias, dar uma destinação à penitenciária, a fim de que aquela área seja uma área comunitária, cultural, destinada a dar melhor qualidade de vida à população e aos visitantes.

Existe definição por parte do estado acerca da destinação que será dada àquele patrimônio público, àquela área? A comunidade do entorno, a prefeitura da capital e a Câmara de Vereadores foram consultadas?

Então nós, com esse pedido de informação, queremos desencadear uma campanha para que realmente aquela área se torne da comunidade, para o melhor uso possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente e srs. deputados, uso a tribuna para, com o devido reconhecimento, fazer o registro de um evento que ocorreu durante esta semana em Florianópolis, que eu penso que foi pouco divulgado, que foi o VIII Simpósio Internacional sobre Frutas de Zonas Temperadas nos Trópicos e Suptrópicos, que teve início no dia 21, encerrando hoje à tarde.

Participamos da abertura representando a comissão de Agricultura naquele evento, que foi magnífico. Assistimos a uma palestra do canadense Norman Looney, homem de alta capacidade técnica, que na abertura elogiou o Brasil e, acima de tudo, Santa Catarina, pelo potencial que aqui existe através dos pesquisadores da Embrapa e da Epagri, principalmente em nosso estado.

(Passa a ler.)

"O simpósio foi organizado pela ISHS - Sociedade Internacional para a Horticultura Científica -, que tem mais de sete mil membros, em 143 países, e promove entre 30 e 40 simpósios internacionais por ano, produzindo mais de 40 mil artigos sobre assuntos variados da área.

Foi o primeiro evento realizado na América Latina em 32 anos e contou com mais de 200 participantes, entre estudantes, pesquisadores e produtores, sendo cerca de 60 estrangeiros, de 30 países, que permaneceram de domingo até a tarde de hoje nas dependências do Hotel Maria do Mar. Desses 230 participantes, foram extraídos e apresentados mais de 200 trabalhos técnicos.

Esse evento foi realizado pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -, pela Epagri - Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina -, e pela Sociedade Brasileira de Fruticultura.

O evento contou com a presença do representante da Embrapa, dr. Flávio Gilberto Herter, de Pelotas, Rio Grande do Sul; do representante da Epagri, como coordenador, dr. Gabriel Berenhauer Leite, de Caçador; do palestrante, dr. Norman Looney, canadense, presidente da Associação Internacional de Horticultura, porque lá a fruticultura pertence ao departamento de horticultura.

Os outros membros do comitê organizador, é bom que se registre pela magnitude do evento, foram os srs. Marcos Wrege, Márcio Magnani, Maria do Carmo Bassols Raseira, João Carlos Costa Gomes, Luiz Antônio Palladini, José Carlos Fachinello, Alexandre Hoffmann, Henrique Pessoa dos Santos, Idemir Citadin, Márcia Vizzotto e José Luiz Petri, que é presidente da Associação Brasileira de Fruticultura.

O objetivo do simpósio é óbvio: troca de informações obtidas através de estudos científicos realizados por pesquisadores de vários países; formação de parcerias para o desenvolvimento de projetos; viabilização da produção para países pobres e desta forma melhorar o nível de alimentação; abertura de novos mercados e apoio à conquista de certificação para entrada no Mercado Comum Europeu.

Os problemas de adaptação de frutíferas, como maçã, pêra, pêssego, ameixa, uva e tantas outras variedades, além da falta do frio, como é o caso do Brasil, também foram muito discutidos: a fisiologia das plantas frutíferas voltadas ao problema da dormência; o melhoramento genético; as práticas culturais; as doenças e pragas; o impacto ambiental e a viticultura."

Vejam os senhores que dentre todos os trabalhos apresentados - e foram mais de 200 -, em quase todas as palestras proferidas pelos técnicos pesquisadores científicos, foi elogiado o trabalho da Epagri de Santa Catarina, pelos anos que vem pesquisando e colocando em solo catarinense e brasileiro produtos experimentados cientificamente e tecnicamente comprovados, de boa procedência e de boa produção, na área da maçã, da pêra, do pêssego, da ameixa e agora, mais recentemente, do *kiwi* e de hortaliças como alho, cebola e outras.

Mas esse simpósio prendeu-se mais especificamente ao produto mais importante, que é a maçã, e a outras frutas de caroço. A produção de maçã de Santa Catarina ultrapassou, na safra passada, 496 mil toneladas. O campeão na produção de maçã é Fraiburgo, com 181.435 toneladas. Em seguida vem São Joaquim, com 118 mil toneladas e o nosso pequeno município de Lebon Régis, que hoje desponta com 34 mil toneladas de maçã.

A perspectiva para a próxima safra é aumentar, no mínimo, em 25% a produção. Pelo comportamento do clima, o período de frio foi excelente para a quebra da dormência das nossas macieiras.

Mas o importante, deputado Professor Grando e deputada Ana Paula Lima, foram os elogios que os pesquisadores internacionais teceram à Epagri de Santa Catarina. E quero aproveitar para fazer um apelo: o governo tem que olhar mais para a Epagri, tem que olhar para aquela galinha dos ovos de ouro que produz tanto e de tão boa qualidade para Santa Catarina. Aqueles profissionais não são simplesmente pesquisadores, são cientistas, são pesquisadores com formação profissional de alto nível, pessoas que querem ver Santa Catarina despontar, cada vez mais, na produção de fruticultura, diminuindo assim, como já diminuimos neste ano, a importação de maçã da Argentina e do Chile. A nossa maçã, além da exportação maciça, está tendo uma aceitação fabulosa no consumo interno. Algumas escolas estão colocando na merenda escolar a maçã miúda, que é uma das variedades produzidas em Santa Catarina.

Por isso faço este registro e quero cumprimentar os organizadores do evento. Para nossa alegria foi eleito como coordenador de grupo de trabalho, em nível mundial, Gabriel Leite, que é pesquisador da Epagri de Caçador.

Parabéns, Epagri! Parabéns aos visitantes de mais de 35 países que permaneceram de domingo até a tarde de hoje estudando e discutindo problemas da fruticultura catarinense, brasileira e mundial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Quero também enaltecer o grande trabalho feito pela Epagri no estado de Santa Catarina, não só na questão da fruticultura, mas em outras áreas que deram certo em nosso estado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA DEBATER A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AUTORIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 9H, NO PLENARINHO DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Bom-dia. Daremos início à audiência pública.
(Passa a ler.)

"Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo Catarinense, damos início à audiência pública convocada pelo senhor deputado Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por solicitação das autoridades do município de Camboriú.

Este deputado e os membros desta Comissão reunem-se neste momento com as autoridades para tentarem solucionar a questão da violência contra autoridades do município de Camboriú."

Antes de darmos início ao debate sobre o tema de hoje na nossa Comissão, convocada inclusive em horário especial, nós temos alguns assuntos para tratar rapidamente. Mas desde já agradecemos a presença das autoridades, que foram convidadas para estar aqui.

(Neste momento, o senhor presidente da Comissão interrompe a audiência pública para realizar a reunião ordinária da Comissão de Segurança Pública. Depois de encerrá-la, o senhor presidente dá seqüência à audiência pública.)

Retomando os trabalhos desta audiência, convidamos para fazer parte da mesa o deputado Kennedy Nunes, membro desta Comissão; o doutor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina; o doutor Gilberto Cervi Silva, delegado regional da 29ª Delegacia Regional de Polícia; o doutor Hélcio Ferreira, delegado da Polícia do Município de Camboriú; o vereador Imenésio de Souza, do PDT; o vereador Claudinei Loos; o vereador Silvano Garcia; o vereador Lucien Aguiar e a senhora vereadora Marli Teresinha Schmitt Garcia.

Havia a sugestão dos deputados para convidarmos o presidente do partido Democratas, de Camboriú. A nossa Comissão teve dificuldade em localizá-lo e conversar com ele. Então, não pudemos convidá-lo. Se precisar, depois, numa próxima oportunidade, já que também foi citado e não conseguimos contato com ele, quem sabe nós o convidamos.

Consulto os senhores deputados se desejam fazer uso da palavra agora. Se não, poderemos ouvir os vereadores, por até cinco minutos para cada um, a fim de também não irmos muito longe. É possível, vereadores? Depois também vamos ouvir os responsáveis pela Segurança do Estado, da região e do município. Em seguida, então, nós concederemos a palavra aos deputados e abriremos para o debate. Pode ser assim?

(o senhor deputado Edson Piriquito manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O deputado Piriquito está propondo que os delegados falem primeiro. Pode ser? Então, vamos iniciar.

Começamos passando a palavra ao senhor Maurício Eskudlark.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu quero saudar o senhor presidente, o deputado Sargento Soares, o deputado Edson Piriquito, o deputado Kennedy Nunes, o deputado Herneus de Nadal, membros desta Comissão, enfim, todos os senhores parlamentares.

Deputado Dirceu, também está aqui o delegado Julio, delegado que atua na comarca de Camboriú, inclusive mais tempo do que o doutor Hélcio. Então nós o convidamos para participar da reunião, até porque ele conhece e acompanha os inquéritos lá.

Alguns desses fatos, um ou outro, aconteceram quando eu estava como delegado regional em Balneário Camboriú. Depois fui convidado pelo governador Luiz Henrique para vir à Delegacia-Geral da Polícia Civil, mas tenho acompanhado. Nós temos os fatos que foram registrados, que foram objeto de inquérito - alguns estão em investigação -, e até talvez fosse prudente a gente ouvir a parte dos vereadores, o que têm de... para daí a gente saber o que dizer sobre isso.

Eu sei que há uns meses... Tem dois procedimentos, por exemplo, que já foram para a Justiça. Lembro que na época em que eu estava em Balneário Camboriú, ante a gravidade dos fatos, auxiliei em uma das investigações com algumas informações, já que tinha uma suspeita, tinha uma placa de veículo. Inclusive lembro que tinha sido identificada uma pessoa de outro município, lá de Blumenau, que aparentemente era o proprietário daquele veículo.

Depois eu não acompanhei, porque quem investiga isso é a Delegacia da comarca. O que nós fazemos é reforçar, com o apoio da Deic ou com o apoio da Central de Investigações, que tem sido muito eficiente até no tráfico de drogas, enfim, em todos os crimes ocorridos lá. Ontem, inclusive, evitaram um roubo a banco por uma quadrilha do Rio Grande, que já estava sendo monitorada. Talvez por falta, sei lá, de tempo, não houve dedicação específica para esse caso, o que inclusive nós estamos cobrando agora. Além da dificuldade que nós encontramos, porque em todos os casos a polícia não cria fatos, a polícia apura fatos.

Sempre há dificuldade de testemunhas, ninguém viu, não tem informação. Então nós contamos com o apoio, sempre, na investigação (o deputado Sargento Soares conhece a nossa atividade), ou da própria vítima, que muitas vezes recebe mais informações - às vezes as pessoas têm receio de levar informação para a polícia, ter que depor -, ou da população, de testemunhas, de pessoas que possam nos repassar as informações.

Eu sei que há uns seis meses ou oito meses, quando houve um problema lá, eu acho que esta mesma Comissão procurou direito, inclusive, o secretário da Segurança, o deputado Ronaldo Benedet. Ele até reforçou o pedido à Deic para acompanhar essas investigações e para chegar à apuração e identificar esses autores.

Então, o próprio doutor Hélcio, que é o delegado da comarca, e o doutor Julio, podem informar cada caso desses registrado, o que foi feito lá, como está. E sempre que tem algum problema eu repasso a determinação de solução ao delegado Gilberto, que é o delegado regional, e ao delegado que trata com os delegados lá da comarca sobre essas investigações.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, doutor Maurício.

Continuaremos com a proposta inicial, de os vereadores falarem primeiro. Mas antes disso eu gostaria de frisar a todos os convidados que a partir da vinda a esta Casa e a esta Comissão de quatro vereadores, que estiveram presentes aqui na Assembleia há duas semanas, esta Comissão se sentiu responsável para justamente intermediar um debate deste tipo, porque nós ficamos preocupados com esta prática. Se isso começar a virar moda em Santa Catarina, a nossa segurança pública, de fato, e principalmente a das lideranças políticas, estará em risco.

Esta Comissão não está aqui, nem tem este papel - gostaria de deixar isto muito claro também aos delegados presentes -, para apurar fatos. Nós queremos intermediar um processo de algo com a Justiça e com as pessoas que estão correndo risco de vida (sic). Esse é o nosso papel hoje aqui e temos que deixar isso muito claro, registrado aqui, porque de fato nós queremos contribuir com o processo de democracia e de liberdade das nossas lideranças.

Então, passamos a palavra aos vereadores. Quem deseja começar?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Senhor presidente, Antes de os vereadores tomarem a palavra, eu quero convidar...

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Ah, sim, existe uma proposta.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - ...o delegado Júlio para fazer parte de mesa também. É o delegado que estava ligado, que está há mais tempo na comarca de Camboriú.

Em forma de esclarecimento, também quero justificar o acontecimento desta reunião, principalmente aos representantes aqui da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, que assim fazem. Ocorre que na condição de deputado, o único do governo, o único do PMDB, do partido do governo em toda a região da Amfri, sinto-me responsável e no direito de contribuir, de tentar elucidar os acontecimentos que vêm ocorrendo desde 2005. E pronunciei-me na tribuna desta Casa, o que culminou com a convocação desta reunião com fins de puro esclarecimento. Não posso compreender que, como deputado representante do governo, na cidade vizinha, na cidade-mãe da cidade onde eu tenho domicílio eleitoral, fatos iguais a esses continuem ocorrendo.

Não é novidade para ninguém, não é novidade para o doutor Maurício, principalmente, que era o regional desde o primeiro acontecimento, em 2005. V.Exa. era o delegado regional, conhece o início dos acontecimentos. Até então, eu acompanhei e fiz um estudo prévio sobre todos os desdobramentos que ocorreram, mas não existe uma apuração que possa trazer a elucidação que nós queremos. Eu não vou admitir que, em momento algum, o governo a que eu pertencço seja omissivo; em nenhum momento vou admitir que o governo a que eu pertencço não venha a dar uma resposta, e exata, uma resposta pontual sobre o que vem ocorrendo. Nunca na cidade de Camboriú, nunca - e eu tenho 40 anos de vida ali -, nunca! se escutou falar em tal acontecimento.

Eu não sou investigador policial, não tenho essa qualificação, mas não preciso ter para saber que isso tem cunho político. Não preciso ter. Mesmo sendo leigo e assumindo minha condição de leigo, está mais do que claro que os acontecimentos são todos ocorridos por divergência política, porque ele acontece especificamente direcionado a agentes políticos da cidade. Eu creio que se a nossa Polícia Civil apurar os fatos ou se vier a buscar realmente como deva acontecer, nós vamos achar quem está por trás disso. É impossível que somente os vereadores que são de oposição, é impossível que somente líderes políticos da cidade venham sofrendo os atentados dessa forma, e que a gente não venha a dar esclarecimento.

Então a minha intenção, quando convoquei da tribuna desta Casa e fiz essa colocação, essa solicitação ao parlamentar-presidente, o deputado Dirceu Dresch, é para que a gente bote um ponto final nisso. Que se coloque um ponto final nisso! Quem está fazendo isso? Eu quero saber. Quem está mandando, se é que tem alguém mandando? Eu quero saber. Por que está acontecendo isso só contra os vereadores? Nunca houve isso na história de Camboriú. Nunca houve na história de Camboriú! Então, quer dizer que não é um fato cotidiano da cidade. Quer dizer, divergências político-eleitorais no momento de eleição, Camboriú sempre teve essa característica, sempre existiu. Mas passado o momento de eleição... a vereadora Marli, que foi minha professora, que me conhece desde criança, sabe disso. Não que é totalmente enraizada na cidade de Camboriú. Ela sabe que nunca existiu.

Então, eu estou aqui assumindo, fazendo a *mea culpa* do governo. O governo está falhando e o governo vai ter que agir. O governo vai ter que atuar, seja na pessoa do doutor Maurício, seja na pessoa de quem for! Eu quero uma resposta sobre isso! E estou falando como representante do governo nesta Casa. Falo como representante e defensor incondicional. Incondicional! Agora, o governo a que eu pertencem tem que dar uma resposta! Eu não vou permitir essa omissão e que as coisas continuem acontecendo. Eu não vou permitir que um vereador ou algum familiar de vereador venha a sofrer óbito, para depois a gente arregaçar as mangas e ver o que tem que fazer. Porque a coisa está caminhando para esse fim! Só o vereador Claudinei, 22 disparos. O que é isso? O que é isso!

Então, para colocar na ordem desta reunião, e feita essa justificativa, eu quero que os vereadores se pronunciem e falem o que tem para falar! Porque agora é a hora de falar. Embora nós aqui na Comissão não tenhamos esse cunho, como bem já explicou o presidente Dirceu Dresch, mas nós estamos aqui como agentes políticos para contribuir e para estender a mão não somente a vocês, mas a cidade de Camboriú, ao cidadão camboriuense. É para que a gente encerre essa fase e que vocês possam ter o direito de expressão, o direito de opinião, com a segurança necessária que devem ter.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado.

Então, vamos propor, aqui pela Comissão, os encaminhamentos propostos no início: ouvirmos os vereadores. O doutor Maurício já se inscreveu. Antes podemos ouvir os vereadores, delegado?

(O senhor Maurício Eskudlark consente.)

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com a vossa permissão, é só para esclarecer, porque eu creio que todos nós que estamos aqui sabemos exatamente do que se trata. Então, apenas para esclarecer, de repente, às pessoas que estão nos ouvindo pela TVAL: trata-se de um debate, como o senhor já expressou, a fim de tentar buscar uma solução para que cesse a ocorrência de atentado a tiros contra a vida de vereadores da cidade de Camboriú, na região da Foz do Rio Itajaí-Açu e Itajaí Mirim. É para esclarecer que têm ocorrido atentados desde 2005, já somam dez atentados desde 2005, portanto, nos últimos dois anos. Têm se repetido de forma parecida; não semelhante, mas parecida.

Os vereadores estiveram neste Poder Legislativo, como V.Exa. falou, requerendo que esta Comissão de Segurança Pública tomasse alguma providência. Inclusive trouxeram documento assinado, o Ofício 064/2007, assinado pelo presidente da Câmara de Vereadores do Município de Camboriú, que é o vereador Imenésio de Souza, o Boca, que está aqui do nosso lado, assim como os quatro vereadores da cidade de Camboriú que também estão nesta mesa.

Então, essa é a matéria do debate desta manhã. É só para quem está em casa ouvindo e de repente pode pensar: mas o que eles estão discutindo, qual é o problema em Camboriú? O problema é esse. Então, o debate girará em torno disso.

Desculpa, se falei o desnecessário. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - De nada, está às ordens, deputado.

Então, quem dos vereadores gostaria de começar?

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Ao cumprimentar o deputado-presidente Dirceu Dresch saúdo todas as autoridades - vereadores, deputados, autoridades da Segurança Pública, o chefe da Polícia Civil. Na verdade, a preocupação em Camboriú vem sendo muito grande desde 2005. Isso deu início, coincidentemente ou não, com os trabalhos de uma CPI que tivemos na cidade em março daquele ano.

Em 10 de agosto, por exemplo, eu recebi ameaça por telefone, que foi registrada na reunião da Comissão, da CPI e, inclusive, está nos autos do processo que, depois, começou a transcorrer em função de que no final de novembro, ao meio-dia, eu fui abordado por uma moto, em minha residência, de modo suspeito. Mas graças a Deus tinha um vizinho, que no mesmo instante chegou. Inclusive isso foi comunicado à Delegacia de Polícia, na época, fazendo justiça ao deputado. O delegado era o delegado Guimarães. Isso, uma semana antes do dia 1º. No dia 1º dezembro eu fui surpreendido, às 18h, quando chegava a minha casa, assim que adentrei e subi na laje para verificar (e está tudo nos autos, inclusive fiz um relatório) os gritos da minha mãe, da minha filha e da minha sobrinha. E quando olho lá de cima tinha alguém, mascarado, extremamente forte, e que, quando gritei, partiu dizendo que era eu mesmo, que ia me matar, e eu tive de pular etc.

Bom, a partir dali, procuramos novamente o delegado, que já havíamos procurado naquela semana, porque uma semana antes tinha recebido essa visita, desse motoqueiro, e vinte minutos depois que ele saiu houve uma ameaça por telefone dizendo que era para tomar cuidado com o que eu iria fazer na Câmara de Vereadores - foi bem claro. Esse telefone foi deixado para o Guimarães, que, depois, ele disse que era um telefone público de uma determinada localidade e que, futuramente, procurando esse telefone, sumiu da mesa do... ele mesmo disse que sumiu, foi para o lixo, alguém tirou do delegado, na época. Isso foi relatado, isso está no relatório, e acredito que está inclusive no meu depoimento.

Isso ocorreu às 18h do dia 1º. E como não se achava, porque foi anotada a placa (alguns viram a pessoa colocar, teve testemunha que viu colocar aquela máscara clava antes de entrar etc.), procuramos a Delegacia de Polícia de Camboriú, o delegado etc. Não conseguimos e não tivemos êxito durante aquela noite, durante toda a manhã, embora testemunhas tenham visto esse carro inclusive na saída da cidade, em um posto de gasolina. Somente, revoltado com essa situação, tendo a placa... porque não dava no sistema (esse era o argumento dos policiais, ou do responsável naquele momento lá em Camboriú) para vasculhar a identificação do veículo.

Passadas exatamente 24 horas, um pouco mais, eram 19h, nós, vereadores (cinco vereadores), procuramos o delegado da Polícia Regional, Maurício Eskudlark, na época, e naquele momento, em poucos minutos, Maurício Eskudlark puxou do seu próprio computador, ao lado, e localizou o veículo, que era de Salete etc., o proprietário e assim por diante. Então, 24 horas depois (isso mesmo nós tentando) do ocorrido. Em seguida, com a própria equipe, no outro dia - não me lembro (*ininteligível*), mas em seguida, dois dias ou três dias -, localizaram quem tinha comprado o carro e o suspeito.

As relações que se fizeram com a moto, porque foi anotada a placa, são de que este tinha um relacionamento profissional com aquele que tinha me visitado imprópriamente, numa semana anterior, e que logo em seguida havia recebido visitas. E que, por uma infelicidade da coincidência, este era um segurança do prefeito, particular, da casa do prefeito. Do prefeito, esse em que a moto estava no nome da esposa dele e que recebia, inclusive, pela Secretaria de Educação, mas prestava serviço como segurança particular do prefeito.

Em função disso houve toda uma mobilização, e, na verdade, se avançou até o momento do reconhecimento. Houve o reconhecimento, de que realmente as testemunhas disseram ter visto o cidadão; foi reconhecido. Eu constituí um advogado, na época. Foi reconhecido em Blumenau, e, segundo o próprio Maurício Eskudlark, disse que realmente ele teria, pelo que se vasculhou e se investigou, um relacionamento com o tal Guilherme, em que a moto dele, ou foi ele que estava, mas a moto emprestada para outro indivíduo, esteve uma semana antes em minha residência, tinha relação com o segurança do prefeito.

Bom, até nesse sentido, o próprio secretário de Segurança disse que havia inclusive comentado isso com o prefeito, e com todos nós vereadores, de que o prefeito, realmente... aquele teria, supostamente, envolvimento com o Juliano, que foi reconhecido como o invasor da minha residência. Passado isso, foi tomado... continuou sendo ouvidas as testemunhas, foi reconhecido o cidadão, fechou-se o inquérito e encaminhou para o fórum.

Porém, o que eu gostaria e que continuou perturbando muito o nosso dia-a-dia em Camboriú foi o fato de que continuaram as ameaças, os tiros continuaram. Eu acredito que, se houve uma falha da segurança, foi justamente a falta de cruzamento de informações desse Juliano, desse Guilherme, ou onde foi, que não me cabe - sou leigo nesse sentido. Falo isso porque constantemente procuramos subsidiar a polícia local, a polícia. Inclusive, aqui em Florianópolis, procuramos várias vezes o Benedet. O Benedet encaminhou, num segundo atentado, em que deixaram a mulher do vereador Claudinei inclusive sob prisão, cárcere privado - dois elementos armados. E procuramos subsidiar, dar os detalhes.

Eu acredito que o meu caso é o que teve um avanço maior, com nomes etc. Eu acho que partir desse momento, e se tem algum relacionamento, poderia ter uma investigação maior. Falo isso firmado, em função de que, na Deic, eu fui pessoalmente pedir informações sobre o meu processo, sobre o processo que estava na Deic e estava nas mãos do Renato Hendges, que é uma figura conceituada. Pelo menos, nós cidadãos comuns acompanhamos pela imprensa que a própria Deic é uma equipe capacitada, de investigação e de reconhecimento. E o próprio Renato disse: "Isso aqui é como tirar um monte de siri de uma lata: se puxar um, vem tudo!" Certo? Só que, infelizmente, eu não posso, estou sobrecarregado. Inclusive já me incomodei um monte (*ininteligível*) com um processo que teve em Itapema.

Então, é o seguinte: eu acredito piamente que deve haver, não condenando o trabalho daqueles técnicos, que até poderiam desenvolver; eu acredito que em função até dessa conversa informal que tive com esta figura que é reconhecidamente um profissional competente, não o desmerecendo, inclusive falando de que alguma coisa ocorreu.

Eu simplesmente coloquei o processo original em baixo do meu braço e falei o seguinte: forças ocultas, estranhas (*ininteligível*), devem estar acontecendo! Para minha decepção. Para alguém, que poderia e disse que é fácil resolver, que dá para cruzar os dados, que tem como tirar, não estar fazendo, é porque está havendo um problema maior, além da competência da própria polícia. Uma coisa mais forte do que a própria organização das Polícias Civil e Militar, que não vêm discutir. Eu não entendo, e gostaria que isso fosse melhorado em função... E acredito que exista uma interferência política nesse sentido. Eu acredito, é uma posição pessoal, minha: uma interferência política, partidária, em cima da atuação, porque senão eu não falaria isso. Coloquei em baixo do braço, e procuramos, protocolamos o pedido na Superintendência da Polícia Federal. Até existe, por parte da Polícia Federal, informalmente, de certa maneira, porque é um caso específico para a Segurança Pública do Estado, segundo informações. Mas, até isso nós fizemos.

Eu só gostaria de dizer o seguinte: na verdade, aquele que invadiu minha casa não se sabe o porquê, qual o motivo; se houve um mandante, quem foi o mandante. Porque as especulações que geram em torno disso são desgastantes para nós vereadores e para a comunidade de Camboriú! O prefeito chegou a falar que tem vereador atirando em vereador. Por quê? Falta de esclarecimento, falta de se chegar, justamente, naquilo: quem mandou, qual a motivação! O que aquele cidadão de Blumenau, que foi inclusive averiguado - a polícia fez um trabalho excelente!... que trabalharam juntos, o Guilherme, o segurança do prefeito e o Guilherme; que ele foi segurança do Rei Bingo etc. Mas o que estava fazendo em minha residência, sendo que ele estava habitando em Blumenau? Se foi, por que foi? Se ele queria me matar, não queria assaltar! Eu acho que essa é a grande pergunta, a grande indagação, que poderá... Esse meu caso aqui, existe já um elemento. Poderá esclarecer os demais! Se tiver, eu acredito que tenha relacionamento um com o outro. É nesse sentido que eu falo.

E gostaria de dizer o seguinte: se existem interesses acima da competência da polícia - é um desabafo meu, particular -, interesses acima da competência da polícia, que deixem isso de lado! Que se resolva isso, principalmente para a tranquilidade da população de Camboriú. Era isso.

Eu acho que de resto estou pronto para qualquer questionamento. Inclusive fiz um relatório, que deve estar junto com o processo, e espero que a Assembléia Legislativa... Quero agradecer até esse procedimento.

Tenho certeza que na sua grande maioria a própria Polícia Civil tem interesse de desvendar isso. Mas, se tiver alguma coisa que está atrapalhando, que, por favor, consigamos deixar isso aqui. Peço em nome dos deputados, que têm força como agentes políticos. Eu acho que os instrumentos, a capacidade técnica e a competência da polícia devem ser preservados, para que possamos - mais uma vez eu digo: resguardar e garantir a segurança da população de Camboriú, não só dos vereadores!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, vereador.

Vamos abrir para os outros vereadores, deputado?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Senhor presidente, estamos tentando fazer um acompanhamento que possa elucidar o assunto. Eu quero perguntar para o vereador Lucien se ele confirma o que está no seu depoimento, numa parte do que está no depoimento dele.

O senhor fala que está... isso é um...

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Esse é o relatório feito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Um relatório que o senhor fez?

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Isso. Inclusive para que a própria Deic, a Polícia Civil, pudesse...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito.

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Inclusive a Deic colocou isso como... eu assinei como um próprio... (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tudo bem. O senhor diz aqui que: (*Passa a ler.*)

"O Dr. Maurício procurou-me tranquilizar dizendo que já tinha um suspeito, que era de Blumenau, e que possivelmente o segurança do prefeito tinha envolvimento no caso, sendo ele o possível intermediário com o indivíduo que invadiu minha residência e me ameaçou de morte. O delegado ressaltou, ainda, que havia pedido para policiais de Blumenau fotografarem o suspeito e que, logo tivesse de posse das fotos, me chamaria para o reconhecimento."

E continuou. O senhor confirma?

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Eu confirmo. E ainda ressaltando que o delegado regional da época, o Maurício, que aqui está, disse que "ele poderia ter tomado as dores do prefeito em função de alguma coisa". Inclusive. Mas que ele provavelmente teria. E foi falado isso na presença do vereador Imenésio, do vereador (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito.

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Ah, claro, o próprio Maurício está aqui. Ele pode confirmar isso.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu continuo: "Enquanto aguardávamos, o delegado regional nos confidenciou que o suspeito da foto era conhecido do Guilherme; que os dois haviam trabalhado no Rei Bingo, em Balneário Camboriú; e que provavelmente ele teria tomado as dores do prefeito e tentado resolver o 'caso' a sua maneira. Sallientou, ainda, o delegado regional, que indagou o prefeito Edson Olegário se ele tinha conhecimento ou estava envolvido neste caso, sendo que o mesmo disse não ter conhecimento e envolvimento nenhum. Mesmo assim, o Dr. Maurício disse-nos que orientou o prefeito Edson Olegário e a secretária de Administração Luzia Coppi para que demitiram o tal Guilherme, que é funcionário da Prefeitura mas faz a segurança da residência do prefeito, pois o mesmo poderia lhes trazer maiores problemas."

Não sei se contribuo.

E tem uma parte aqui, que não estou achando, em que o senhor foi orientado para não fazer o B.O.?

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Não, isso foi quando da moto, uma semana antes.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Foi o da moto?

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - Isso. Na moto, procurei o delegado Guimarães e falei que foi uma moto suspeita. Em seguida, houve uma ameaça por telefone, e chamei alguns vereadores para o procedimento que iríamos tomar. Fui até a delegacia, falei com o delegado, e ele disse: "Não, eu vou tomar providência - pegou o número da placa, tem o número do celular -, e ligo! Não precisa, porque eu já vou averiguar isso".

Eu telefonei duas ou três vezes. Ele disse que tinha conseguido falar com o cidadão. Só que, depois, nós vimos que as informações eram truncadas. Na verdade, foi mudado aí. Ele orientou: "Não precisa, porque eu vou pessoalmente!" Claro, a maior autoridade policial do município é o delegado, e ele me disse que iria pessoalmente procurar averiguar isso. Claro, eu registrei ocorrência, uma semana depois, relatando isso, em função do que houve a invasão na minha casa por esse cidadão com este Voyage.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O.k.!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Senhor presidente, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Bom, então vamos dar início ao debate.

(*Manifestações paralelas fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Até para que não... Eu acho que nós estamos todos aqui com o mesmo objetivo, que é resolver isso aí. Não tem a polícia de um lado, não tem vereadores do outro. Eu acho que os vereadores sabem que sempre que procuraram a Delegacia Regional, eu procurei dar todo o atendimento.

Fico feliz, neste caso, porque a informação que veio é que não haviam localizado a placa do veículo e tal. E quando eu recebi os vereadores na minha sala imediatamente acessei o sistema, vi que dava - acho que era num Voyage, eu não lembro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Um Voyage (*ininteligível*).

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - ...lá de Salete. Liguei para saber com quem poderia estar esse veículo, para identificar o proprietário.

Salete localizou a pessoa, em nome de quem; os policiais de Salete localizaram a pessoa, em nome de quem estava o veículo. Ele disse que tinha vendido esse veículo para uma pessoa de Blumenau. Imediatamente liguei para um comissário de lá, o senhor Sálvio Gonzaga, que é um bom profissional, e disse: Oh, Sálvio, localiza quem é que está com esse veículo aí? Ele localizou!

Então, não era a minha função investigar, mas eu vivo isso ali, eu gosto de fazer. Imediatamente peguei todos os dados que eram possíveis, identificamos essa pessoa lá de Blumenau, e passei isso para o delegado da época de lá, o delegado Luiz Guimarães. Então, quase tudo pronto para ouvir, para prosseguir as investigações.

Eu jamais iria levantar suspeita, declarar contra alguém. Mas claro que as ligações ali levavam até um segurança do prefeito! E eu perguntei para o prefeito se ele conhecia; disse para ele quanto à influência política, para fazer ou deixar de fazer. Eu quero deixar bem claro que para mim ninguém nunca iria pedir, nem eu iria atender: deixar de cumprir a minha obrigação por influência política, e isso jamais vai acontecer! Nunca ninguém me pediu, eu acho que já por me conhecer, e, se pedisse, com certeza eu iria tomar as providências cabíveis. Falei para o prefeito, como falei para todos os vereadores, falei para todos lá, que nós vamos... iríamos apurar esses fatos até o seu final. Talvez, na época, como já foi... eu entendi que já tinha entregue o processo quase pronto, o que foi possível identificar através do proprietário do veículo, quem estava com o veículo naquele momento. E aí caberia o prosseguimento do inquérito, com a ouvida das pessoas, para descobrir por que aquela pessoa foi lá. Como disse, foi por iniciativa própria, ou se alguém induziu aquela pessoa a ir lá.

Então, eu vejo e fico feliz, ai... Até nós conversávamos muito com o Lucien. Eu sentia que o Lucien estava em pânico, e por isso eu dizia para ele: "Fica calmo, agora já está identificada a pessoa." Acredito que não há... Até é uma obrigação nossa tranquilizar o cidadão, e fiz o possível para identificar e passei, na época, para o delegado. Parece-me que foram tomados alguns depoimentos. Eu acho que esse inquérito... não sei se o doutor Hélcio, pode me ajudar? E já deve estar na Justiça? Do Lucien.

(O senhor Hélcio Ferreira manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Ah, está na Deic esse aí. É, então foi aprimorada a investigação.

Quanto ao delegado Renato, doutor Lucien, não tem ingerência nenhuma. O que acontece é que, como V.Exa. mesmo falou, é um delegado competente, muito requisitado. Agora há pouco dias estava apoiando num seqüestro.

Então, eu queria passar todos esses inquéritos mais complicados para os delegados imediatamente resolverem, mas a gente reconhece a carga de trabalho que eles têm! Tivemos aquele caso do jornalista de Itapema, Maurício Barth, que o senhor citou. Demorou quase que, eu acho, dois anos até nós conseguirmos identificar, prender os autores, foram presos, já foram condenados ante a dificuldade da investigação.

Então, realmente, quando tem um caso desses, que a gente quer... Eu ligo para algum dos delegados que conheço com maior agilidade - todos são bons profissionais, mas nós reconhecemos que alguns têm conseguido maior sucesso nas suas investigações, e eu queria que o doutor Renato acompanhasse. Na época, ele disse que a carga de trabalho era muito grande. Mas esse inquérito, segundo o doutor Hélcio, continua na Deic para tentar aprimorar as investigações.

Então é bom que se registre que eu desconheço qualquer tipo de influência política lá. O que nós temos é a dificuldade, a falta de informações, mas naquele caso ali eu vi que houve, naquele dia, má vontade, porque tinha a placa do veículo...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor confirma essa informação, que está no depoimento do vereador Lucien, dizendo que o senhor orientou o prefeito para que demitisse o tal Guilherme? O senhor fez isso?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não. Eu falei para ele... Conversando com ele, perguntei se conhecia. Falei que aquele de Blumenau poderia ter ligação. Eu disse: ou alguém foi mandado ou alguém sofreu as dores.

O senhor falava da tranquilidade, deputado Piriquito. Quando eu cheguei a Balneário, disseram que a eleição em Camboriú é complicada, é muito acirrada.

Nós tivemos um caso de um homicídio lá no dia da eleição, dentro do hospital. Até que...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito.

Como eu revelei anteriormente, em período eleitoral a cidade de Camboriú é conhecida como uma cidade que disputa... (Inaudível.) Agora, fora do período eleitoral não existe histórico.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Exato.

Então, lá o que acontece, e eu falei até para o Lucien, é que pode a pessoa... Eu não quero aqui induzir que alguém mandou fazer... Como também alguma pessoa amiga e tal, sofrendo as dores, pudesse praticar o ato.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor, como autoridade competente no momento, como delegado regional que foi no primeiro acontecimento do Lucien (o senhor era delegado regional), o senhor confirma que teve essa conversa com o prefeito? Mas agora o senhor disse para mim que não acredita que seja crime político!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não, eu não posso dizer, pode ser que seja.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor falou agora! O senhor disse que não acredita que seja político, mas uma vez dizendo que o rapaz aí tinha ligação, que era funcionário da Prefeitura e fazia a segurança do prefeito, o tal do Guilherme, e o outro era amigo dele, identificado... Esses rapazes têm passagem pela polícia? Foi verificado isso?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Tem que ver nos autos...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não foi visto isso?

Pode falar, delegado Julio, estamos ouvindo.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Eu acredito que, talvez, os primeiros acontecimentos tenham alguma relação política. Talvez! Depende de investigação.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Correto.

E essa investigação vai ser quando?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Estão sendo investigados os fatos, inclusive pelo Deic, que tem alguns (ininteligível).

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Vocês têm alguns elementos novos que nós não temos?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Os novos fatos que vêm ocorrendo, na minha opinião, deputado, não acredito que sejam políticos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não acredita?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não. Estou lá há quase três anos...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Com base?...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Com base na minha experiência. Estou lá há três anos e trabalho diretamente na rua com o público, com a comunidade, e os vereadores...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então o senhor acha que seria um problema de ordem pessoal dos vereadores.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não sei! Os vereadores que estão aqui presentes são testemunhas de que eu trabalho continuamente, arduamente junto com a comunidade, e no embate com a comunidade com o tráfico, com todos os tipos de problemas que existem no local.

Então, não acredito que os últimos acontecimentos tenham qualquer cunho político. Talvez os primeiros acontecimentos, que estão sendo investigados pelo Deic. Como o nosso chefe da Polícia Civil, o doutor Maurício já falou, talvez tenha algum envolvimento político, algum cunho político.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor hoje está na delegacia de Camboriú.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor está desde quando na delegacia de Camboriú?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Aproximadamente há três anos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - E aí o senhor entende que o início pode ter... O senhor acredita que tem que ser investigado, que talvez tenha algum cunho político.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Algum cunho político. Perfeito. Agora, da metade para a frente, não acredito, deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor tem acompanhado o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo em Camboriú.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Perfeito. Eu tenho um excelente relacionamento, tanto com o Legislativo quanto com o Executivo. Tenho um bom entendimento com todos os vereadores que estão aqui presentes, como também com o prefeito Edson.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então o senhor reconhece que tem uma divergência além do normal.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Divergência política existe em todos os locais, em todas as cidades pequenas.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas além do normal, por declarações públicas feitas em rádios, em meios de comunicação...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Divergência é uma coisa, deputado. Ameaça e agressão física é uma coisa bem diferente!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - É? E...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Atentado à vida, muito mais diferente!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu ouvi alguns pronunciamentos na rádio e me assustei. O senhor, como autoridade policial, acha normal?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Nos últimos tempos, eu entendo que...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor acha normal?

Porque o senhor diz que no começo pode ter cunho político e depois parou. Mas eu vejo que a coisa está piorando. Eu não vejo que a coisa parou. Eu vejo que a coisa vem piorando!

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não... Eu acho que, no início, está sendo investigado o cunho político. Agora, os últimos fatos, principalmente o último, que se deu no meu plantão, especificamente...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Foi o único que se deu no meu plantão. Eu não acredito que tenha qualquer cunho político.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu estou lhe fazendo a pergunta como autoridade policial, nada pessoal.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Perfeito, deputado!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu quero lhe deixar bem claro isso.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não! Perfeito, perfeito!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Porque eu sou leigo e quero entender.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Eu tenho respeito por todos os vereadores...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Porque no momento em que o delegado regional, o doutor Maurício Eskudlark, hoje chefe de polícia, diz que conversou com o prefeito e o orientou, ou com a secretária de Administração ou os dois, para que demitisse o tal Guilherme... Daí o senhor, como autoridade policial, entende também que pode ter vinculação política, isso no começo...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não, não posso lhe dizer isso, deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu quero saber o que cessaria isso e por que não cessou.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não, deputado...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Como leigo, quero tentar entender.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Deputado, na época desses fatos eu não era autoridade policial de Camboriú...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tem alguma investigação que a gente não conheça? O senhor falou que estão sendo feitas investigações...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Negativo. Todas as investigações de Camboriú são públicas.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Porque eu tenho uma informação nova...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - São públicas todas as investigações.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então as que são públicas não são esclarecedoras!

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Se não são esclarecedoras, infelizmente a Polícia Civil não tem condições de...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ah! É isso que eu queria ouvir!

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não! Não tem condições de esclarecer... Nós temos um... Mas a gente está investigando todos os fatos, e temos atendido todas as autoridades no município...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Nos últimos três meses, quais foram as investigações que vocês fizeram?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Quais foram?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - É, nos últimos... Referentes a esse caso. Quais foram?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Ah! Referentes a esse caso. Nós temos duzentos autos de prisão em flagrante em Camboriú...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não, não, não! Referentes a esses casos...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Duzentos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não, não! Não estou falando... Hoje o tema não é genérico, é específico. Eu quero saber sobre o caso dos dez atentados que vêm ocorrendo desde 2005.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - O que aconteceu...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu pergunto: nos últimos três meses, quais as investigações que aconteceram ou estão acontecendo? Para que a gente possa saber de que forma pode contribuir...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Certo...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ou até para que eu possa entender.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós temos...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Qual o papel que a Polícia Civil está fazendo.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós temos vários inquéritos, como já foi dito pelo doutor Julio. Tem na Central de Polícia, tem na delegacia e tem no Deic. Claro que os delegados e a Polícia trabalham em inúmeros casos. E acompanham! Tem alguma informação nova em determinado caso, vai atrás daquela informação! Todos os inquéritos estão em andamento, ao mesmo tempo em que trabalham com todas as atividades. A Polícia pode designar alguém para ficar... Exclusivo não vai ficar, porque todo policial já tem investigação...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Uma carga.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Uma carga. Mas ele pode passar a investigar com preferência um determinado tipo de ocorrência.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Existe depoimento que eu não achei. O senhor tomou o depoimento do prefeito quando era delegado regional?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não, eu não...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ou algum delegado tomou o depoimento do prefeito, uma vez que foi identificado que o rapaz tinha ligação com um funcionário dele?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Aí tem que ver o inquérito policial...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - É normal pedir o depoimento ou não é? Eu quero entender... No caso, suponhamos: eu estou envolvido no crime, alguém me denunciou, tem que me ouvir ou não tem que me ouvir?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Se...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - A Polícia Civil tomou o depoimento do prefeito? Existe um depoimento do prefeito?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu não tenho cópia desse inquérito...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Oficial? Existe esse depoimento?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Foi ouvido...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Se não tem, por que não tem?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu identifiquei o rapaz... É, eu identifiquei, identificamos lá o rapaz de Blumenau. No depoimento dele, nós esperávamos chegar nesse segurança de Camboriú. Isso o delegado prosseguiu. Como eu disse, levantei a placa, acionei a Polícia, os policiais de Blumenau, para passar essa investigação para Camboriú já com esses detalhes. Nós não podemos ouvir aleatoriamente porque achamos que alguém possa ter mandado.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Que eu saiba, tem dois casos identificados...

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós precisamos...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tem o caso do Voyage e tem o caso da moto.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Sim.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tem dois casos identificados, com placa, com tudo, e possivelmente com endereço. O cara da moto disse que não emprestou a moto e que não foi ele, mas a moto foi lá, foi vista, está comprovado por testemunhas ou, pelo menos, nos autos oficiais constou isso.

O cara do Voyage, até hoje, não se sabe o que aconteceu. Esse é o raciocínio que eu quero...

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - O segurança foi ouvido. Se ele citar outra pessoa, seja o prefeito ou qualquer pessoa...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Vai puxando.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Vai puxando. Se a pessoa não citar, nós não podemos, por achar...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então não seria normal ouvir o prefeito.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não! Não seria normal até não chegar a algum tipo de vinculação objetiva com ele. Nós precisamos... Não podemos achar que uma pessoa, o fulano pode ter mandado, e nós, por conta...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas mesmo o senhor tendo esse entendimento que confirmou antes para mim... Eu vou repetir: o doutor Maurício procurou me tranquilizar dizendo que já tinha um suspeito, que era de Blumenau, e que possivelmente o segurança do prefeito tinha envolvimento no caso. Espera aí, segurança do prefeito; espera aí, adversário político dos vereadores que vêm sofrendo atentado... Se isso não é crime político, eu não sei o que é! Se isso não é crime político, eu não sei o que é!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não, temos que provar! Eu não posso dizer, ninguém pode dizer que é crime político.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas nós temos que esclarecer. A Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina tem o dever de esclarecer esse assunto, seja na pessoa de quem for. Se está havendo... Não estou dizendo que está, por isso os senhores aqui estão. Se está havendo corpo mole de alguém, se está havendo falha na investigação, se está havendo... eu quero escutar! A Secretaria da Segurança não dá estrutura para investigar se tem ou determinado policial não está correspondendo às determinações...

Porque o senhor, no momento, era o delegado regional. Hoje o senhor é o chefe da Polícia do Estado de Santa Catarina, então tem que ter uma resposta pontual. O senhor é da região de onde nós estamos falando. O senhor conhece a região, o senhor conhece o prefeito, conhece os vereadores. O senhor dá o depoimento dizendo que o primeiro atentado... depoimento, não, o senhor confirma que o primeiro atentado aqui tem o envolvimento do rapaz que trabalhava para o prefeito.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Em momento algum eu orientei alguém a demitir alguém, porque eu não quero ser responsável.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ah, isso o senhor não confirma! O senhor não confirma?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Em momento algum eu iria orientar.

Só quero dizer para o deputado que se eu souber que há corpo mole ou falta de vontade de qualquer pessoa ela será afastada do cargo.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito. Porque senão eu vou pedir providências à Secretaria.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Já foi pedido.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu falei ontem com o secretário Ronaldo Benedet e esclareci o motivo desta reunião, e falei a ele: doa a quem doer.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Com certeza!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Inclusive a ele como secretário, porque ele também tem que ter a sua responsabilidade. Eu quero esclarecimento desse caso como deputado do governo, o único deputado dos onze municípios da região onde Camboriú está envolvida.

Quer dizer que tem vereadores que são adversários políticos do governo a que pertença? Tem, mas não quero nem saber. Não quero nem saber disso. Eu quero um esclarecimento do governo!

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Deputado e doutor Maurício, vamos ouvir os demais vereadores, senão vamos ficar só discutindo esse caso.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Só um minuto, presidente, para esclarecer esse fato.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Pois não.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós temos a melhor Polícia do Brasil.

Nós estamos buscando, o governo tem procurado dar as melhores condições de trabalho, tudo que nós podemos temos esclarecido. Não há falta de vontade. O secretário Benedet é o nosso líder, o nosso maestro. Nós procuramos motivar os policiais, temos esclarecido um grande número de casos. Não há má vontade, não há influência política. Posso garantir, deputado, que não tem nada.

Vou citar só dois exemplos. Nós temos o caso de uma brasileira morta no Central Park, que é considerado em Nova York o lugar mais seguro do mundo. Faz oito anos e até hoje não foi esclarecido...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas uma coisa não justifica a outra, pelo amor de Deus!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Porque não tem uma testemunha, não tem um fato. Então, tudo que vem, nós vamos buscar fazer.

Nós tivemos uma audiência pública aqui a respeito daquele caso de Itapema. Sem colocar em suspeita a Polícia, só cobrando mais agilidade. Eu acho que é um dever da Assembléia, e nós acatamos. Demorou dois anos, dois anos e meio, e conseguimos esclarecer. É o mesmo caso. Nós temos boa vontade, nós queremos esclarecer, nós temos compromisso com a Justiça. Seja amigo, inimigo, parente, irmão, se a pessoa cometeu um ato errado, não somos nós, é a Justiça que vai dizer a responsabilidade dessa pessoa.

Então, nós não temos obrigação com a coisa errada, com quem pratica ato errado. A minha maior satisfação é quando nós podemos chegar lá no programa do deputado Nilson Gonçalves, que está presente, e mostrar: foi este aqui que praticou tal crime. Mostrar o que ele fez.

E como nós já dissemos, estamos cansados de prender barginho. Até fazemos questão, quando pegamos um traficante maior, uma pessoa que se diz imune ou impune, que pratica algum crime...

Então, de nossa parte, não temos compromisso com erro, com nada. Quem deve que responda. O nosso objetivo, e sei que é de todos os policiais... Eu sei, deputado, o quanto dói para um policial que está investigando, querendo chegar, não conseguir mais uma testemunha, não conseguir mais um fato para poder provar que determinada pessoa praticou um crime.

Então, nós temos boa vontade, nós queremos que os fatos sejam esclarecidos, e às vezes nós não conseguimos. Às vezes, nós, os delegados, conversamos: como está tal caso? Ah! Não evoluiu, não houve nenhuma pista.

Então, há boa-vontade da Polícia. Quando converso com os colegas, faço a cobrança: isso evoluiu, aquilo evoluiu... Até hoje só pedi para prender, jamais pedi para amolecer ou para não investigar tal coisa. Agora, eu cobro dizendo: estão me cobrando, a comunidade está cobrando, a imprensa está cobrando.

Então, existe a boa vontade, não existe má vontade. Claro que nós queremos que surja uma testemunha, um fato, alguém que se envolva num crime e a gente consiga descobrir que lá atrás já esteve envolvido em outro crime. Tem alguns meios, como quebra de sigilo telefônico e outros tipos, que nós temos trabalhado, mas ainda não consegue cruzar e até não podemos divulgar tudo.

Então, há boa vontade, mas os meios e as provas até agora colhidos é que não têm permitido. Mas da Polícia, do governo, ninguém nunca pediu para não investigar nenhum crime, especialmente um crime desses.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Senhor presidente, V.Exa. permite um pequeno aparte?

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Pois não, deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Primeiro quero cumprimentar todos os senhores.

Eu estava acompanhado, enquanto despachava em meu gabinete, o depoimento do vereador que teria sofrido o quase atentado. E agora, acompanhando aqui o desenvolvimento da conversa, embora seja do mesmo partido daquele prefeito lá de Camboriú... Primeiro, conheço bem o Maurício Eskudlark, companheiro nosso de partido, pela sua postura, pela sua lisura, pela maneira como se conduz. Como policial e como cidadão, eu não tenho dúvida de que deve estar se esforçando para resolver esse caso.

Eu queria fazer uma pergunta: o inquérito policial foi aberto?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Foi.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Foi aberto inquérito policial.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Foi.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O inquérito policial não tem um determinado tempo para esgotar? Não são trinta dias que tem que encaminhar?...

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - À Justiça.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - E foi terminado no prazo?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Foi. Quando passa do prazo, normalmente nós solicitamos a prorrogação. Como tem esses inquéritos que demoram seis meses, um ano, dois anos, então a Justiça concede esse prazo para que prossigam as investigações.

Esse do...

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR - Esse foi encaminhado...

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Esse inquérito foi encaminhado?...

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR - Foi encaminhado. Isso.

Só que em função do atentado sofrido na época o vereador Claudinei, o próprio Deic pediu para que retornasse, e deve ter agora um, porque... retomaram porque... Para o senhor ter idéia, teve falha no começo, porque 24 horas para identificar uma placa e não conseguir e em um minuto se conseguiu! Então já se vê que esse inquérito realmente ficou falho, e deve estar em acompanhamento, até mesmo porque aconteceram outros eventos. Mas esse primeiro, deputado, foi encaminhado, foi concluído.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas esse primeiro, segundo ou terceiro... Não tem um tempo para terminar esses inquéritos? Não tem um tempo para encaminhar para a Justiça?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Tem. O prazo é trinta dias, mas se chega à Justiça, o Ministério Público analisa, baixa para novas diligências ou até identificar a autoria. Então, volta para a delegacia e ali permanece até que surja algum fato, a não ser... O normal seria no prazo estabelecido pela Justiça, quando estabelece, voltar para ir para arquivamento se não tem prova ou para denunciar os...

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Há quanto tempo está esse inquérito em andamento?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Esse é de 2005, dois anos e pouco.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Perdoem a minha ignorância em relação ao trabalho dos senhores, mas tem alguma coisa errada! Um inquérito levar desde 2005, ainda inconcluso, é porque tem algum problema! Então, está faltando elementos. Como disse o deputado Piriquito, deve estar faltando elementos, e elementos que digo são elementos físicos, pessoas para trabalhar mais esse processo, ou alguma coisa está falhando por parte da nossa estrutura policial, porque se atentou contra vidas humanas - já se denota que é um fato que certamente tem envolvimento político.

Então, é preciso saber onde está o nó para poder desatá-lo e tocar adiante isso, porque impune não pode ficar quem atenta contra a vida de outro, principalmente nesse nível, que, pelo menos vi no primeiro caso dele, não sei dos outros... No primeiro caso dele, não sei dos outros. Quer dizer, uma pessoa se mascarar para atirar em outro na sua própria casa e posteriormente ser identificado... Está praticamente solucionada a questão e acabou voltando o processo para dar seguimento aos outros. Por que não deram segmento a esse, deixassem esse correr e fizessem outro inquérito para os demais?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - São todos distintos. Não estão interligados.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se não estão interligados, por que aquele já não?...

O SR. JÚLIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Todos os procedimentos são independentes. Todos os procedimentos acontecidos são independentes.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas se são independentes, por que foi pedido de volta o inquérito?

O SR. JÚLIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Somente a Justiça pode apensar todos os autos conjuntamente. A delegacia não pode. Os procedimentos são independentes.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se aquele processo já estava concluso, já estava na Justiça, por que teria que voltar para abalizar outro?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Porque não tem provas suficientes nos autos para condenar alguém. Então, se a Justiça pegar do jeito que está e nós não fizermos mais nada, vai para arquivamento. Então preferimos que o inquérito volte, para que possamos juntar mais provas para levar a uma condenação. No estado em que ele está, se ficar na Justiça, vai ser todo mundo absolvido.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Maurício, eu te conheço, conheço a tua honestidade, a tua capacidade profissional, assim como também dos teus delegados, do pessoal que está envolvido, sei que são bem intencionados, mas o que precisamos é de uma vez por todas chegar a uma conclusão em relação a isso. Estás me entendendo? Não podemos, indefinidamente, ficar caminhando sem uma solução. Nós precisamos descobrir de que maneira esta Comissão pode também ajudar no sentido de agilizar isso. Precisamos falar com o secretário? Esta Comissão precisa ir ao secretário da Segurança para conversar? O que podemos fazer para ajudar a agilizar isso? O que não pode é indefinidamente ficar uma coisa sem solução quando se sabe que por trás disso tem questões políticas envolvidas.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - O que precisa, deputado, é uma prova. Não adianta nós falarmos com ninguém. Se tiver uma prova concreta, um depoimento concreto, algo que dê, o delegado lá imediatamente vai colocar nos autos e vai comprovar que foi fulano que praticou. O que falta é uma prova.

O SR. VEREADOR IMENÉSIO DE SOUZA (Camboriú/SC) - Presidente, é interessante que sejam ouvidos todos os vereadores primeiro para depois fazer pronunciamento a respeito, até porque o *modus operandi* é igual. Então, são repetitivos, só os processos é que são separados. E eu gostaria também de me pronunciar.

Acho que deve ser ouvido primeiro o Claudinei, porque, na seqüência dos fatos, foi o vereador...

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Foi o que eu propus no início, ouvirmos todos, porque são vários processos. Nós estamos discutindo, a princípio, um, o do Lucien, mas tem outros que estão na roda e precisam ser discutidos e encaminhados.

O SR. VEREADOR CLAUDINEI LOOS - Senhor presidente Dirceu Dresch; senhores deputados Kennedy, Amauri e Nilson; responsáveis pela Polícia Civil do Estado; demais vereadores; e dona Marli, única representante feminina nesta audiência pública.

É muito difícil para nós ter que vir à Assembléia Legislativa como último caminho para elucidar os casos que vêm acontecendo, como já foi explanado pelos demais vereadores presentes.

O primeiro caso aconteceu comigo. A minha esposa estava em casa e viu quando foram disparados três tiros no muro e na porta de entrada. Ela se assustou. Eu não estava em casa naquele momento. Só estava o carro dela, e um tiro passou rente ao carro.

Estive nos meios de comunicação no outro dia porque isso veiculou no final de uma CPI, da qual eu era o relator. Foi, acredito, no dia 30 de outubro de 2005.

Depois de um ou dois dias, recebi no meu escritório - sou engenheiro na cidade de Camboriú -, que fica de frente ao cemitério da cidade, à rua Siqueira Campos... Depois, concluindo esses fatos todos, uma das maiores oportunidades para quem quer cometer algum atentado é de frente ao cemitério, já que é deserto. Tem vizinhos do lado, tem a minha mãe, tem os meus irmãos, tem várias casas ali, mas, de frente ao cemitério, é fácil. Desferiram seis tiros de frente ao meu escritório, nos vidros, quebrando o blindex.

Passado um tempo, veio o caso do vereador Lucien. Três municípios da cidade entraram com uma denúncia, um processo de cassação contra o prefeito, e, por sorteio, eu me tornei presidente da comissão processante. Chegando à minha casa no dia 9 de março de 2006, à meia-noite, deparei com as luzes todas acessas - a minha casa tem dois pavimentos. Entrando pela copa, encontrei minha esposa sentada num canto do sofá - estava calor. Eu perguntei a ela por que ainda não tinha ido dormir, já que sempre dormia mais cedo, e ela me falou que estava me esperando porque queria conversar comigo, pois fazia tempo que a gente não conversava - vida de político é complicada! Eu tirei a minha camisa e os sapatos na copa mesmo e coloquei em cima do barzinho a minha carteira e os dois celulares, um da Câmara de Vereadores e um particular. Eu me dirigi até a sala, que tem um desnível, e sentei para conversar com ela. Nisso, saiu uma pessoa encapuzada de trás da porta, com um revólver, e disse: "É com você que eu quero falar!" Eu sentei no sofá ao lado da minha esposa e já tinha outro indivíduo encapuzado sentado ao lado dela, de menor estatura, também com outro revólver, que disse: "Hoje nós não vamos fazer nada contigo. Nós só viemos dar um aviso de que é para ti fazer uma viagem. Não procure a imprensa nem a polícia. Estás incomodando, estás falando demais". Eu disse a ele que se não quisesse fazer nada contra mim não precisa apontar a arma, pois eu não ia... Eles baixaram as armas. Nesse momento, o mais forte subiu à suíte, ao quarto, e começou a revirar algumas coisas lá.

Depois de dois dias, acabei descobrindo que levou algumas jóias da minha esposa e tirou a minha carteira de identidade da minha carteira, que estava em cima do balcão, bem como a identidade dela, uma foto de casamento que nós tínhamos, outra foto da minha formatura de engenheiro e levou. E recebeu dentro da minha casa cerca de oito, nove ligações, e numa das ligações, quando eu já tinha chegado, ele disse: "Ele já está em nosso poder, já conversamos com ele. Já estamos indo embora, pode nos pegar aqui na frente."

A rua em que eu morava era a Curitiba 483, em Camboriú, na qual passamos geralmente poucos carros à noite. É uma rua mais residencial. E enquanto eu estava em poder deles, uma meia hora, isso da meia-noite até meia-noite e trinta, passava um carro a cada trinta segundos, moto e assim por diante, e eu só escutando. Eles foram embora, eu fiquei sentado, e disseram que era para eu não procurar ninguém. No mesmo momento, olhei para a minha esposa e perguntei se eles tinham feito alguma coisa com ela, com a integridade física, e ela disse: "Não, não fizeram nada". Mas na realidade fizeram, deram uma gravata nela, e hoje ela não consegue mais levantar o braço direito. Colocaram-na no chão, deitada na cozinha, de boca para baixo.

Desde as oito horas da noite eles estavam dentro da minha casa, porque ela deixou a porta dos fundos aberta, e ficaram com ela quatro horas até eu chegar, para dar esse aviso.

Logo em seguida, procurei o vereador Imenésio (era uma hora da manhã), e contei a história. Não queria incomodar os policiais naquele momento, porque sabia que era represália política. Eu sabia que era, não sei de que lado está vindo, e não quis incomodar a delegacia, já que na delegacia de Camboriú, quero deixar aqui frisado, os policiais fazem o que podem, porque a situação da segurança pública na nossa região é difícil. Procurei-a só no outro dia, e, com medo, aleguei que tinha extraviado a minha carteira de identidade (tenho o Boletim de Ocorrência).

Conversando com os vereadores e desacreditado da situação da região em relação a esse tipo de situação, porque não tinham elucidado nada sobre os tiros no meu escritório, na minha casa, procuramos o Deic e conversamos com o doutor Renato Hendges. Aqui está o processo, e são vários.

Tive que vender a minha residência, comprar um apartamento em Balneário Camboriú, onde mora a minha esposa. Eu moro em Camboriú (porque não?) tem mais dois apartamentos, onde tenho o meu escritório, por medo da minha esposa. E não posso sair de Camboriú, tenho que morar lá, senão o meu mandato pode ser até cassado.

Isso aconteceu. Depois teve casos com o vereador Imenésio e o vereador Silvano. Chegou o final do ano, e recebi mais cinco tiros no meu escritório. Arrebataram os vidros do meu escritório inteiro. Isso é desgastante, porque estou aí, ó, como engenheiro trabalhando e tendo só que pagar vidro. É uma loucura, e é tudo muito caro. Além do que, tenho um apartamento nos fundos alugado, onde mora um casal com uma criança. A minha mãe mora ao lado e o meu irmão, do outro lado. Todos os vizinhos lá não agüentam mais, porque são tiros constantes no meu escritório.

Depois que foram na casa do Imenésio, no dia 9 de abril de 2006, se não me engano (foi dia 2 de abril?), retornaram à minha casa, deram quatro tiros na casa dele, foram ao meu escritório e deram mais seis tiros lá, arrebatando os vidros de novo. Tudo acontece à noite ou de madrugada, quando eu não estou. E para intimidações? Se eu tenho inimigos pessoais, que venham conversar comigo, porque isso não é comum. Existem muitas pessoas que têm inimigos, mas não é comum atirar na casa de pessoas.

Então, já houve sete oportunidades de tiro no meu escritório. Inclusive estava escutando atentamente o delegado Julio, e ele disse que o último caso não é político, então gostaria de saber o que é. Porque dizem, insinuam até, que vereadores estão atirando em vereadores, mas se eu atirasse no meu patrimônio e colocasse o revólver na cabeça da minha esposa, não era para ser vereador nem estaria aqui, estaria num manicômio, porque isso não existe. Não existe!

Isso deixa a gente chateado. Inclusive, na última noite, 7 de setembro, deram mais cinco tiros no meu escritório, arrebatando os vidros todos. E tinha um moço, um menino de moto de frente (eram onze horas da noite), que disse que viu dois caras de moto atirando em direção ao meu escritório. Eu perguntei se ele poderia ir lá fazer um Boletim de Ocorrência. E a Polícia Civil de Camboriú sempre foi solícita, assim como a Polícia Militar, em relação a dar esse amparo ao vereador quando ele precisa. Fomos lá e ele registrou que viu os dois caras, mas quando viu que os caras vinham de moto apagada, ele parou a moto e colocou o capacete para não ser reconhecido, e não conseguiu anotar a placa desse veículo.

O que eu acho: se agora virou banalidade o "vamos atirar no escritório do Claudinei, ou vamos lá testar uma arma que nós compramos, mas lá no vidro dele"... Isso aí está virando uma banalidade, só estou tendo prejuízo, e as pessoas que moram ao redor e até inquilino meu estão passando por problemas. Eu também, e fica chato. Tenho vergonha da situação que está acontecendo, tenho vergonha mesmo!

Eu não vou atirar no meu patrimônio para me promover politicamente, como já insinuaram. Não vou fazer uma coisa dessas, de jeito nenhum! Se tiverem algum problema profissional, eu tenho meu escritório, estou oito horas dentro dele, todo mundo sabe o meu telefone, então, liga para mim [e pergunta] o que está acontecendo.

Agora, se tem cunho político, com certeza tem cunho político. Qual é o partido? Não sei. Quem está envolvido? Não sei. Não vou dizer por que eu não soube da Polícia, sou leigo no assunto.

Gostaria, neste momento, para evitar que continue essa situação na cidade de Camboriú, que investiguem, vejam [quem são os] culpados, e os culpados é que têm que ser punidos. Porque isso é inconcebível, parece que estão querendo fechar a boca da democracia na cidade de Camboriú. E, nessa situação, com isso aí não me calam. Tenho a minha opinião, a gente foi eleito como representante do povo para expor a sua opinião e representá-lo. Fico chateado com a situação, e era isso o que eu tinha para falar.

Então, em certas oportunidades fui atingido com 22 tiros e [fiquei] em cárcere privado com a minha esposa [durante] quatro horas dentro da minha casa.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Vamos ouvir o Silvano.

O SR. VEREADOR SILVANO GARCIA (Camboriú/SC) - Gostaria de cumprimentar o senhor presidente, deputado Dirceu Dresch; os demais vereadores e deputados; o delegado da Polícia Civil e todos os amigos presentes.

Vou ser breve na minha colocação, mesmo porque temos mais amigos, mais vereadores que gostariam de seu pronunciar.

Gostaria de me deter apenas no caso em que fui agredido, não só fisicamente, mas moral e verbalmente.

Como se não bastassem os casos já relatados, no dia 28 de abril de 2007, saindo de um encontro religioso do ginásio de esportes de Camboriú, fui agredido sem que me faliassem uma palavra sequer. Alguém veio e me deu uma gravata, uma pessoa mais alta do que eu me derrubou no chão, me bateu. Eu perguntei: cidadão o que eu fiz? O camarada simplesmente me dava socos e pontapés, me batia várias vezes. Por diversas vezes eu perguntei, e quando não me responderam nada, comecei a gritar por socorro. Eu estava a 50 metros do ginásio, e na oportunidade, um sábado à noite, estavam presentes o governador em exercício do Estado na época, Leonel Arcângelo Pavan, e todo o aparato de segurança do Estado. E me agrediram a 50 metros desse ginásio de esportes.

Na hora da agressão, caí, rolei no chão, meu terno rasgou (estava de terno e gravata), e caíram chave do carro, talão de cheques, celular, duas notas de R\$ 20,00, mas nada foi levado, e fugiram, embrenhando-se na mata.

Na segunda-feira registrei um Boletim de Ocorrência, e na quarta-feira, porque terça-feira foi dia 1º de maio, a rede Record de Itajaí me entrevistou, também entrevistou o delegado de Camboriú, quando ele falou que não havia feito o Boletim de Ocorrência. A nossa assessora de imprensa da Câmara entrou em contato com Graciliane(?) e disse que o Boletim de Ocorrência havia sido registrado no dia 30, segunda-feira. Inclusive Graciliane (?) falou: "Olha, então a Polícia de Camboriú está confusa. Dizem que não foi registrado Boletim de Ocorrência, mas na realidade foi registrado."

Esses episódios acontecem. Também fui agredido verbalmente, porque hoje há membros do Executivo, imprensa local, rádio, televisão dizendo que querem dar surra em vereador, surra de mangueira. Cada um dos vereadores em Camboriú tem um apelido colocado por membros do Executivo. Um é Câncer, outro é Barata Albina, outro é Pau-de-Virar-Tripa, outro é Cachorro que Caiu da Mudança, outro é Bode Velho, todos se referindo a alguns vereadores. Isso é falado abertamente na imprensa. Os membros do Executivo já tentaram invadir a Câmara para bater em vereador; dizem que querem quebrar a Câmara toda à paulada. E isso que está acontecendo é o cotidiano.

Alguns deputados tiveram a oportunidade de ouvir alguns depoimentos de membros do Executivo, quando dizem que realmente querem bater em vereador, que querem acertar as contas com vereador. Mas que contas?! Por que não vamos conversar pessoalmente? Isso são agressões físicas, morais que estão acontecendo no município de Camboriú.

Então, quero me deter apenas no meu caso, para que os vereadores possam relatar com mais propriedade os seus casos, as suas ocorrências. Mostrei o meu caso, que foi exatamente esse: fui agredido. Como falei à imprensa, não posso, em hipótese alguma, achar culpados. Tirando eu, que sou a vítima, todos são suspeitos.

Mas hoje há necessidade de a Polícia Civil identificar esses casos - também a Polícia Militar, a Polícia Federal, o Deic, ou o DIC -, seja qual for o local, porque quando, na oportunidade, eu acompanhei o vereador Lucien ao Deic para falar com o delegado Renato Hendges, trouxemos o processo. Em outra oportunidade ainda viemos e falamos com ele, e ele estava com todo o processo marcado com aquela caneta fluorescente, e ele disse o seguinte: "O caso de vocês é simples. É como tirar um siri da lata: tira um e vêm todos grudados. Só que, infelizmente, eu não estou autorizado a trabalhar nesse caso."

Era isso. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Só uma pergunta: o delegado Renato Hendges está autorizado hoje a ficar exclusivamente com o caso de Camboriú. Eu não posso admitir que os outros colegas fiquem colocados sob suspeita porque alguém talvez... Se disse isso, disse de forma irresponsável. Ele está autorizado e designado hoje para ficar exclusivamente no caso de Camboriú. E a Polícia Civil não vai poder identificar, quem vai poder identificar é o senhor. O senhor vai poder dizer se é esse que agrediu ou não, porque ali não existiam outras...

Eu acho isso gravíssimo! Acho que alguém tinha que ter socorrido, ou o senhor ter condições de identificar. Se o senhor não identificar, nós não podemos fazer nada. Nós precisamos que o senhor, apresentado, tenha condições de dizer quem é a pessoa, senão não podemos fazer nada. E se o delegado Renato Hendges disse isso, então ele está designado hoje. Vou fazer um ato oficial designando-o para tratar dos casos de Camboriú. Ele está suspenso de qualquer investigação para tratar exclusivamente do caso de Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o deputado Imenésio de Souza.

O SR. VEREADOR IMENÉSIO DE SOUZA (Camboriú/SC) - Meu nome é Imenésio, mas pode me chamar de Boca, que é dessa forma que eles me conhecem lá.

Bom-dia aos deputados, ao delegado e às pessoas que se encontram aqui.

Nesse momento, eu só queria refrescar a memória do doutor Julio, porque ele está aproximadamente há três anos em Camboriú, nós estamos há dois anos e nove meses no mandato de vereador, e esses casos começaram a ocorrer no início de... no final de 2005 - era o doutor Luiz Guimarães que estava como delegado titular. E também a palavra do delegado Maurício Eskudlark quando ele disse que faltou dedicação no processo. Eu entendo falta de dedicação como falta de interesse.

Anotei algumas coisas que cada um falou aqui que eu gostaria de frisar, porque não podem passar aproximadamente dois anos num caso em que já tem pessoas identificadas e nada foi feito.

O meu caso foi no dia 2 de abril, mas é o caso da... O primeiro caso o senhor vai lembrar bem: quando houve a invasão de uma moto na casa do Lucien, e nós estivemos na delegacia, entregamos uma placa de uma moto e um telefone. Até ele já falou que dizem que dava na Monte Lucânia, num orelhão público, e tive o cuidado de ir a todas as ruas, do início ao fim, e não existe orelhão nenhum lá. Então fiz essa investigação por conta própria, e esse orelhão ia dar lá próximo à delegacia do Monte Alegre.

Com relação à placa que nós colocamos, ele também não investigou, nós fizemos por conta própria e descobrimos que é da esposa do Guilherme, que era o guarda do prefeito; a moto está no nome dele.

Depois que passou uma semana e nada feito, nós provocamos uma reunião no seu gabinete. Procuramos a Polícia Militar, o comandante Luis, e de lá fomos ao seu gabinete. Estávamos eu, o Silvano, o Lucien e o Curru, que hoje faz parte da base do prefeito, então não tem mais ameaça. Também não teve mais problema nenhum, nem agressão verbal nem agressão física.

Haja vista isso, o senhor convocou que o doutor Luís Guimarães fosse até o seu gabinete, e eu lhe fiz uma pergunta: qual é o procedimento quando alguém é ameaçado e chega a uma delegacia? O senhor me respondeu que era lavrar o B.O. É isso?

(Manifestação fora do microfone: "Deve ter sido.")

E não foi lavrado na primeira oportunidade. Na segunda oportunidade é que foi lavrado o B.O., aí sim, o senhor designou o doutor Gerber(?) para acompanhar, em função de ter já o veículo identificado e tal.

Só que quando chegou lá, ele disse: "Não, esse pessoal só está assustando vocês." Pô, mas se ele está assustando vocês, tem que saber quem é que está assustando, né? Como é que eu vou dizer pra alguém que "está assustando" se eu não sei quem é? E com arma de fogo é difícil de brincar, né? Tanto é que quando teve o meu caso, eu já havia falado pro doutor Gilberto anteriormente, no seu gabinete também, que eu poderia ser o próximo da lista, e assim foi.

Isso foi numa sexta-feira, acompanhado do vereador Silvano e do vereador Lucien. Até porque alguém tinha dito pro irmão perguntando se eu não tinha sido alcaguetado(?), e alcaguetado(?) pra mim é colocar bala.

E, nisso, também [foi] orientada a pessoa que está aqui na platéia, que é o Ismael (*ininteligível*) o irmão a se afastar dele porque eles iam bater nele, porque ele era um dos que iam oferecer a denúncia no processo de cassação do prefeito. Então tem mais do que evidência de que a coisa é política, e não é de outra forma, até porque não tenho eu inimigo nenhum. Se tiver, gostaria de saber, e que fosse declarado, até pra mim (*sic*) poder saber quem é.

Então, estava sentado no sofá vendo televisão, eu e a esposa - e tenho uma foto aqui pra quem quiser ver depois a forma que estava. E ninguém foi lá pra atirar no meu vidro, até porque senão ia atirar numas outras janelas que estavam fechadas, mas atiraram justamente onde eu estava, e consegui ver a pessoa em cima da moto (eram duas pessoas). No primeiro tiro eu me joguei no chão - não vou ficar esperando me matarem. Acertou a dois centímetros do contramarco da janela, na altura da cabeça. Aí deram mais três tiros, um deles cravou no pé da mesa da cozinha, cuja bala foi recolhida depois pela PM P2, que esteve lá no caso.

Aí fui também no doutor Gerber(?), e ele disse: "Não, eles estão te assustando". Eu disse: "O senhor não quer ficar sentado no meu lugar e dar a sua arma pra mim meter bala? Daí eu quero ver se o senhor gosta de ser assustado. Eu não estou querendo ser assustado dessa forma não".

Feito isso, foi lavrado todo o boletim, recolhida a bala e tal. Só que a minha empregada, dez minutos antes, tinha descido do ônibus e viu uma pessoa no ponto de ônibus de capacete e tal. Ela descreveu a pessoa, que era a que estava na garupa da moto que eu vi. Claro que não dá pra identificar, eram oito horas da noite, início de inverno, tinha muita movimentação na igreja que tem em frente, uma igreja presbiteriana. Estavam em dois numa moto escura, eram dois capacetes escuros, uma calça... bermuda branca e camisa escura, o que estava de posse da arma. Nesse momento, parece-me que o pastor da igreja estava entregando um convite, na presbiteriana, mas até hoje ele não foi procurado nem ouvido.

Eu, a minha empregada e a minha esposa demos depoimento; um ano depois, fui novamente intimado para prestar depoimento porque não sabiam onde estava esse processo. Começaram a intimidar novamente as pessoas, foi quando o doutor Julio assumiu, e me tomaram o depoimento de novo. Essa bala eu também não vi, isso faz parte do processo.

As coisas continuaram se repetindo, e aí houve agressão verbal a todos os vereadores de diferentes partidos. Novamente houve depois ao Claudinei, e, no dia 9 de abril deste ano, eu, como presidente da Câmara (até então não era, na época), fui procurar(?) um documento através da Secretaria de Segurança. Quem me recebeu foi o doutor Neves, e não o doutor Benedet, que não estava no momento, e ele nos garantiu que iria encaminhar e encaminhou. O delegado doutor Clóvis, que é um japonês da Deic, me recebeu bem e disse que ia tomar providência, e até hoje não me ligou para dizer nada.

Então, acho que não é nem falta de educação, é falta de interesse mesmo, até porque estão brincando com vida, e com vida não se brinca. Eu não gostaria de ser alvejado.

Com relação àquilo que o Lucien disse que o doutor Eskudlark tinha orientado ao prefeito e à Secretaria da Administração, eu confirmo, até porque estava presente. Conversei no final de semana com as Secretarias de Segurança e de Administração e com o prefeito e pedi que ele demitisse (até porque poderia incomodá-lo) o funcionário da Secretaria da Educação contratado (*ininteligível*) prestação de serviço na casa do prefeito (o vereador Silvano até pode confirmar, porque o seu irmão mora na frente da casa do prefeito), que fazia também segurança lá para o mercadinho do irmão do vereador Silvano.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor ouviu essa conversa do doutor Mauricio Eskudlark. Ele realmente falou, então.

O SR. VEREADOR IMENÉSIO DE SOUZA (Camboriú/SC) - Eu estava presente. Posso confirmar porque estava presente, não posso mentir.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Orientou o prefeito para demitir o rapaz.

O SR. VEREADOR IMENÉSIO DE SOUZA (Camboriú/SC) - Esse... Só que eu vejo que sempre se diz que vai resolver, mas as pessoas estão nos assustando, e eu não... Se não foi essa a intenção, como o senhor diz, é dessa forma que o senhor nos colocou. Não estou aqui para omitir, até porque eu quero que se descubra o que aconteceu. Eu e todos vocês somos os maiores interessados.

Acho que não é o meu papel investigar. Como cidadão, estou aqui para fazer uma cobrança não só em meu nome, mas em nome de toda a população de Camboriú. Imaginem um cidadão comum, se nós, que somos autoridades... E não é um caso só, vários casos foram repetidos da mesma forma, do mesmo modo: duas pessoas numa moto. Então não é individualizada a coisa, é coletiva, e precisa-se de uma resposta.

Como esse tempo todo se passou e nós não tivemos a resposta, achamos que a saída fosse vir até a Assembléia, porque aqui tem a mídia, estamos passando na televisão, isso se torna público e, aí, é onde as coisas são elucidadas.

Espero que nós tenhamos êxito e não fiquemos também só na conversa, como tem ficado a grande maioria das coisas.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Senhor presidente, só gostaria de fazer uma pergunta em tempo, que daí a vereadora Marli é a última depoente dos vereadores, para depois poder abrir aqui uma conversa com as autoridades policiais.

O vereador Boca disse que na sua casa ficou um bala encravada no pé da mesa e que ela foi recolhida pela Polícia Civil? A Polícia Civil pegou essa bala?

Pegou. A Polícia Militar.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Desculpe, deputado: P2 é a Polícia Militar...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sim, perfeito, mas isso foi levado ao...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - ...que exerce essa atividade ilegalmente. Se polícia judiciária, a quem compete é a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ilegalmente. Então temos que fazer uma reclamação aqui para a Secretaria da Segurança Pública. Vou levar o seu pleito ao secretário da Segurança.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Inclusive fotografou várias (*falas paralelas/ ininteligível*).

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agora pergunto ao doutor Mauricio se mais algum projétil (é projétil que se chama, não é?) foi recolhido e se foi feito um comparativo para ver se é da mesma arma que foi disparado, se houve esse tipo de investigação de vocês.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Deputado, nós temos que ter uma arma para fazer o comparativo.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu não entendo, por isso estou lhe perguntando. Mas foi recolhido, foi tomado...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Os projéteis foram recolhidos, mas preciso da arma para saber se foram disparados da mesma arma.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Sem a arma, nós não temos como comparar.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tá, e onde está o projétil?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - O projétil está apreendido nos autos, provavelmente. E os autos não estão sob a minha presidência. Mas se foram apreendidos ou pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar, estão apreendidos os respectivos autos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Vamos investigar isso para saber, então.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra a vereadora Marli Teresinha Schmitt.

A SRA. VEREADORA MARLI TERESINHA SCHMITT GARCIA (Camboriú/SC) - Cumprimento o deputado Dirceu Dresch, ao mesmo tempo em que agradeço a oportunidade ao deputado Edson Dias, hoje o Piriquito, meu ex-aluno, por ter proporcionado a minha vinda aqui.

Estou aqui hoje principalmente em solidariedade aos meus nobres colegas vereadores e pela nossa integridade, porque queremos trabalhar honestamente e legislar mediante segurança e com o direito de ir e vir.

Assim como o vereador Silvano, só falta me agredirem fisicamente, porque verbal e moralmente eu estou destruída. Em Camboriú instalou-se o mal hoje: o vereador não pode votar conforme a consciência dele, então, parece-me que estamos entrando na ditadura novamente em Camboriú. Não é democracia.

Quando o vereador age correto e honestamente com o voto secreto, ele é criticado no rádio com palavras infames, os quais não vou repetir aqui. Sei que há deputados nesse recinto que já ouviram a matéria feita ao vivo na imprensa pelo Poder Executivo, que machucou toda a minha família, toda a família do meu esposo, milhas filhas, pelas quais eu vivo e trabalho. Elas são a alegria do que eu faço, e são minhas incentivadoras na vida política.

Então, é um apelo que venho fazer. Conforme disse o deputado Dirceu, claro que a Assembléia não vai poder agir diretamente, mas com certeza nos dará mais força. E que as autoridades civis que aqui estão possam nos ajudar também, para que possamos sair às ruas em Camboriú, como autoridade municipais, com segurança, porque hoje não tenho mais coragem.

Não saio mais à noite de carro sozinha, a não ser para ir à sessão da Câmara. E sou a primeira a descer as escadas para, rapidamente, voltar para casa. E quando chego à minha casa, tenho o cuidado de olhar para todos os lados, para ver se não estou sendo seguida.

Portanto, é um risco que estamos correndo, e estamos aqui hoje clamando por ajuda, por solução para todas as dificuldades que temos encontrado em Camboriú.

Sou a vereadora mais velha aqui...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não parece.

A SRA. VEREADORA MARLI TERESINHA SCHMITT GARCIA (Camboriú/SC) - Tenho três mandatos de vereança contando com este, e nunca, nesses quase treze anos de Poder Legislativo, vi o que estou vendo agora no município de Camboriú. Fui sempre vereadora de oposição nos três mandatos e nunca vi isso.

Tivemos a minoria na Câmara; hoje somos maioria, e não somos respeitados nem entendidos. Posso dizer a todos vocês que os vereadores que aqui estão - Imenésio, Silvano, Lucien, Claudinei - são pessoas ídeas. O vereador Claudinei também foi meu aluno, do qual me orgulho, como também me orgulho do Edson e de todos os meus ex-alunos, que estão brilhando profissionalmente e trabalhando honestamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigada, vereadora Marli.

Bom, já são quase 11h, e precisamos nos preocupar agora tanto com o esclarecimento de algumas questões que estão colocadas como com os encaminhamentos que precisam ser dados aqui.

Não sei se os delegados gostariam de usar da palavra...

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presidente, gostaria de dar uma palavrinha, porque tenho que me retirar.

Diante de tudo isso a que estou assistindo aqui hoje, estou, primeiro, extremamente impressionado com o que estou ouvindo. Isso não é coisa de Brasil que eu conheça, de Brasil civilizado; o que estou vendo aqui é uma coisa impressionante. Impressionante!

Com toda a sinceridade, e não querendo desrespeitar quem quer que seja, não acredito que isso prospere se as investigações continuarem com policiais de Camboriú. Não acredito!

Não quero desmerecer o senhor que está me olhando neste momento nem quem quer que seja, mas investigação por delegado ou por policial de Camboriú não vai prosperar, porque conheço um pouco disso, estou há muito tempo envolvido com questões policiais.

Tenho (*ininteligível*) de policial há 25 anos, então conheço um pouco disso, e policial, principalmente delegado, tem ligação muito forte com o prefeito. O que eu sinto e noto aqui neste momento é que há uma guerra política que pode (não estou dizendo que é) ter envolvimento do Poder Executivo. E, se tem, não vai ser delegado do município que vai elucidar isso nunca. Ninguém vai me fazer acreditar que o delegado do município vai elucidar isso. Vai é continuar isso aí para todo o sempre, como diz o ditado, se não sair dessa esfera a investigação.

A minha sugestão ao diretor da Polícia, o Maurício Eskudlark, é que a investigação vá para outra esfera, para poder se chegar a um denominador comum. Caso contrário, não vai sair do (*ininteligível*) essa investigação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Eu gostaria de ouvir agora o deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Senhor presidente; caros colegas deputados; senhores delegados; vereadores da cidade de Camboriú; imprensa; demais pessoas que acompanham esta reunião.

Eu até tenho pouco a declarar. Talvez haja expectativa do deputado Piriquito, ou deputado Edson Dias, que manifestou ontem a grande importância da minha participação, porque sou policial militar, tenho participado da segurança pública há vinte e tantos anos, de que eu pudesse contribuir mais. Naturalmente não é o fato, porque estou aqui na condição de deputado, não conheço os autos como V.Exa. e outras pessoas que estão envolvidas na situação conhecem. E também esse não foi o meu *métier* como policial: o serviço de investigação. Mas, de qualquer forma, quero fazer algumas observações que estão mais ou menos pingando.

Se uma pessoa que participou do primeiro ou do segundo atentado a tiro foi identificada, e a partir disso não se conseguiu achar mais nenhuma pista para o prosseguimento e o aprofundamento da investigação, já me parece um tanto quanto complicado. Saber que as duas pessoas ou a outra pessoa que estaria com o Guilherme na noite desse atentado também é identificada e identificável, e aí não se sabe... Não sei mesmo, é ignorância, mas não sei se foram ouvidos, se foram chamados, o que falaram, o que disseram, o que alegaram, o que disseram em interrogatório na condição - na minha avaliação - de suspeitos; eles, sim, na condição de suspeitos principais de um crime. Teria que se debruçar nisso, nessas informações, para poder dizer com mais propriedade se era possível fazer mais isso ou mais aquilo ou para poder alegar que tal coisa deveria ter sido feita.

Eu digo isso com muita tranquilidade, porque o delegado Maurício me falou: "Quando é pé-rapado isso é fácil!" Inclusive na linguagem de um delegado, não aqui do nosso Estado, de outro Estado, em uma entrevista ele falou em PPP, que não significam as Parcerias Público-Privadas que inventaram agora, mais recentemente, e que é outra forma, na minha avaliação, de usufruir de recursos públicos com interesses privados, mas seria "preto, pobre e puta é fácil de prender"! Estou usando os termos de um delegado de polícia.

Então, todo mundo vai lá e prende e depois é que se vai ver se de fato ele tinha alguma responsabilidade, se de fato ele era criminoso, se de fato ele estava envolvido no episódio, no crime. Aí, em alguns casos, parece que todo mundo adquire uma certa santidade: precisamos ver todos os trâmites do processo.

Eu não acredito na incompetência da polícia para prender traficante, bandido ou outro criminoso, porque essa mesma polícia já prendeu tanta gente nas décadas de 1960, de 1970. Essa mesma polícia, essa mesma estrutura do Poder Público desmontou quantos aparatos, muito mais bem organizados, do que têm os nossos traficantes e outros criminosos hoje em dia? Então eu não acredito na incompetência! Eu acredito no quê? Na falta de condições materiais para fazer a investigação, para fazer o trabalho, para fazer o policiamento, para coagir e coibir. Na falta de condições materiais, eu acredito! Materiais e humanas, naturalmente. Na falta de condições objetivas, na falta de pessoal, na falta de delegado, na falta de investigadores, de comissário, de escrivão, de soldado, de cabo, de sargento, nisso eu acredito, mas na incompetência, não!

E outra coisa que acontece e que, às vezes, tomamos um susto e somos forçados a acreditar: na falta de vontade de resolver e solucionar certos delitos. E me parece que não existe muita dúvida para nenhum de nós aqui de que há uma certa dificuldade em prosperar o inquérito policial ou os inquéritos policiais com relação a esse caso. Até pela própria declaração de alguns vereadores aqui e do próprio delegado Maurício, que à época dos primeiros episódios era o delegado regional, fica mais ou menos claro. O próprio delegado Maurício teria dito - e ele mesmo reconhece: "Não, mas isso está parado! Espera aí, a gente pega o computador e já vê quem, já levanta." E depois parou de novo. Essa é a impressão, doutor Maurício!

Pela nossa amizade, pela nossa relação, essa é a impressão que está muito clara. Estava parado, não andava, não andava. Chegou às suas mãos, deu um salto, e depois parou de novo. E o delegado Maurício estava tão à vontade para fazer esse trabalho que chegou até a declarar: "Mas tem que falar com o prefeito, como é que ele pode deixar empregado!" Teria acontecido um diálogo dessa natureza. Um sujeito que é funcionário da Secretaria da Educação, trabalhando na casa do prefeito e era o principal suspeito! Era a primeira pessoa identificada! Talvez até pudesse não ser ele, mas ele tinha condições de dizer alguma coisa a respeito do fato.

Algumas coisas foram colocadas aqui pelos vereadores sobre quais informações eles levantaram, e aí eu não sei se isso está nos autos ou não. Parece-me que teve vereador que investigou mais do que a polícia - desculpem-me a forma de dizer, senhores delegados. E daí? É falta de efetivo? Concorde que existe isso, mas para um caso dessa natureza não seria comum faltar. São boletins de ocorrência que foram registrados somente três dias depois de terem sido informados, pelo menos é o que apareceu no relato das pessoas; são autos de inquérito que sumiram, tanto que o delegado Júlio teve que refazer etapas do processo de investigação, foi ouvir de novo as pessoas.

Então existe alguma coisa esquisita nessa história, delegado Maurício. Se um delegado tem que refazer o inquérito porque o outro sumiu, alguém tem alguma responsabilidade ou irresponsabilidade na história.

Eu penso que a solução talvez já esteja sendo dada. Mas está mais ou menos óbvio para todo mundo que há uma dificuldade em se prosseguir com a investigação desse processo na cidade de Camboriú, mas é preciso fazer! Está claro para todo mundo que os episódios têm natureza política, direcionada aos vereadores que são da oposição: que a intenção - e também não discordo da sua posição - é ganhar pelo medo. E aí acho que não é má-fé dizer que estão querendo assustar vocês, porque se quisessem matar já teriam feito. A intenção é que recuem na posição política usando o medo, porque quem manteve a sua esposa por quatro horas na condição de refém poderia tê-la matado, como poderia matá-lo assim que você chegou. Poderia ter feito. Então, a intenção é fazer com que o terror seja a força do argumento. O programa não é político, não tem argumento... A tática, o método, é o terror! Isso está mais ou menos claro. E aí precisa...

E eu quero pedir ao delegado Maurício, como policial de Santa Catarina, que a gente possa ter um encaminhamento e dar uma solução para esses casos num menor espaço de tempo possível. Eu creio que seja possível, mas vale também para a Polícia Militar - eu não estou aqui, não quero, não vou fazer, mas vale também para a Polícia Militar -, por exemplo, reforçar o policiamento, e tem a demanda, inclusive, de uma ambulância de socorro, de urgência, que não tem em Camboriú. Claro, nesses casos a questão da investigação é exclusiva da Polícia Civil, não vamos entrar no debate de competências. Essa é da Polícia Civil, sem a menor dúvida.

Nós lamentamos que em alguns lugares ocorram essas coisas. Ontem eu estive em outra cidade aqui no sul e também ouvi coisas bastante complexas. Então, lamentamos que ocorram essas coisas e temos que trabalhar na perspectiva de que sejam solucionadas. Penso que o delegado Maurício já deu um encaminhamento para isso, que é entregar os dez casos para o Deic investigar. E é prudente fazer isso, porque daqui a pouco as coisas tomam uma dimensão tal que toda a Polícia Civil ou a Segurança Pública serão colocadas em xeque. É preciso resolver isso, é preciso que os responsáveis sejam encontrados! A garantia ou a certeza de que a polícia irá investigar e pegar os responsáveis, irá encontrar os responsáveis, é a condição para que os episódios parem de ocorrer. Porque se souberem que agora vai ter investigação, que a coisa vai andar, que muito provavelmente alguém vai ser responsabilizado por isso, que a polícia vai encontrar um responsável por isso, se essa certeza existir na cidade de Camboriú, os episódios param de ocorrer.

Outra questão que me chama a atenção, e vamos falar sobre isso muito tranquilamente: se o prefeito da cidade vai numa rádio e diz que vai surrar vereador de mangueira...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Olha o nível, não é?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - ...ele precisa... Ainda mais: um Boletim de Ocorrência, mais uma ocorrência, mais um inquérito, mais um processo ou então levar ao Ministério Público uma declaração pública deste tamanho de que o prefeito vai surrar vereador de mangueira. É uma ameaça e também está tipificado nos nossos códigos, embora, repito...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Inclusive é incondicional, não é, é incondicional! É público!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Repito, não sou conhecedor profundo da matéria, mas ameaça também é crime. Se o prefeito disse isso!...

Além de todas as outras questões, senhores vereadores, eu sei que ninguém vai acusar dizendo que foi o prefeito que foi na minha casa, deu tiro, pegou a minha esposa... Ninguém está dizendo isso nem pode dizer. Agora o prefeito, ao dar uma declaração dessa numa rádio, está cometendo um crime! É um crime de ameaça e ele pode e deve ser responsabilizado por isso.

Então penso que já é um bom encaminhamento, doutor Maurício, o Deic assumir o caso, não para ficar esse desafio de que o delegado Renato Hendges disse que resolve, não para ficar esse desafio dizendo que só o Deic funciona. Talvez por isso o deputado Nilson Gonçalves tenha dito que talvez uma autoridade policial, um delegado, que não seja da cidade, que não tenha relação direta com a política e com as relações sociopolíticas da cidade e da região eventualmente possa dar um encaminhamento mais satisfatório.

Se os autores desses atentados, todos os envolvidos, os executores e os possíveis mandantes, tiverem a certeza de que vai ter uma investigação, que vão chegar a pelo menos um responsável, os atos cessam imediatamente, porque naturalmente ninguém quer ser preso, ninguém quer ser condenado, ninguém quer ser punido pela Justiça. E naquilo que eu puder contribuir, tanto no apoio institucional, se for possível, para a Polícia Civil fazer esse trabalho, como para a cidade de Camboriú e para os vereadores, estamos à disposição e torcendo para que tenhamos sempre mais episódios que orgulhem as nossas instituições de segurança do que o contrário, do que ter colocado em xeque o cumprimento da sua missão, efetivamente.

Muito obrigado.

O SR. VEREADOR CLAUDINEI LOOS (Camboriú/SC) - Senhor presidente, eu só gostaria de deixar registrado, porque não foi comentado a esse respeito, já que a pessoa, como o senhor falou, não conseguiu localizá-lo: o presidente do partido Democratas da cidade de Camboriú, senhor José Simas, também recebeu três tiros em sua residência, e eu gostaria de deixar registrado isso. Nesse período eu recebi três tiros na sua residência também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor presidente e demais presentes, fiquei ouvindo todos atentamente, tanto os do lado da polícia como também os do lado dos vereadores. Estou aqui "linkado" com algumas pessoas que estão acompanhando pela Internet, e até pessoas de fora de Santa Catarina, porque Camboriú é conhecida como a terra dos gideões missionários, que dizem que estão apavoradas por tomarem conhecimento que a política de lá está nesse nível.

Eu ouvi uma declaração, em uma entrevista do prefeito Edinho, de Camboriú - eu recebi uma cópia dessa gravação -, e eu me indignei tanto quanto, acho eu, os que foram ofendidos naquela entrevista.

Não sou advogado, mas para mim ali existem vários fatores de dano moral, e também passa a ser crime. E aqui estou diante de um paradoxo, porque o caso de Camboriú está aí desde 2005. E devem ter algumas pessoas nos assistindo agora dizendo o seguinte: "Eu também estou com casos lá para a polícia investigar, faz mais tempo do que esse."

Já em Joinville - e eu vejo que aqui estão alguns delegados que já trabalharam lá - nós estamos tendo um problema que, às vezes, a pressa da polícia em querer resolver o caso acaba dificultando e muito nas investigações.

Nós tivemos o caso do tarado da bicicleta, que hoje o Estado paga uma indenização, porque na época foi feito um retrato falado de uma pessoa que nada tinha a ver. Recentemente nós tivemos o caso da menina Gabriele, que foi imputado um crime a um rapaz que está preso e que não existem provas contra ele. Até a própria juíza determinou que alguém fosse fazer o trajeto do telefone até a casa e viu que não havia. Não existiu. O doutor Maurício esteve lá no momento em que estavam apurando e disseram... E uma das últimas declarações do doutor Maurício, quando ele esteve em Joinville, foi que havia quase uma certeza e que nos próximos dias iriam prender a pessoa que teria feito o crime, inclusive com teste de DNA. Mas eu não sei de onde veio esse teste de DNA, se foi do esperma, porque não havia nem sangue nem esperma na fralda.

Então, eu fico preocupado, senhores deputados, porque não vou querer dizer aqui que a competência - e concordo com o deputado Amauri Soares -, é dos policiais. Vejo que há uma falta de estrutura para a polícia investigativa.

Imaginem os senhores que lá em Joinville, para um simples exame de digital, nós dependemos daqui de Florianópolis - Joinville, que é a maior cidade do Estado, que é a terra do governador Luiz Henrique. Não falo nem em DNA, porque tem um caso em Joinville de um assassinato, que sabem quem é o culpado e não o prenderam ainda porque faz seis meses que não dão o resultado do DNA. Seis meses, e sabe-se quem é o culpado. Essa é a nossa polícia técnica. E isso é preocupante, extremamente preocupante.

Ouvindo os senhores vereadores aqui, eu não tenho dúvida que essa questão é política. Ouvindo a entrevista do prefeito Edinho, chamando de "câncera" a vereadora Marlí, chamando de "barata albina" o vereador Silvano e dizendo que vai dar surra de mangueira... Sinceramente, deu-me nojo ao ouvir aquela entrevista.

Que tipo de gestor público, despreparado... E até como um membro da imprensa eu fico questionando o entrevistador daquele momento. Eu vejo esse caso como meramente político.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Permita-me, deputado Kennedy. O entrevistador, naquele momento, foi brilhante, porque ele disse: "O senhor acha certo? O senhor não se arrepende de falar isso?" E ele falou: "Eu não me arrependo." O entrevistador o questionou. Questionou, sim!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Isso é o mínimo.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Questionou e falou que aquela postura era um absurdo. Chamou-o de xerife, chamou de tudo.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Bom, essa parte não estava na gravação, porque o entrevistador em momento algum...

O SR. VEREADOR SILVANO GARCIA - Pela ordem. A entrevista que ele está falando é da Rádio Camboriú e você está falando da entrevista da Rádio Menina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ah, tá... É, não, a entrevista que eu ouvi, o entrevistador, que teve...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Está bem esclarecido agora.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Agora, deixa eu dizer uma coisa aqui. Eu sei que a Polícia pode ver isso como uma questão política e que está dizendo assim: "Oh, eu tenho que tratar com bandido e não com políticos que estão brigando." Mas, a partir do momento em que começa a aparecer tiros, agressões, aí sai da esfera política e passa para a esfera de crime.

Consigo também imaginar - e eu estou falando uma coisa assim bem independente, até porque não tenho que defender nem acusar ninguém. Eu estou vendo, assim, alguém de fora, que costuma ir a Camboriú para receber até as bênçãos de Deus, e quando eu ouço isso, que a mulher de um vereador fica quatro horas na mão de um encapuzado dentro de casa, que o outro... eu fico extremamente perplexo. Essa é a palavra.

Mas eu entendo também que, até por algumas questões que a própria Polícia Militar e até a Polícia Civil dependem do Executivo municipal, em convênios, em parcerias e em outras coisas mais, há certo cuidado, não vou dizer medo, mas certo cuidado quando se trata de briga política. Eu ouvi o delegado, aqui, de Camboriú, dizer que se tivesse provas pediria amanhã ou hoje mesmo a prisão preventiva do prefeito. E concordo com ele que também tem que ter provas pra isso.

Mas pelo menos eu também ouvi aqui, pelo menos aqui e também na entrevista, que as ações, os tiros, a surra, os tiros, os tiros, que poderiam ser algo estrategicamente montado pra dizer que os vereadores estariam sendo perseguidos, quando a briga era interna, lá. Sinceramente eu não acredito - e teve um cidadão que estava acompanhando aqui, e no MSN comigo, o seu depoimento, vereador Claudinei, e ele disse aqui: "Diga para o vereador fazer as janelas de tijolo". Ou seja, as pessoas estão indignadas com relação a isso, porque chega um momento que fica complicado.

Eu vejo que a vinda dos senhores aqui hoje, e da Polícia Civil - só faltou um aqui. Só faltou um, nem é o presidente dos Democratas. Faltou, sentado nessa mesa, o prefeito Edinho. Faltou ele! Nós estamos falando de uma briga política entre Legislativo e Executivo, e colocam aqui de um lado o Legislativo e de outro lado a Polícia Civil?! Estão querendo dizer que a culpa de tudo o que está acontecendo é da Polícia Civil, porque não está investigando? E cadê o prefeito Edinho? Nós temos que ouvi-lo também.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - A Polícia Civil já deveria ter ouvido ele, foi o que eu falei no começo!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não, eu estou falando da nossa Comissão!

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - E a Polícia Civil tem que saber do trabalho que tem que fazer.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Da nossa Comissão! Da nossa Comissão, aqui! Porque nós estamos falando na questão de segurança pública, que envolve agentes políticos! E por isso veio parar aqui! Veio parar nesta Comissão, deputado Piriquito, eu vejo que essa é a sua preocupação, que estão colocando - pelo menos lá tem nove vereadores, nós temos cinco vereadores, ou seja, a maioria dos vereadores está aqui, e têm que procurar esta Casa mesmo! Esta Casa representa não só os cidadãos comuns, mas também os parlamentares municipais! Afinal de contas, aqui, eu e o deputado Edson Piriquito já fomos vereadores; e o deputado Dirceu já foi prefeito. Então, nós temos aqui essa representação.

Agora, nós precisamos também vir aqui ouvir o Executivo, porque essa é uma questão que a gente precisa ouvir, eu digo principalmente o prefeito Edinho, principalmente pelas ameaças que ele fez na rádio! Ameaças de agressões! Nem falo nas ameaças verbais, mas ameaças de agressões, de dar surra em vereador de mangueira! Por isso eu acho que deveria estar aqui.

E se por acaso a Polícia não ouviu ainda o chefe do Executivo, o prefeito Edinho, no mínimo, no mínimo - eu não entendo de processo de Polícia, mas no mínimo é uma questão de pelo menos: "Escuta aqui, ô camarada, vem cá!" Não se faz assim quando o camarada diz... Eu chego lá no vizinho: "Oh, o meu vizinho tá ameaçando". O que se faz? "Vem cá, tá ameaçando ele ou não tá?" "Não, não tô, isso aí é mentira dele. O que é!" No mínimo é isso, perguntar!

Não é um vereador, não são dois, são cinco vereadores que tiveram a vida em atentado! E atentado por quê? Porque um era presidente da comissão processante que queria cassar o prefeito. E o presidente da comissão processante tem a mulher feita com refém dentro de casa quatro horas e não fazem nada, e não chamam pelo menos para ouvir o depoimento do prefeito! Ai é uma falha da polícia, da investigação. Ah não, mas ninguém falou no prefeito. Mas eles estão falando. Os que foram atacados e ameaçados estão dizendo que é do Executivo, e que daí tem um funcionário da Secretaria que é segurança particular do prefeito e que não é chamado também. Chama aqui! No mínimo. Quando eu estou sendo intimado para depor alguma coisa, não é que seja culpado, eu vou poder dizer se é verdade ou mentira. Pelo menos é isso que eu penso.

Então, aqui eu vejo o seguinte: gostei quando o delegado Maurício - por falar nisso, delegado, o senhor tem que voltar lá em Joinville, o senhor não foi mais depois daquele dia lá. Sequer nós temos lá em Joinville o nosso rabecão. Nosso rabecão lá do IML está a oito meses na oficina por uma peça de reposição de R\$ 800,00. O senhor tem que voltar lá, nossa polícia investigativa em Joinville está virada num alho sabe, de fato. Eu preciso que o senhor volte lá.

Agora, eu gostei quando o senhor disse que vai passar para um outro delegado, vai determinar para um outro delegado da Deic assumir. Eu acho que isso é importante. É importante porque daí tira qualquer responsabilidade. Eu sei que ele tem 200 mandados de prisão pra fazer, e eu imagino a dificuldade que tem um delegado numa cidade. Agora, coloca (O delegado Julio fala fora do microfone. Inaudível)... Vinte? Vinte. O senhor falou em 200 há pouco, então eu não entendi bem qual seria. Duzentos procedimentos em andamento.

E eu também imagino que por se tratar de um poder da cidade, que é o Poder Legislativo, e por se tratar de cinco dos nove membros, no mínimo a Polícia deveria colocar um delegado para: "vamos acabar com esse negócio, vamos apurar." Deixa ele cuidar dos 200 procedimentos, dos 20 mandados, deixa. Tu vai, camarada, tu vai apurar, eu quero isso daqui. Como vocês fizeram lá em Joinville, e o governador bateu na mesa e disse: "Eu quero resolvido o negócio do tarado da bicicleta, eu quero resolvido o negócio da Gabriele".

Em poucos dias chegaram a fazer, deputado Piriquito, a Polícia Civil de Joinville chegou a fazer uma reconstituição do crime, esquecendo que o estacionamento da igreja estava cheio de carros. Estamos falando de uma criança de um ano e um pouquinho que qualquer carro esconde a criança. Na reconstituição do crime não colocaram os carros cheios para que o possível assassino dissesse: "Eu vi a criança ali." Daí alguém disse: "Mas como é que tu viu ali se ela estava atrás do carro?". Então, esse é o fato, e tem muitos outros processos aí.

Então coloca um delegado para resolvermos esse negócio. Por enquanto estão dando tiro na janela, daqui a pouco vão acertar pessoas. Eu acho que isso tem que ser feito pelas declarações do prefeito Edinho na rádio. Ameaça, ameaça, ameaça. Ainda bem que ele não fez isso comigo. Ainda bem que ele não fez isso comigo. Sempre fui um vereador de oposição também.

Sabe como é que nós tratamos lá em Joinville? Eu fui o ferrenho e sou o ferrenho opositor do prefeito atual, o Marco Tebaldi, mas eu votei favorável ao título de cidadão honorário catarinense dele aqui. Isso não me traz nenhuma dificuldade. Os delegados que já passaram por Joinville acho que nunca precisaram fazer registro de brigas políticas. E nós temos brigas. Eu tenho, eu sou oposição ao governador Luiz Henrique lá. Agora, sempre dentro de um limite.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - E aqui também, né. (risos.)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - E aqui também. E aqui também.

Agora, só para encerrar, senhor presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Não foi o senhor que foi dar tiro na casa dele lá, então?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não, não.

Só para encerrar, eu quero dizer que espero que essa vinda dos senhores, tanto dos senhores da Polícia como também dos vereadores, possam estar aqui deixando uma determinação que alguém vá resolver isso, para a gente saber. E outra coisa, agora conhecendo como é a coisa na região de Camboriú, eu posso entender porque esses dias o deputado Edson Piriquito me chamou para acertar fora. (Risos.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Kennedy.

Bom, nós temos aí novamente a inscrição do nosso delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina, Maurício Eskudlark, mas eu queria fazer primeiro um comentário também.

Depois dessas informações todas dos vereadores e da vereadora, quero dizer que acho que hoje a agressão verbal ou moral é considerada como uma agressão física. Então, todas as agressões são muito graves - pelo que tive acesso também às informações da entrevista, inclusive porque saiu no Jornal Diarinho, do comentário do prefeito.

Mas, deputado Kennedy, na reunião que tivemos da Comissão que encaminhou esta questão aqui, nós entendíamos que quem está sendo ameaçado e recebendo todas estas agressões e quem tem a responsabilidade de apurar os fatos estariam aqui nesta Comissão neste momento. E se precisar, no futuro, nós vamos convocar o secretário de Segurança Pública - isso nós já encaminhamos na Comissão. Se não resolver rapidamente vamos ter que convocar o secretário de Segurança Pública e convocar depois, também, o prefeito. Então, esse era o encaminhamento que a gente fez aqui na Comissão.

Primeiro, delegado, eu me assusto quando o senhor afirma que a Polícia Militar, aqui a Polícia Civil de Santa Catarina está sendo exemplo para o nosso Brasil, porque depois de tudo o que se passa e se passou aqui, os exemplos claros que foram levantados aqui, placa de carro... de repente seja a mesma moto, vereador, que você várias vezes diz que está fazendo a agressões, pode até ser, pode até ser. Então, não é possível nós chamarmos isso de Polícia Civil capacitada. Pode até citar um caso lá no exterior, em outros países. Agora, todos os fatos, um atrás do outro, e fatos que hoje estão muito claros, a partir do que foi declarado na imprensa, e os fatos a partir da CPI e tal, está muito claro que são ações que têm um vínculo político também. Tem um vínculo político.

O delegado Julio afirma aqui que os últimos não têm, segundo ele, ligação política. Estranha-me como o delegado pode afirmar isso, se não tem comprovação disso. E não tem...

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor continua com a mesma opinião depois de ouvir tudo o que o senhor ouviu aqui? Que só o primeiro tem cunho político e os demais não têm? Gostaria de saber a sua opinião, agora, delegado?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não afirmei que o primeiro tinha cunho político.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o senhor falou da sua opinião, a sua visão, pela experiência.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Não acredito que os primeiros fatos tenham correlação com os últimos fatos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor não acredita? Mesmo depois de tudo o que o senhor ouviu aqui?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Mesmo depois de tudo o que ouvi. Não acredito que os primeiros fatos tenham correlação com os últimos fatos, é uma opinião pessoal, minha. Não é uma opinião da Polícia Civil nem da instituição.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Perfeito. Eu faço mais uma pergunta ao senhor: o senhor tem amizade pessoal com o prefeito?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Amizade pessoal, negativo.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O senhor deu uma entrevista à rádio esses dias dentro do gabinete do prefeito?

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Sim, senhor. Perfeito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então, eu sugiro, por gentileza, respeitosamente...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Entre amizade pessoal e dar uma entrevista tem uma grande distância, deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - ... respeitosamente, a constituição de uma equipe de fora, mesmo, de Camboriú, viu doutor Maurício. Eu não estou aqui questionando, mas eu creio que tem uma relação de amizade...

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Deputado, isso já está determinado pelo meu chefe. O meu chefe já determinou...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o seu chefe também sou eu. Todos nós aqui somos o seu chefe.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Perfeito, deputado.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Então eu sugiro, eu peço ao doutor Maurício que afaste o doutor Julio deste caso e que realmente venha a constituir uma comissão especial, especial, com prazo certo de apuração dos fatos, para fazer a tomada dos depoimentos de todos os envolvidos, inclusive do prefeito.

Quero aproveitar e dizer aqui para o deputado Dirceu Dresch e para o deputado Kennedy Nunes que não cabe a nós acusar ninguém. Por isso nós não convocamos o prefeito, porque não estamos acusando ninguém. Nós queremos, só para frisar mais uma vez, a resposta do governador do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública.

Vossas excelências estão aqui pelo fato de terem envolvimento direto. Por quê? Diante das suas atribuições e prerrogativas. Agora, se alguém prevaricou, é como eu disse no começo, nós vamos apurar. E se for o caso, vou à corregedoria, vou apurar, sim. Porque tenho este compromisso como deputado representante daquela região. Vou apurar.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - Com licença, deputado. Sou eleitor seu e votei no senhor (*inaudível*).

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Aqui não está sendo questionado o voto. Aqui não está sendo questionado o voto. Se vossa excelência se arrependeu do seu voto, na próxima eleição não vote mais.

O SR. JULIO CESAR MACHADO DE SOUZA - E vou votar no senhor novamente.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Aqui não está sendo questionado voto, está bem? Aqui está sendo questionado o dever de ofício. Se vossa excelência tem o dever de ofício de trabalhar, de cumprir com o seu papel e não o fez, eu vou apurar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Eu só queria aqui ver a reafirmação... Alguém falou aqui do delegado da Deic, fez uma afirmação: "se puxar é que nem sardinha". Eu queria ver se isso é real. Quem falou? Foi o Boca?

O SR. VEREADOR IMENÉSIO DE SOUZA - Fui eu e o vereador...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Essa informação acho que é importante.

O SR. VEREADOR LUCIEN AGUIAR (Camboriú/SC) - É importante, e gostaria de deixar claro, porque de repente não foi no ar de que os colegas não quiseram investigar. Eu senti de repente, essa a impressão que tive. Eu senti que havia o interesse de alguma força maior que não queria que se investigasse, só isso. Porque era uma coisa simples, que poderia ser... Ou que elementos levavam, de repente, a elucidar o caso, e que não foi feito, não foi feito. É nesse sentido que vejo. Até gostaria de dizer que falei porque acho que isso é relevante. E falei no sentido de que vejo que ele é, reafirmo aqui, conceituado por nós, cidadãos. Nós acompanhamos o trabalho da Deic etc.

Então, vejo o seguinte: alguma coisa muito além da própria Polícia Civil, de toda estrutura, me desculpem aqui, pode estar pressionando para que isso não aconteça. Essa é minha opinião, pelo que senti do que ele disse. Não estou falando aqui que ele menosprezou os companheiros etc. - é nesse sentido. E ele disse, isso é tão fácil assim, ou não digo que é fácil, sei lá, existem instrumentos e meios para que se chegue ao mandante, o porquê etc., e não foi feito! Agora, também colocar e não dar autonomia e as forças continuarem, também não adianta. É mais um frustrado em Santa Catarina, é o próprio delegado Renato. Se existir força maior do que a Polícia Civil, a própria segurança de Estado em Santa Catarina, e colocar o Renato porque disse isso, e continuar a força, daí é mais um decepcionado, mais uma decepção para nós.

É isso que acho importante. Deixa a Polícia trabalhar então, se é isso. Parece-me que foi isso que escutei. Eu encaro assim, me desculpem o desabafo, mas é como saio de lá. Parece-me que a política está acima da competência da própria Polícia, do interesse de apurar as coisas. É isso que senti. Se eu senti errado, não sei. Só sei que saí com o processo que ele, cuidadosamente, anotou e colocou a colinha dizendo... todas as folhas, ele anotou, cruzou, infelizmente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Então, finalizando aqui, essa história de ter sumido material da mesa da delegacia, delegado Mauricio, fica um grande ponto de interrogação. O nosso vereador Boca falou que o delegado comenta com ele, pessoalmente: "Estás fazendo isso para assustar somente e tal". É muito grave isso! É muito grave, e esperamos, esta Comissão e eu, enquanto presidente - concordo com o deputado Nilson Gonçalves -, que tenha uma apuração rigorosa. E a minha opinião é que seja uma apuração de fora, justamente pela dificuldade e pela realidade do município. Está colocado Camboriú hoje como uma terra, pelo que aparece aqui, sem lei. Está claro isso! E tem que ter aqui um encaminhamento concreto, deputado Sargento Soares, tem que ter um encaminhamento concreto.

Então, esperamos isso. Se a Delegacia-Geral de Polícia de Santa Catarina tem dificuldade de encaminhar, precisamos discutir com o governo do Estado e com o secretário de Segurança, estou reafirmando isso.

Então, queremos ouvir concretamente a sua posição sobre isso tudo, e esperar do fato aqui, como catarinense e como membro desta Casa Legislativa, que tem um papel importante na defesa dos cidadãos, e principalmente como é um caso que envolve pessoas, lideranças políticas, vereadores que estão correndo o risco de não poder mais cumprir o seu papel democrático, como diz a vereadora, ter cuidado quando chega em casa! O que é isso? Você chega em casa do seu trabalho e não cumprir mais a sua função enquanto vereador! Isso está em Santa Catarina, isso está em Camboriú!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputado Dirceu, excelentíssimo presidente da Comissão; deputado Piriquito; deputado Soares; deputado Kennedy; eu entendo que a audiência foi muito valiosa. Eu tomei conhecimento do primeiro caso contra o vereador Lucien. Estranhei até que não conseguiram identificar a placa na delegacia. Eu, no computador, acessei o sistema e identifiquei. Demos um encaminhamento telefônico ali já, com (*ininteligível*), deram o veículo emplacado para...

Depois desses fatos eu acompanho, porque moro em Balneário Camboriú, mas em 2006 tive a felicidade de assumir a Assembléia Legislativa, por isso passei a ter outras atribuições e não específicas lá na região. Depois teve o período eleitoral e eu assumi a chefia da Polícia Civil, hoje Delegacia-Geral da Polícia Civil.

Eu fiquei impressionado também com a gravidade dos fatos. Eu conheço todos os vereadores aqui, considero-me amigo deles, sempre que possível a gente conversa, às vezes até por Internet, com o Lucien, tenho amizade, tenho respeito por todos os vereadores aqui e vejo que os fatos são mais graves do que eu tinha conhecimento.

Talvez quando houve essa última visita, não sabia detalhes desse caso ocorrido com o vereador. Vereador Silvano, nesse seu caso, só há possibilidade de identificar, claro, com o seu apoio, com a sua participação. As pessoas o agradeceram ali, até admiro que no momento não foi possível, não sei se era um dos últimos a sair do evento, mas as pessoas tinham que ter ajudado, tinham que prender, tem que identificar. Nós não fazemos os fatos, nós apuramos os fatos. Então, nós precisamos do apoio das pessoas nesses casos.

Os casos de ameaça dependem de representação. A nossa legislação diz que depende de representação. Então, nós precisamos que haja uma representação para daí intimidar as partes. Acho até que o que foi relatado de ameaça é gravíssimo, de forma pessoal e de forma a afrontar a democracia, vamos dizer assim.

Já tinha anotado aqui alguns detalhes e espero, dentro de um prazo de 30 dias, no máximo 45 dias, podermos trazer a esta Comissão os resultados desse posicionamento. Mas de parte da Delegacia-Geral da Polícia Civil nós vamos designar o delegado Ilson da Silva, diretor da Deic, junto com o delegado Renato Hendges, para acompanhar e presidir essas investigações, todos esses fatos que estão pendentes em Camboriú; ou designar à Corregedoria, ao corregedor Nilton Andrade, diretor-geral da Corregedoria, para apurar se todos os procedimentos ocorridos na delegacia obedeceram aos trâmites normais, se houve alguma prevaricação, se houve falha de alguém ou se deixou de fazer alguma coisa que deveria ter sido feita.

É importante esse seu pronunciamento de que o delegado Renato falou. O delegado Renato realmente é um bom investigador, é muito competente e ele tem a facilidade que fica ainda com casos específicos, enquanto o delegado da comarca tem que atender o dia-a-dia, problema de vizinhos, ocorrências, acidentes de trânsito, enfim, todo aquele problema. E ele pega um caso específico e fica naquele caso na investigação. Então, a Deic vai ter como prioridade a investigação do caso de Camboriú, através do delegado Ilson e do delegado Renato.

Nós precisamos do apoio dos senhores vereadores, de testemunhas, das informações que chegam. Muitas vezes as pessoas ficam com medo de ir à delegacia porque não querem dar depoimento, porque não querem se envolver. Se o vereador tem medo, imagino que todo mundo deve ter medo. Mas precisamos que todas as pessoas que sabem, que possam ajudar, que ajudem nessa apuração dos fatos. Além do que vamos usar, se necessário, quebra de sigilo telefônico e todos os meios tecnológicos que são possíveis colocar à disposição. E depois, na fase de julgamento, já passa para outro problema que é da legislação brasileira. Se porventura tiver a participação do prefeito já vira foro privilegiado, o julgamento já não é mais pela Justiça comum, já passa para o Tribunal, também é outra alteração.

Mas de nossa parte, vamos designar a Deic, a Corregedoria, tudo, para que dentro de uns 30 dias, seria melhor 45 dias, podermos apresentar à Justiça e também à Comissão de Segurança da Assembléia, um relatório do que pôde ser feito e do que foi apurado nessa questão. Reconheço a gravidade, temos que ter um relacionamento com a administração municipal institucional, e não pessoal. Todo mundo sabe que em quase todas as Delegacias, e não é diferente em Camboriú, existem funcionários do município trabalhando na Delegacia de Polícia, funcionários cedidos que ajudam na parte administrativa da Delegacia. Mas isso é relacionamento institucional, que não pode prejudicar...

Eu sei, conheço os delegados, sei da vontade de trabalhar, como o doutor Julio disse, se eu tiver prova, peço a prisão do prefeito e de qualquer pessoa. Eu sei que tanto o doutor Julio, o doutor Hélio o doutor Gilberto, pedem, mas vamos então agora passar para a Corregedoria e para a Deic esse caso. E vamos esperar que nesse encaminhamento que a Deic venha dar a gente possa evoluir e trazer tranquilidade para a população.

Então, essa é a posição da Polícia Civil, que é a posição do secretário de Segurança, nosso líder, que sei que é a posição do governador, de cumprir as nossas obrigações com o maior zelo possível, com a maior responsabilidade possível. E acho que a audiência foi muito produtiva, até porque eu desconhecia esses detalhes de algumas ocorrências lá.

Agradeço aos deputados! E o deputado Soares que conhece profundamente a segurança pública sabe da vontade dos policiais, das dificuldades que às vezes enfrentamos, mas que não é nenhuma justificativa para deixar de cumprir a nossa missão. Então, o nosso posicionamento é esse, com a designação desse encaminhamento e de prestar, depois, esclarecimento de tudo o que foi apurado administrativamente, se houve alguma falha e na parte investigativa.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Senhor presidente, ouvindo atentamente o pronunciamento do chefe da Polícia Civil, doutor Maurício Eskudlark, me assustei um pouquinho mais pelo fato de que o senhor é da região, o senhor reside em Balneário Camboriú, e o senhor revela, em público, que desconhecia o assunto como um todo, assunto que foi publicado diversas vezes pela imprensa. Acho que nenhuma vez, nenhum atentando deixou de ser publicado ou debatido em rádio ou na Câmara. Creio que mais público do que está esta situação, não existe! Não tem como ficar mais público! Mas, tudo bem, vamos fazer de conta que isso seja normal.

Quero saber também o posicionamento da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina quanto à integridade física deles. Porque uma coisa é fazer investigação, outra coisa é preservar a integridade física deles. Porque nada garante que agora eles saiam daqui, cheguem em Camboriú e o xerife lá não mande agredir, não mande bater ou essa pessoa que está fazendo essas agressões.

Então, quero saber se tem alguma possibilidade ou se existe esse mecanismo na nossa estrutura para que a gente possa preservar a integridade deles, da família, não sei se com câmera de segurança, não sei se o senhor teria nessa equipe que vai ser formada especialmente, se teria um policial para, pelo menos, ficar à disposição deles, que monitorasse, que interagisse. Alguma coisa tem que ser feita! Porque vocês podem ter certeza: agora, o cerco apertou! Agora a cuíca vai roncar!

Se vocês acham que isso aqui está resolvendo, vocês podem ter certeza que não está! Quero dizer que investigação, vereador Boca, é uma coisa, agora, a pressão tende a aumentar. Se não tiver uma medida clara da Polícia Civil, da Polícia Militar ou da Secretaria da Segurança Pública, que abrange tudo, nós não temos como garantir a vida de vocês. Nós não temos como garantir a vida de vocês! Só que até agora foi tentativa ou não, porque eu fui à casa do vereador Imenésio e aquilo lá não foi tentativa não, gente! Na casa do Claudinei e no escritório dele atiraram quando ele não estava em casa, isso é verdade! Mas na casa do vereador Imenésio, ele estava em casa e a bala passou a poucos centímetros da cabeça dele. Têm fotos aqui, tem tudo! Então, quer dizer que é diferente uma coisa para assustar e outra que realmente poderia ter endereço certo?

Não estou aqui acusando ninguém! É como eu disse! Nós não chamamos a pessoa citada, porque não temos essa competência, a condição de tirar ou de acusar: ah, é fulano de tal, deputado Soares! Agora, só que uma coisa está clara: eu não tenho dúvida de que é questão política. Sou leigo, não sou policial, não tenho essa formação, nem por correspondência o curso eu fiz, mas não tenho dúvida de que a questão é política. Não tenho dúvida! E não tenho dúvida também da falta de ação da Polícia Civil, doutor Maurício. O senhor me perdoe! O senhor me perdoe, mas eu não tenho dúvida, porque o senhor tem ligação direta com o nosso município, com a nossa região. Ligação direta, total! O senhor tem comprometimento, tem cumplicidade com aquele povo.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu tenho o compromisso com todo o Estado de Santa Catarina, hoje eu...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Com todo o Estado de Santa Catarina, especialmente onde o senhor mora.

Então tem que dar uma solução agora para que a gente possa garantir de certa forma, porque até ameaça de invadir a Câmara de Vereadores em plena sessão eles receberam. Quer dizer, que nem na Câmara de Vereadores, em plena sessão, eles têm segurança? E se isso está acontecendo, professora Marli, com vocês que são autoridades, pessoas públicas, vocês imaginem se isso estivesse acontecendo com um cidadão comum? Porque o cidadão comum não ia encontrar eco para chegar aqui, como diversas coisas devem acontecer. Vejam que mesmo vocês sendo autoridades, agentes políticos, constituídos, está mexendo com o Poder, não está mexendo simplesmente com alguma pessoa isoladamente. Nós estamos mexendo com uma relação de Poder: Poder Executivo versus Poder Legislativo. Estamos no décimo round. Quem vai ganhar essa luta? O que vai acontecer?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Com referência ao policiamento preventivo a proteção compete à Polícia Militar. Eu vejo que a presidente pode tomar as providências, solicitar a presença da Polícia Militar, até na Câmara de Vereadores, para resguardar. Nós, é claro, temos um compromisso e sempre que pudermos vamos atender a qualquer chamada dos vereadores. Não temos um efetivo e um trabalho especial para designar policiais para acompanhar cada um dos vereadores, mas, é claro que a própria Polícia Militar e todos nós vamos tomar ações e atitudes para evitar que fatos possam acontecer.

O que eu disse... Esta semana até recebi um telefonema do deputado Merisio a respeito de um fato acontecido em Xanxerê (eu também fiquei 20 anos na região do oeste catarinense) e na hora liquei para o delegado e disse: olha, aconteceu um fato assim e você vai lá e verifica que o deputado está preocupado com a gravidade. E ele deve ter tomado as providências e encaminhado. Outros fatos acontecidos em Camboriú, nós sabemos. Eu disse que eu não sabia com os detalhes que foram relatados aqui.

Então, não sei, parece que há uma animosidade do ilustre deputado para com a minha pessoa, neste momento, mais não...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não! Com o trabalho da Polícia Civil! É um trabalho da Polícia Civil! Existe, sim, e está bem claro. Não estou deixando dúvida nenhuma do meu descontentamento pela forma com que a Polícia Civil vem tratando este assunto. O senhor pode ter certeza disso, assumo em público, porque é inadmissível que essa condição continue. É inadmissível!

Vocês tiveram todas as condições de fazer a investigação e não fizeram! Vocês têm um suspeito, vocês têm os carros, vocês não fizeram! Vocês não intimaram o prefeito! Vocês não fizeram qualquer tipo de procedimento que pudesse vir a esclarecer este assunto.

Então, está muito bem claro para mim a falta de ação de vocês.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - O senhor não pode dizer que o prefeito é suspeito. Por isso ele é suspeito?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não! Mas vocês não o chamaram.

Sim. Diante das suas atribuições, sim! Sim, senhor!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós, para chamar eles, precisamos...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Diante das suas atribuições, sim! Porque não pode... Desde 2005 até 2007 não tem nenhum inquérito finalizado, conclusivo. Isso é inadmissível! Isso é inadmissível!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Não. Já tem inquéritos aqui encaminhados.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas não tem culpado! Quem foi preso nessa história.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Mas nós não podemos inventar...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Só dá para prender agora os vereadores, como estão dizendo que os vereadores estão atirando entre eles. O que é isso?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nós precisamos de provas para prender alguém.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas o que é isso?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Daí, o próprio vereador que foi agredido...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Foram dez atentados!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - ...*(ininteligível)* não consegue reconhecer. Como vamos prender?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas claro que não vai conhecer, se foi agredido por trás. Ele foi agredido por trás. O rapaz é um rapaz pacífico, um rapaz que não é de violência. Pegue um histórico dele!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - E daí como...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pega lá na Delegacia de Camboriú, que ele tem a vida dele toda lá: qual foi a vez que ele se envolveu em alguma confusão?

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Ele não pode reconhecer...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O rapaz é bom! O rapaz é sério!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - ...como vamos prender alguém, neste caso?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas, então, tem um todo, doutor Maurício! O conjunto da obra que assusta!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Mas é tudo...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - O conjunto da obra que assusta!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Deixa eu reconhecer.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Mas, meu Deus do céu, será que vão ter que matar alguém? Será que vão ter que matar alguém?! Não tem explicação para coisas que não tem explicação. Não adianta argumentar! É fato! É fato! Falta trabalho da Polícia Civil, sim! Falta trabalho! Falta querer esclarecer! Falta querer esclarecer, sim! Tem vinculação político-partidária? Tem. E, nós vamos apurar. Nós vamos ter que apurar. Nós devemos essa resposta para a sociedade. E não é só de Camboriú, é de todo o Estado. Onde já se viu, nós estamos no quê? Na ditadura? Coronelismo? Ele aprendeu a fazer o que ele faz, com quem? Com o líder maior dele? O que é isso? A Polícia Civil tem que ser pontual nesse caso! Eu não me conformo, sendo deputado do governo, em ter que convocar uma reunião para fazer a Polícia Civil trabalhar. Eu não me conformo!

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Os presídios estão cheios. Nossa Polícia é competente.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não quero desculpa de estrutura.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Nossa Polícia é competente.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Se não tem como trabalhar com a estrutura que tem, então tem que pedir o boné e ir embora. Não quero desculpa de estrutura.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - A nossa Polícia nunca prendeu tanto, nunca reduziu tanto a criminalidade.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não quero desculpa de estrutura. Eu sou defensor do governo, doutor Mauricio! Mas nesse caso está mais que claro que existe a falta de trabalho da Polícia, a falta de comprometimento, de esclarecimento.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Um caso específico o senhor não pode julgar isso...

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não é um caso específico! São dez atentados contra cinco pessoas na cidade. São seis pessoas, porque tem ainda um líder do Democratas, que não está aqui. Contra seis pessoas. Não tem nada de caso isolado e não tem nada de assunto cotidiano ou comum. Aqui existe um caso sério e concreto de crime político! E a Polícia Civil tem que, sim, fazer o trabalho que tem que fazer, doa a quem doer! Se sou eu o criminoso, me prenda! Porque, se for eu, quero ser preso! Agora, que existe aqui um crime político, está mais do que claro!

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado!

Passo a palavra ao deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu queria dizer que na reunião anterior, na quarta-feira passada, eu sugeri que fosse convidado também o prefeito. É preciso dizer que a Polícia Civil está aqui na condição de convidada, assim como os cinco vereadores e nós não temos um interrogatório com relação aos delegados que estão aqui presentes. E, se for para proceder desta forma, tem os órgãos competentes dentro da estrutura do Governo, da Secretaria da Segurança Pública e da própria Polícia Civil. Nós discutimos da possibilidade de chamar o prefeito, de convidar o prefeito a participar e, por fim, transigimos no sentido de ter uma preocupação de que tivéssemos que revistar as pessoas para entrar numa reunião na Assembléia Legislativa e por isso não foi convidado o prefeito. Não é exatamente isso, deputado? Não é isso? Já pensou a situação: os nossos companheiros da guarda, da segurança da Casa ter que revistar as pessoas que estão vindo para uma reunião da Comissão de Segurança?

Então, resolveu-se fazer primeiro essa reunião com os vereadores e com a Polícia Civil para, depois, ver como podemos proceder a partir disso.

Eu penso que nós temos alguns encaminhamentos que podem dar solução ao problema. A função da Deic para tomar conta desses episódios, dando uma resposta para a população, que é o que eu iria sugerir, e o delegado Mauricio já colocou como possibilidade, como proposta, citando 30 ou 45 dias.

Eu penso que nós, Piriquito e Dirceu, como membros desta Comissão de Segurança, temos a obrigação de trazer essa resposta para a população, porque estamos aqui, há três horas ou mais, discutindo um assunto que estareceu certamente muita gente que está ouvindo e que devemos dar essa resposta.

Então, que tenhamos a possibilidade de avaliar *pari passu* com a Polícia Civil o andamento das questões. Evidentemente que as informações que não devam ser divulgadas em virtude inclusive da segurança da investigação não seja feita, mas que assim que tiver um encaminhamento, a resolução do inquérito, que a gente possa novamente se reunir para debater este assunto especificamente. Em 30, 45 dias, ou em 20, se for possível, mas em 60 também, se for necessário. Mas, que nós possamos dar uma resposta para a população.

Eu, como policial, como já falei, penso que nós devemos essa resposta para a população. Como policiais civis que os senhores são, hoje sou um policial militar da reserva, mas, como deputado da Comissão de Segurança, temos esse dever de dar uma resposta para a população, assim que for possível, do que aconteceu e, efetivamente, qual foi o resultado do inquérito e que o processo, a denúncia foi encaminhada aos órgãos competentes para o devido julgamento. Nós precisamos dar essa resposta.

E, desde já, caro presidente, deputado Dirceu Dresch, queria sugerir que esta comissão esteja com as portas abertas para que, assim que a Polícia Civil, tiver o encerramento do inquérito, alguma resolução no sentido do encerramento do inquérito, que possamos ter conhecimento da matéria, dos autos e avaliar, de novo, como vamos proceder, se devemos chamar outras pessoas, o prefeito, se for o caso, ou quem quer que seja, para que possamos dar resposta para a população de uma solução para esse problema. De repente nós viemos aqui, temos todo esse relato de situações infelizmente bastante graves, essa indignação do deputado Piriquito e depois o silêncio, que não tenha um retorno para a população. E, nós, como deputados, temos essa obrigação de dar esse retorno para a população catarinense. Não só a Polícia Civil, não só a Polícia Militar. Com relação à segurança de vocês têm que requisitar, vai faltar mais polícias em Balneário Camboriú se tiver que ter segurança para cada uma das pessoas que foram agredidas. Mas aí vocês vão ter que solicitar para as autoridades competentes da cidade e da região.

Muito obrigado. Reiteramos que, da nossa parte, estamos à disposição para discutir este assunto, para ir lá. Por que não? Vamos fazer uma audiência pública lá também, se for o caso, se vemos que a coisa não vai, que a coisa continua acontecendo. Vou até já lançar aqui o desafio ou a proposta: se ocorrer mais um episódio dessa natureza ou se não tivermos uma solução, é razoável que encaminhemos da nossa Comissão de Segurança Pública uma audiência pública na cidade de Camboriú, para chamar a população inteira para fazer esse debate lá e chamar todos os envolvidos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Se acontecer mais uma vez tem que sitiar a cidade.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Nem que tenhamos que chamar todo o efetivo da Polícia Civil, da Polícia Militar e o Exército para dar segurança, mas precisamos ir lá fazer uma audiência pública na cidade para que possamos tomar providências. Não é possível que isso continue acontecendo, porque, embora eu tenha dito, que se eles quisessem matá-lo teriam feito. É óbvio que se atira alhures e se erra 20 centímetros pode matar, mesmo que atira para errar. Se atira nos vidros e quebra todos os vidros duas, três ou quatro vezes de um determinado estabelecimento pode ter alguém lá dentro, ou mesmo sem querer: eu não quero ficar... Soares, vou atirar só para te assustar! Fica aí sentado e vou atirar, eu não vou parar para esperar o cara me assustar a tiros. Porque pode acontecer, é claro que pode acontecer um homicídio, que seria um assassinato a qualquer momento se os caras continuarem atirando.

Era esse o meu encaminhamento que já está sendo dado. A Deic assume, como o próprio delegado-chefe já encaminhou.

Nós daremos a resposta para a população assim que tivermos o encerramento do inquérito que já está em andamento e que vai ser encaminhado agora pela Deic. Daremos a resposta para a população assim que tivermos uma posição e, se necessário, avaliamos em dois meses de repente a realização de uma audiência pública na cidade de Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado.

Então temos o encaminhamento do compromisso do nosso diretor-geral da Polícia Civil de em 30 ou 40 dias termos espaço para começar a dar uma resposta à população, colocar o diretor do Deic à disposição para a apuração dos fatos, o corregedor-geral.

Esta Comissão está acompanhando esses fatos, o processo agora. E eu queria fazer um encaminhamento de que esta Comissão, se os vereadores quiserem acompanhar, para levarem os relatórios dessa atividade de hoje para o Secretário de Segurança Pública e solicitar o empenho dele no processo.

Queremos agradecer a presença de vocês mais uma vez, os nossos delegados, a Polícia Civil de Santa Catarina, o nosso delegado regional de Polícia e o doutor Hélio Ferreira, delegado de Polícia do município de Camboriú, doutor Julio.

Queremos agradecer também aos vereadores por terem vindo até aqui. E contem conosco! Com certeza, todos os deputados, além desta Comissão, têm um compromisso grande com a questão da segurança do nosso Estado.

Um grande abraço. Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

As nove horas do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 23ª reunião ordinária. Presentes os demais membros: Deputado João Henrique Blasi, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Jailson Lima em substituição ao Deputado Pedro Baldissera, Deputado Narcizo Parisotto, Deputado Marcos Vieira, Deputado Gelson Merísio e o Deputado Pedro Uczai. Aberto os trabalhos foi aprovada a Ata da 22ª Reunião Ordinária e os senhores Deputados passaram a relatar as matérias. O Senhor Deputado Marcos Vieira, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0146.7/07, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0162.7/07, exarando parecer favorável com emenda substitutiva global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0140.1/07, apresentando

requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0205.1/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli; o Projeto de Lei nº 0023.8/07, apresentando voto de vista pela realização de audiência pública, que não foi votado devido o acordo firmado pelos membros da Comissão para desapensar os quatro Projetos e o Projeto de Lei nº 0441.0/07, apresentando voto de vista favorável ao relator, que colocado em discussão e votação, restou aprovado, por unanimidade, o parecer favorável do relator Deputado Narcizo Parisotto. O Senhor Deputado João Henrique Blasi, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0469.1/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0036.8/07, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Gelson Merísio; o Projeto de Lei nº 0410.4/07, apresentando voto de vista pelo apensamento ao Projeto de Lei nº 0005.6/07, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 0276/07, exarando parecer pela manutenção do veto, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria e o Projeto de Lei nº 0441.0/07, apresentando requerimento pela diligência, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, após acordo pela anulação da primeira votação que ocorreu antes da leitura do voto de vista do Deputado João Henrique Blasi. O Senhor Deputado Narcizo Parisotto, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0382.6/07, exarando parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Pedro Uczai, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0273.2/07, apresentando requerimento pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0212.0/07, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Uczai apresentou requerimento para convocação do Secretário Ivo Carminati, para prestar esclarecimentos sobre o acordo de reposição salarial firmado com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Senhor Deputado Gelson Merísio, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0315.6/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai; o Projeto de Lei nº 0325.8/07, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 0324.7/07, 0368.8/07, 0403.5/07 e 0476.0/07, exarando pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0326.9/07, exarando voto de vista pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos Deputados João Henrique Blasi e Marcos Vieira. O Senhor Deputado Pedro Baldissera, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Resolução nº 0005.6/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0357.5/07, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0401.3/07, exarando voto de vista favorável ao relator, que posto em discussão e votação, restou aprovado, por unanimidade, o parecer favorável do relator Deputado Darci de Matos e o Projeto de Lei nº 0340.7/07, exarando voto de vista favorável ao relator, que posto em discussão e votação, restou aprovado, por unanimidade, o parecer favorável com emenda aditiva do relator Deputado Darci de Matos. O Senhor Deputado Romildo Titon, relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 0498.6/07, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 16 de outubro de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima quinta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, Professor Grandó, Dirceu Dresch, Renato Hinnig, Joares Ponticelli, Onofre Santo Agostini e Elizeu Mattos - substituindo o Deputado João Henrique Blasi. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0106.0/07, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública a Associação Pró-Brejarú, do Município de Palhoça". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0182.0/07, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, com emenda substitutiva global; 0184.2/07, de autoria do Deputado César Souza Júnior, que "Veda o bloqueio dos aparelhos celulares para utilização em redes de outras operadoras no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0321.4/07, de autoria do Deputado César Souza Júnior, que "Institui o Dia Estadual do Administrador Público, a ser comemorado anualmente no dia 05 de julho". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0364.4/07, de autoria do Deputado José Natal Pereira, que "Declara de utilidade pública a Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha no Município de Florianópolis". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0373.5/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0425.0/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Tubarão (EB - Professora Célia Coelho Cruz)". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0453.4/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Caçador (regularizar a ocupação pela Agência de Atendimento da Delegacia Regional do Trabalho)". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0034.6/07, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que "Dispõe sobre a criação de cargos de Juiz de Direito". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, e Ofícios números: 0016.5/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Serviço de Ação Social de Integração, Educação e Qualidade, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0029.0/07, que "Encaminha o Relatório de atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Içara, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e requerimento de autoria do Deputado Dirceu Dresch, solicitando a realização de uma audiência pública para debater a proposta e o lançamento da campanha unificada da negociação coletiva dos servidores públicos municipais do Estado de Santa Catarina, que foi aprovado por unanimidade, sendo que o dia, hora e local seriam determinados pelas assessorias da Comissão de Trabalho e do Gabinete do Deputado Dirceu Dresch. Na seqüência, o Presidente deixou livre a palavra aos convidados, Sr. Mário Antônio da Silva, Diretor-Presidente do Sintespe; Sr. Jayson Nascimento, Assessor Jurídico do Sintespe; Paulo Ely, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Administração e Romualdo Theophanes de França Junior - Presidente do Deinfra, para ratificação do que ficou acordado na audiência pública realizada pela Comissão, em 09 de outubro, quando o Sintespe pedia a revogação do Ato nº 1797, que determina sejam designados servidores do Deinfra para atuarem em Secretarias de Desenvolvimento Regional. Vista a negativa do

Governo em revogar o Ato, a decisão tomada foi esperar a manifestação da Justiça, da ação impetrada pelo Sintespe, referente ao aludido Ato. O Presidente do Sintespe, Mário Antônio da Silva, solicitou ainda que a Comissão continuasse a intermediar as negociações entre o Sintespe e o Deinfra no que tange à questão. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 09 de novembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 029/2007, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MODERNIZAÇÃO DE ELEVADORES DA MARCA ATLAS/SCHINDLER PARA REFORMA DOS ELEVADORES DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até às 10:00 h do dia 09 de novembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 08 de novembro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 035/2007, destinado a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL (ALESC)**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até às 14:00 h do dia 08 de novembro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 105/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 047/2007, celebrado em 25/10/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: ECT - ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato o licenciamento da base de dados comercial do DNE - Diretório Nacional de Endereços, pela ECT à Contratante, de uso não-exclusivo, com a finalidade única de tratamento de cadastros de endereços e de aplicação das tabelas de preços para encaminhamento de encomendas e respectiva postagem de todos os objetos postais produzidos pela Contratante.
PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2008, podendo prorrogar-se Opor períodos iguais e sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo, mediante a aquisição de nova licença anual e atualizada da Base de dados comercial do DNE.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores; e Autorização Administrativa.
Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Luiz Volnei Cordioli - Gerente de Vendas

*** X X X ***

EXTRATO Nº 106/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 055/2007, celebrado em 25/10/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa RSH Comércio e Representações LTDA

OBJETO: Aquisição de 10 painéis expositores, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital 033/2007.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.950,00 (quinze mil novecentos e cinquenta reais)

REAJUSTAMENTO: Os preços são fixos e irrevogáveis. Somente quando comprovadas as situações descritas no art. 65, I, "b", II, "d", da Lei n.º 8.666/93 os preços poderão ser revistos, desde que atendidas as condições preconizadas no Edital.

VIGÊNCIA: Compreendida entre a data de sua assinatura e a do recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta das Ações 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - ALESC), e do item orçamentário 4490.52.42 (Mobiliário em Geral) do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 033/2007; Autorização para Processo Licitatório n.º 0454/2007, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe
Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC.

Rosinei de Souza Horácio - Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 108/2007

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 015/2007, de 26/10/2007.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Bonarcado Produções Artísticas LTDA..

OBJETO: Prestação de serviços pela **CONTRATADA**, a ser executado pela atriz **ARLETTE PINHEIRO MONTENEGRO TORRES (EM ARTES: FERNANDA MONTENEGRO)**, que apresentará a palestra **"Encontro com Fernanda: a Delicadeza nas Relações Humanas"**, com duração aproximada de 1h 30min de exposição, acrescida de outros 30min para questionamento do público, com vistas ao atendimento ao Projeto: "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", realizado pela **CONTRATANTE**, no Palácio Barriga-Verde, na Rua Dr. Jorge da Luz Fontes, 310, Centro, Florianópolis/SC,

VALOR: R\$ 36.398,27 (trinta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 21 de novembro de 2007.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 109/2007

REFERENTE: Contrato CL nº 052/2007, celebrado em 25/10/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Bonacardo Produções Artísticas Ltda.

OBJETO: prestação de serviços pela **CONTRATADA**, a ser executado pela atriz **ARLETTE PINHEIRO MONTENEGRO TORRES (EM ARTES: FERNANDA MONTENEGRO)**, que apresentará a palestra **"Encontro com Fernanda: a Delicadeza nas Relações Humanas"**, com vistas ao atendimento ao Projeto: "O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa", realizado pela **CONTRATANTE**, no Palácio Barriga-Verde, na Rua Dr. Jorge da Luz Fontes, 310, Centro, Florianópolis/SC.

VALOR GLOBAL: R\$ 36.398,27 (trinta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos).

REAJUSTAMENTO: O preço é fixo e irrevogável.

PRAZO: A data para a apresentação da palestra será 21/10/2007, às 19:00 horas, com duração de uma hora e trinta minutos.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente contrato correrão à conta da Ação 8788 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 33.90.39.22 (Exposições, Congressos e Conferências), da **CONTRATANTE**.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 015/2007 (art. 25, II da Lei 8.666/93); Autorização para Processo Licitatório nº 0629/2007; Autorização Administrativa
Florianópolis, 25 de outubro de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Arlete Pinheiro Monteiro Torres

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 537/07**

Institui a "Semana Estadual da Adoção" e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, a Semana Estadual da Adoção, a ser realizada, anualmente, na semana que antecede o dia 25 de maio (Dia Nacional da Adoção).

Parágrafo único - A Semana Estadual da Adoção deve culminar, anualmente, sempre no dia 25 de maio.

Art. 2º A Semana Estadual da Adoção tem por finalidade a reflexão, a agilização, a comemoração e a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicização do tema Adoção com a realização de debates, palestras e seminários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Onofre Santo Agostini

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/07

JUSTIFICATIVA

A adoção é precipuamente um ato de amor.

Tendo como escopo o interesse daqueles que queriam adotar, desde a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, a adoção passou a ser uma medida protetiva à criança e ao adolescente. Muito mais que os interesses dos adultos envolvidos, é relevante para a lei e para o juiz que irá decidi-la se a adoção trará à criança ou adolescente a ser adotado reais vantagens para seu desenvolvimento físico, educacional, moral e espiritual. Sua finalidade é satisfazer o direito da criança e do adolescente à convivência familiar sadia, direito este previsto no artigo 227 da Constituição Federal.

Ao contrário do que muitos acreditam, o procedimento para se adotar é simples e rápido, que na grande maioria das vezes termina em poucos meses (menos que um período gestacional). É salutar que as famílias procurem regularizar a situação daquelas crianças ou adolescentes que acolheram e por quais nutrem um sentimento filial.

Nesse sentido, a intenção do Projeto de Lei é fomentar a adoção no Estado de Santa Catarina, instituído a Semana Estadual da Adoção.

É de suma importância dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, e para isso é mister o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 042/07**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 323

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC".

Florianópolis, 24 de outubro de 2007

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 25/10/07

Ao Excelentíssimo Senhor

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado de Santa Catarina

O Magnífico Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, vem, mui respeitosamente, à sua presença, apresentar

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 005

Após o advento da Lei Complementar nº 345/2006, de 07 de abril de 2006, a qual dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, a categoria de Técnicos Universitários, mais especificamente de Suporte, Execução e de Serviços, do quadro da UDESC, insurgiram-se contra os valores referenciais de vencimentos relativos aos seus cargos, conforme as tabelas dos Anexos VII, VIII e IX, da referida Lei.

Assim, os cargos técnicos individualizados requisitaram administrativamente, no âmbito da UDESC, as devidas correções de tabelas, visando resgatar um equilíbrio financeiro destes com os demais caros da Universidade. Desta forma, foi enviado ao Conselho Universitário da UDESC - CONSUNI, requerimento de modificação das tabelas, o qual após discussão e aprovação em sessão Plenária de 26 de julho do corrente ano, foi transformado em resolução, sob o nº 052/2007/CONSUNI.

Tal pleito somente agora foi definido pela Universidade, pois muito foi discutido. Desde o advento do Plano de Carreira dos Servidores da UDESC, foram verificadas as distorções nas tabelas dos cargos especificados, sendo que em dezembro de 2006 foram aprovadas pelo Conselho Universitário, através da resolução nº 274/2006/CONSUN, novas tabelas, as quais inclusive já tinham sido enviadas ao Poder Executivo, através dos ofícios do Gabinete do Reitor, sob números 432/2006 e 044/2007. Enquanto tramita no Governo, protocolo nº 1032/070, da Casa Civil, e aguardava diligências na própria Universidade, a Associação dos Servidores da UDESC - ASUDESC requereu reconsideração das tabelas, por motivos plenamente justificáveis, pois as tabelas ainda não espelhariam as necessárias e reais correções. Desta forma, entendeu o órgão máximo da Universidade, que os servidores Técnicos de Serviços, de Execução e de Suporte tinham uma diferença percentual incoerente na resolução 274/2006/CONSUNI, isto é, a diferença percentual entre Técnico de Desenvolvimento para Suporte era de 39,36%, de Suporte para Execução de 68,71% e de Execução para Serviços de 13%. Assim, foi utilizada a mesma lógica para todas as carreiras, com a diferença percentual entre Técnico de Desenvolvimento para Suporte permanecendo 39,36%, de Suporte para Execução para 39%, e de Execução para Serviços de 20%, e como resultado desta proposição, foram aprovadas as tabelas ora apresentadas, através da resolução 052/2007/CONSUNI.

Entende-se totalmente justas e corretas as modificações, no sentido de haver sim necessidade das correções apresentadas na minuta de projeto em anexo, evitando-se, assim, as distorções apresentadas nas diferenças dos valores referenciais de vencimentos referentes ao desenvolvimento salarial das carreiras dos cargos dos servidores Técnicos de Suporte, Execução e de Serviços, pelas tabelas atualmente vigentes.

Prof. **ANSELMO FÁBIO DE MORAES**

Reitor da UDESC

RESOLUCAO Nº 052/2007 - CONSUNI

Aprova, para serem submetidas à deliberação da Assembléia Legislativa através do Chefe do Poder Executivo, propostas de correção nas tabelas constantes dos Anexos VII, VIII e IX da Lei Complementar nº 345/2006, de 07 de abril de 2006, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e adota outras providências".

Presidente do Conselho Universitário - CONSUNI da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições; considerando a deliberação do Plenário relativa aos Processos nºs 3150/2007 e 3493/2007, tomada em sessão de 26 de julho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas, para serem submetidas à deliberação da Assembléia Legislativa através do Chefe do Poder Executivo, as propostas de correção nas tabelas constantes dos Anexos VII, VIII e IX da Lei Complementar nº 345/2006, de 07 de abril de 2006, que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e adota outras providências", nos seguintes termos: 1 -Tabela de Vencimentos do Cargo de Técnico Universitário de Suporte - ANEXO VII:

ÍNDICES - SUPORTE (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	6,400	9,036	10,211	11,538	13,038
2	6,867	9,397	10,619	12,000	13,560
3	7,334	9,759	11,028	12,461	14,081
4	7,801	10,120	11,436	12,923	14,603
5	8,269	10,482	11,844	13,384	15,124
6	8,736	10,843	12,253	13,846	15,646
7	9,203	11,205	12,661	14,307	16,167
8	9,670	11,566	13,070	14,769	16,689
9	10,137	11,928	13,478	15,230	17,210
10	10,604	12,289	13,887	15,692	17,732
11	11,072	12,650	14,295	16,153	18,253
12	11,539	13,012	14,703	16,615	18,775
13	12,006	13,373	15,112	17,076	19,296
14	12,473	13,735	15,520	17,538	19,818
15	12,940	14,096	15,929	17,999	20,339
16	13,408	14,458	16,337	18,461	20,861
17	13,875	14,819	16,746	18,922	21,382
18	14,342	-	-	-	-
19	14,809	-	-	-	-
20	15,276	-	-	-	-

II - Tabela de Vencimentos do Cargo de Técnico Universitário de Execução - ANEXO VIII:

ÍNDICES - EXECUÇÃO (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,793	6,501	7,346	8,301	9,380
2	5,104	6,761	7,640	8,633	9,755
3	5,416	7,021	7,933	8,965	10,130
4	5,727	7,281	8,227	9,297	10,505
5	6,039	7,541	8,521	9,629	10,881
6	6,350	7,801	8,815	9,961	11,256
7	6,662	8,061	9,109	10,293	11,631
8	6,973	8,321	9,403	10,625	12,006
9	7,285	8,581	9,696	10,957	12,381
10	7,596	8,841	9,990	11,289	12,757
11	7,908	9,101	10,284	11,621	13,132
12	8,219	9,361	10,578	11,953	13,507
13	8,531	9,621	10,872	12,285	13,882
14	8,843	9,881	11,166	12,617	14,257
15	9,154	10,141	11,459	12,949	14,633
16	9,466	10,401	11,753	13,281	15,008
17	9,777	10,661	12,047	13,613	15,383
18	10,089	-	-	-	-
19	10,400	-	-	-	-
20	10,712	-	-	-	-

III - Tabela de Vencimentos do Cargo de Técnico Universitário de Serviços - ANEXO IX:

ÍNDICES - EXECUÇÃO (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,464	5,417	6,122	6,917	7,817
2	4,741	5,634	6,366	7,194	8,129
3	5,017	5,851	6,611	7,471	8,442
4	5,294	6,067	6,856	7,747	8,755
5	5,571	6,284	7,101	8,024	9,067
6	5,848	6,501	7,346	8,301	9,380
7	6,124	6,717	7,591	8,577	9,693
8	6,401	6,934	7,836	8,854	10,005
9	6,678	7,151	8,080	9,131	10,318
10	6,955	7,367	8,325	9,408	10,631
11	7,231	7,584	8,570	9,684	10,943
12	7,508	7,801	8,815	9,961	11,256
13	7,785	8,018	9,060	10,238	11,569
14	8,062	8,234	9,305	10,514	11,881
15	8,338	8,451	9,550	10,791	12,194
16	8,615	8,668	9,794	11,068	12,506
17	8,892	8,884	10,039	11,344	12,819
18	9,169	-	-	-	-
19	9,445	-	-	-	-
20	9,722	-	-	-	-

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 274/2006 - CONSUNI, de 08 de dezembro de 2006.

Florianópolis, 26 de julho de 2007.

Prof. Anselmo Fábio de Moraes

Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 042/07

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Anexos VII, VIII e IX da Lei Complementar nº 345, de 07 de abril de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, passam a vigorar conforme o disposto no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado, em exercício

ANEXO ÚNICO

"ANEXO VII

(Lei Complementar nº 345, 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SUPORTE

ÍNDICES - SUPORTE (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
--	--	--	--	--	--

Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	6,400	9,036	10,211	11,538	13,038
2	6,867	9,397	10,619	12,000	13,560
3	7,334	9,759	11,028	12,461	14,081
4	7,801	10,120	11,436	12,923	14,603
5	8,269	10,482	11,844	13,384	15,124
6	8,736	10,843	12,253	13,846	15,646
7	9,203	11,205	12,661	14,307	16,167
8	9,670	11,566	13,070	14,769	16,689
9	10,137	11,928	13,478	15,230	17,210
10	10,604	12,289	13,887	15,692	17,732
11	11,072	12,650	14,295	16,153	18,253
12	11,539	13,012	14,703	16,615	18,775
13	12,006	13,373	15,112	17,076	19,296
14	12,473	13,735	15,520	17,538	19,818
15	12,940	14,096	15,929	17,999	20,339
16	13,408	14,458	16,337	18,461	20,861
17	13,875	14,819	16,746	18,922	21,382
18	14,342	-	-	-	-
19	14,809	-	-	-	-
20	15,276	-	-	-	-

ANEXO VIII

(Lei Complementar nº 345, 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE EXECUÇÃO

ÍNDICES - EXECUÇÃO (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,793	6,501	7,346	8,301	9,380
2	5,104	6,761	7,640	8,633	9,755
3	5,416	7,021	7,933	8,965	10,130
4	5,727	7,281	8,227	9,297	10,505
5	6,039	7,541	8,521	9,629	10,881
6	6,350	7,801	8,815	9,961	11,256
7	6,662	8,061	9,109	10,293	11,631
8	6,973	8,321	9,403	10,625	12,006
9	7,285	8,581	9,696	10,957	12,381
10	7,596	8,841	9,990	11,289	12,757
11	7,908	9,101	10,284	11,621	13,132
12	8,219	9,361	10,578	11,953	13,507
13	8,531	9,621	10,872	12,285	13,882
14	8,843	9,881	11,166	12,617	14,257
15	9,154	10,141	11,459	12,949	14,633
16	9,466	10,401	11,753	13,281	15,008
17	9,777	10,661	12,047	13,613	15,383
18	10,089	-	-	-	-
19	10,400	-	-	-	-
20	10,712	-	-	-	-

ANEXO IX

(Lei Complementar nº 345, 07 de abril de 2006)

TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO DE SERVIÇOS

ÍNDICES - SERVIÇOS (Fator a ser multiplicado pelo VRV)					
Níveis	Classes				
	S	A	B	C	D
1	4,464	5,417	6,122	6,917	7,817
2	4,741	5,634	6,366	7,194	8,129
3	5,017	5,851	6,611	7,471	8,442
4	5,294	6,067	6,856	7,747	8,755
5	5,571	6,284	7,101	8,024	9,067
6	5,848	6,501	7,346	8,301	9,380
7	6,124	6,717	7,591	8,577	9,693
8	6,401	6,934	7,836	8,854	10,005
9	6,678	7,151	8,080	9,131	10,318
10	6,955	7,367	8,325	9,408	10,631
11	7,231	7,584	8,570	9,684	10,943
12	7,508	7,801	8,815	9,961	11,256
13	7,785	8,018	9,060	10,238	11,569
14	8,062	8,234	9,305	10,514	11,881
15	8,338	8,451	9,550	10,791	12,194
16	8,615	8,668	9,794	11,068	12,506
17	8,892	8,884	10,039	11,344	12,819
18	9,169	-	-	-	-
19	9,445	-	-	-	-
20	9,722	-	-	-	-

*** X X X ***